

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO EM HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS
MESTRADO EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS

Um opositor na política baiana dos anos 1990: a trajetória de
Paulo Jackson Vilasboas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC para a obtenção do grau de mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais.

Joandina Maria de Carvalho

Rio de Janeiro, maio de 2007.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO EM HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS
MESTRADO EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Aprovada em _____
Pela Banca Examinadora:

Professora Dr^a. Marly Silva da Mota

Professor Dr. Jorge Ferreira

Professora Dr^a. Ângela Maria de Castro Gomes (orientadora).

Rio de Janeiro, maio de 2007.

AGRADECIMENTOS

A realização dessa pesquisa só foi possível, porque pude contar com o apoio e estímulo da minha mãe, Dona Diná, do meu pai, Sr. Joaquim, e dos meus irmãos Joelízia, Joelma e Fábio. Somaram-se a eles minha prima Claudenice; os amigos Alberto Macedo e Péricles Matos; colegas do mestrado, especificamente Érica Maia, Evanize Sydow e Marcelo Antunes, e Dona Maria, que me acolheu no Rio de Janeiro, com sinceridade e otimismo. A todos, minha gratidão pela força nos momentos difíceis e pelas alegrias nos momentos de descontração.

Sou imensamente grata também às professoras Marly Silva da Mota e Ângela de Castro Gomes, por terem acreditado no meu projeto, sendo que a orientação do trabalho final coube à professora Ângela, a quem agradeço. Ao professor Jorge Ferreira e à professora Marly agradeço as sugestões durante a qualificação do projeto.

Aos entrevistados que colaboraram com seus depoimentos, agradeço pelo entendimento de que, para o meu trabalho, as fontes orais eram imprescindíveis. No esforço para que esse estudo sobre a trajetória de Paulo Jackson fosse possível, todos os depoimentos foram de extrema relevância.

Ao prefeito de Vitória da Conquista, professor Dr. José Raimundo Fontes, e à Secretaria de Educação do Estado da Bahia, agradeço pelas licenças no trabalho, o que possibilitou o pagamento do curso. Ao professor Dr. Ruy Medeiros, eu agradeço pela sensibilidade de quem incentiva o sonho dos outros.

À família de Paulo Jackson, um agradecimento especial pela confiança, apoio e pela crença na possibilidade do meu trabalho.

RESUMO

Paulo Jackson Vilasboas nasceu em Caetit , no sertão da Bahia, em 8 de junho de 1952 e morreu em 19 de maio de 2000, no município de Morro do Chapéu, também no sertão. Formado em Engenharia pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia - UFBA, na década de 1980 destacou-se como um dos principais sindicalistas baianos, tendo sido presidente do Sindicato dos Trabalhadores em água e Esgoto - SINDAE. Entretanto, foi durante a década de 1990, quando as forças políticas ligadas ao atual senador Antônio Carlos Magalhães dominavam a política no estado, que Paulo Jackson se destacou como um dos principais opositores ao grupo dominante. No período de 1993 a 2000, atuou como deputado estadual na Assembléia Legislativa da Bahia, tornando-se conhecido por ter feito oposi o ao Carlismo, mas também por uma trajetória marcada pela coerência política e pela defesa de causas importantes como água e saneamento para toda a popula o.

ABSTRACT

Paulo Jackson Vilasboas was born in “Caetité”, in the countryside of Bahia state in Brazil on June 8th, 1952 and died on may 19th 2000 in the municipality of “Morro do Chapéu”, also in the countryside. Graduated in Engeneering at Politechnical School at the Federal University of Bahia – UFBA. In 1980's he was considered to be one of the main union people from Bahia, being the president of the Water and Sewer Workers Union – SINDAE. However, it was in 1990's, when political forces linked to the present senator Antônio Carlos Magalhães dominated the politics in the state mentioned above that Paulo Jackson was considered one the main opposers to the dominant group. From 1993 to 2000 he was state deputy in the Legislative Assembly in Bahia, becoming known not only the by his opposition to a movement called “Carlismo” but also by his peculiar life by its political coherence and defense of important issues like water and sanitaton for the whole population.

SIGLAS

ABES- Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
ALBA- Assembléia Legislativa da Bahia.
AMPJ- Associação Movimento Paulo Jackson
ARENA- Aliança de Renovação Nacional
BANEBA- Banco do Estado da Bahia
CAR- Companhia de Ação Rural
CEAS- Centro de Estudos e Ação Social
CEBS- Comunidades Eclesiais de Base
CERB- Companhia de Engenharia Rural da Bahia
CESE- Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CETREL- Empresa de Proteção Ambiental de Camaçari
COELBA- Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CPT- Comissão Pastoral da Terra
CRA- Centro de Recursos Ambientais
CREA- Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
CUT- Central Única dos Trabalhadores
DNU- Departamento Nacional dos Urbanitários.
EMBASA - Empresa Baiana de Água e Saneamento S/A
FPDSAF- Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco
FNU - Federação Nacional dos Urbanitários
FUNPREV- Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia.
GAMBÁ- Grupo Ambientalista da Bahia
IAPSEB- Instituto de Assistência e Previdência Social da Bahia
IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INB- Indústrias Nucleares do Brasil
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MATER- Movimento Ambientalista Terra
MDB- Movimento Democrático Brasileiro
MMC- Movimento das Mulheres Camponesas
MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.
PCB- Partido Comunista Brasileiro

PC do B- Partido Comunista do Brasil
PDC- Partido Democrático Cristão
PDS- Partido Democrático Social
PDT- Partido Democrático Trabalhista
PFL- Partido da Frente Liberal
PL- Partido Liberal
PANSERV- Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais
PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP- Partido Popular
PPS- Partido Popular Socialista
PRN- Partido da Renovação Nacional
PSB- Partido Socialista Brasileiro
PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira
PTB- Partido Trabalhista Brasileiro
PT- Partido dos Trabalhadores
PV- Partido Verde
SENGE - Sindicato dos Engenheiros do Estado da Bahia
SINDAE- Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto da Bahia
SAAE's – Serviços Autônomos de Água e Esgoto
UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFBA- Universidade Federal da Bahia
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNEB- Universidade do Estado da Bahia

NOVA REPÚBLICA

Sim, é verdade, a vida é mais livre.
O medo já não convive nas casas,
nos bares, nas ruas, com o povo daqui.
E até dá pra pensar no futuro,
e ver nossos filhos crescendo sorrindo,
mas eu não posso esconder a amargura,
ao ver que o sonho anda pra trás.
E a mentira voltou,
ou será mesmo que não nos deixara.
A esperança que a gente carrega,
é um sorvete em pleno sol.

O que fizeram da nossa fé?
O que fizeram da nossa fé?

Eu briguei, apanhei, eu sofri,
aprendi, eu cantei, eu berrei,
eu chorei, eu sorri.
Eu saí pra sonhar meu país.
E foi tão bom, não estava sozinho.
A praça era alegria sadia.
O povo era senhor.
E só uma voz, uma só canção.
E foi por ter posto a mão no futuro,
Que no presente preciso ser duro.
E eu não posso me acomodar.
Quero um país melhor!

(Milton Nascimento)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – A BAHIA APÓS O REGIME MILITAR	14
1. O Carlismo na Bahia e a oposição anti-carlista.....	16
2. A reconstrução das oposições.....	26
3. A força do retorno do Carlismo.....	31
CAPÍTULO II – PAULO JACKSON: A MORTE E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA	38
1. A vida é feita de riscos. Temos que arriscar.....	40
2. A política baiana perde um guerreiro.....	43
3. Um adeus emocionado.....	49
4. Memória silêncio e lembrança.....	56
CAPÍTULO III – FAMÍLIA, MEMÓRIA E POLÍTICA	70
1. Família e iniciação política.....	71
2. No sindicalismo baiano.....	81
3. O cerco ao SINDAE durante o governo ACM.....	90
4. Paulo Jackson e o Partido dos Trabalhadores.....	93
CAPÍTULO IV – O PARLAMENTAR PAULO JACKSON	99
1. Paulo Jackson e eleições na Bahia na década de 1990.....	100
2. O Parlamentar e a Assembléia.....	107
3. O Parlamentar para além da Assembléia.....	112
4. Água e Saneamento: bandeiras de Paulo Jackson.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
ANEXO DE FOTOGRAFIAS	134
BIBLIOGRAFIA	159

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o tema da democracia no Brasil vem estimulando o retorno do político, enquanto objeto da história. Nesse contexto, o estudo do papel desempenhado por atores políticos individuais e por grupos específicos tem contribuído para uma melhor compreensão da identidade desses. No Brasil e especificamente na Bahia, onde existe uma tradição política autoritária, o exercício da democracia passa pela novidade de experiências inéditas, que incluem acertos e erros. Por isso, a valorização do sujeito, do acontecimento e da narrativa são caminhos possíveis aos historiadores que buscam fazer uma história política renovada.

A aposta na biografia e/ou estudo de trajetórias tem sido um dos caminhos sugeridos por essa história política. “Após um longo período de desgraça, durante o qual os historiadores se interessaram pelos destinos coletivos, o indivíduo voltou hoje a ocupar um lugar central em suas preocupações”.¹ As singularidades de indivíduos e grupos vêm merecendo estudos mais aprofundados, já que podem contribuir para a compreensão de determinadas conjunturas e para ressaltar, por exemplo, momentos de resistências em relação a poderes hegemônicos instalados em uma sociedade. No Brasil, a desvalorização dos historiadores que trabalham com o papel do indivíduo no processo histórico vem diminuindo.

Para Vavy Pacheco, existem dois eixos claramente imbricados que podem explicar o crescente interesse pelas biografias: os movimentos da sociedade e o desenvolvimento das disciplinas que estudam o homem em sociedade. A autora está se referindo primeiro, ao enorme reforço do individualismo, constatado por grande número de autores de diversas áreas, e segundo, às mudanças nas disciplinas acadêmicas, em decorrência da recente crise de paradigma que afetou as diversas ciências, principalmente as Ciências Sociais. No que se refere ao primeiro eixo, há que se chamar a atenção para a questão do indivíduo cada vez mais ter seu espaço na sociedade e cada vez mais se deter sobre ele mesmo.²

Discutindo as polêmicas em torno das biografias e/ou construção de trajetórias e os métodos da história, Marly Mota afirma que a relação entre a vida individual e o

¹ LORIGA, Sabrina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques. (org.). *Jogos de escalas: a experiência da micro análise*; tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 225.

² BORGES, Vavy Pacheco. “Grandezas e Miséria da Biografia”. In: Pinsky, Carla (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo. Editora Contexto, 2005. p. 209-210.

contexto histórico era outro ponto delicado, em torno do qual os historiadores frequentemente divergiam. O método biográfico teve uma importante contribuição para essa discussão, na medida em que quebrou o esquematismo simplista, ao desvendar as relações entre ator individual – e seus vários graus de liberdade de ação – e a rede histórica – e seus vários graus de condicionamentos.³

Acreditando na possibilidade da análise biográfica permitir que se destaque o que é significativo em uma vida, e privilegiando a dimensão do público sobre a dimensão do privado, este estudo se propõe a desvendar aspectos significativos da história política da Bahia. Seu interesse específico é discutir a articulação de uma oposição ao grupo carlista dominante nos anos 1980/90, tendo como fio condutor as ações do deputado Paulo Jackson. Pretende-se assim contribuir para um melhor conhecimento da trajetória de vida desse sindicalista e parlamentar, destacando seu papel na construção do Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto da Bahia (SINDAE), no Partido dos Trabalhadores baiano, na Assembléia Legislativa e na questão da defesa da água, enquanto bem público e fonte de vida.

Nesse contexto, a história de Paulo Jackson e suas relações com os diversos grupos a que pertenceu ganham significados especiais. Para isso, se recorreu às fontes orais e escritas. Um conjunto de 26 entrevistas, totalizando 17:45 horas de gravação, foram realizadas durante o processo de pesquisa, reunindo depoimentos de familiares, sindicalistas, parlamentares, militantes de partidos políticos e de movimentos sociais. Essa documentação foi acrescida de fontes escritas, como material do SINDAE, da Assembléia Legislativa e, principalmente da Associação Movimento Paulo Jackson – Ética, Justiça e Cidadania (AMPJ), formada após sua morte em 2000.

No trabalho de pesquisa e na concretização dessa dissertação os depoimentos orais dialogaram com a documentação escrita consultada. É importante ressaltar, que Paulo Jackson era um cidadão que se via inserido na história de seu estado, e por isso deixou, em seu gabinete na Assembléia Legislativa, um acervo pessoal que pode ser considerado de interesse público, já que esse conjunto de documentos poderá contribuir para muitas análises da história política da Bahia. Esse acervo, é bom frisar mais uma vez, encontra-se sob a guarda da Associação Movimento Paulo Jackson (AMPJ), principal instituição responsável pelo cuidado com a memória do parlamentar.

³ MOTTA, Marly Silva da. “O relato biográfico como fonte para a história”. *Vydia*. Santa Maria, 19 (34) Jul-Dez. 2000. p. 109..

A dissertação foi dividida em quatro capítulos. No capítulo I, “A Bahia após o regime militar”, buscou-se estudar o campo político baiano no processo da redemocratização brasileira para situar o contexto político em que Paulo Jackson iria atuar nos anos de 1990. Depoimentos de importantes atores políticos e sociais, que vivenciaram aquele momento da história, enriqueceram o estudo do professor Paulo Fábio Dantas Neto, ajudando a reconstituir e explicar importantes aspectos do momento político baiano. Durante as décadas de oitenta e noventa do século XX, o grupo político liderado por Antônio Carlos Magalhães deteve a hegemonia da política no estado, não sendo uma tarefa fácil lhe fazer oposição.

No capítulo II, “Paulo Jackson - a morte e a construção da memória política”, a morte desse importante ator político é apresentada como um momento de dor para familiares e amigos mas, principalmente, como um momento político fundamental para a construção de uma memória por parte de militantes dos partidos de oposição ao Carlismo e para a própria política baiana. Paulo Jackson passa a ser considerado um “guerreiro da cidadania,” pelo fato de ter feito política de maneira incansável, sem abrir mão de princípios éticos que norteavam sua práxis. Através de depoimentos à imprensa, nesse momento, as qualidades do parlamentar morto são reconhecidas até por seus opositores, que passaram a reconhecê-lo como um referencial no parlamento baiano, apesar de terem resistido à idéia de homenageá-lo, conferindo às galerias do plenário da Assembléia Legislativa da Bahia, o seu nome. O capítulo trata também das homenagens feitas a Paulo Jackson, após sua morte, enfatizando os principais “*lugares de memória*” que se organizaram para lembrar o seu nome.

No capítulo III, “Família, Memória e Política”, familiares, sindicalistas e amigos de Paulo Jackson, através da metodologia da História Oral, ajudam a reconstituir sua trajetória de vida, desde a infância e adolescência, em Caetité, até a militância no Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto e no Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, os depoimentos deram um tom de história viva ao texto e a riqueza da subjetividade/profundidade do indivíduo expressou-se na categoria sinceridade, ganhando dimensões de verdade no sentido plural permitido pelo estudo da memória quando registra os acontecimentos de uma vida.

No capítulo IV, “O parlamentar Paulo Jackson”, buscou-se reconstituir a participação do deputado nas três eleições que disputou e destacar suas principais ações na Assembléia Legislativa e para além desse espaço político formal. Paulo Jackson foi um parlamentar que teve uma atuação política ampla no Partido dos Trabalhadores, no

campo da oposição ao Carlismo, tendo ação destacada junto à sociedade civil organizada e a movimentos populares. Suas ações em defesa da água e do saneamento, enquanto tarefas do estado para com toda a população são evidenciadas principalmente na longa luta pela não privatização da Empresa Baiana de Água e Saneamento - EMBASA.

Encerrando o trabalho teceu-se algumas considerações para enfatizar pontos que foram considerados mais relevantes do estudo, que espera poder contribuir para um melhor conhecimento da história política do presente na Bahia.

CAPÍTULO I

A BAHIA APÓS O REGIME MILITAR

“O Carlismo na Bahia simbolizava a ditadura. Ele é resquício da ditadura, que oprimiu o povo, que perseguiu, que torturou, que matou, e ACM é essa figura que não permitia que a sociedade se organizasse. Extremamente centralizador, detinha o controle e ainda detém dos meios de comunicação. Então, ele (Paulo Jackson) achava que aquilo era um mal para o estado e que precisava ser superado”.

*Antônio Emilson A. de Carvalho.*⁴

Este capítulo pretende situar a política baiana no contexto da redemocratização brasileira, enfatizando as especificidades dessa política estadual. Para isso, se contará com o trabalho do cientista político Paulo Fábio Dantas Neto⁵ e com depoimentos, tomados ao longo da pesquisa, além da literatura sobre o período.

As grandes manifestações populares realizadas em 1984, chegando a reunir milhares de pessoas em comícios, como os de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e outras capitais do Brasil, reivindicando eleições diretas para presidente da República, não foram suficientes para aprovar uma alteração constitucional que exigia 2/3 dos votos do Congresso Nacional. Tratava-se da emenda Dante de Oliveira (deputado federal pelo PMDB de Mato Grosso), também chamada emenda das “Diretas Já”.

Assim, a eleição para a sucessão do presidente João Batista de Oliveira Figueiredo, último militar a governar o Brasil, deu-se no âmbito do próprio Congresso

⁴ Antonio Emilson Almeida de Carvalho entrou para a Empresa Baiana de Água e Saneamento - EMBASA, em 1979. Um dos sócios fundadores do Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto - SINDAE, na primeira eleição para diretoria do Sindicato, em 1986, Emilson atuou como membro da Comissão Eleitoral. Na eleição seguinte, em 1989, fez parte da chapa como membro do Conselho Fiscal. Em 1992 foi eleito para a Diretoria Executiva, cargo que exerceu até 2004. Atuou ainda como dirigente da Federação Nacional dos Urbanitários - FNU, de 2003 a 2006. É o atual coordenador geral da Associação Movimento Paulo Jackson - Ética, Justiça e Cidadania. No início de 2007, quando o ex-coordenador geral do SINDAE, Abelardo de Oliveira Filho, assumiu a presidência da EMBASA, Antônio Emilson foi nomeado assessor da presidência da empresa. Depoimento para essa pesquisa, em Salvador, no dia 12 de junho de 2006.

⁵ Paulo Fábio Dantas Neto é um dos principais estudiosos do Carlismo. Autor da tese de doutorado, “Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia,” defendida em 2004, junto ao programa de doutorado do IUPERJ, o autor desenvolve nesse momento um projeto de pesquisa, intitulado “O Carlismo para além de ACM: estratégias adaptativas de uma elite política estadual”.

Nacional. Pelo Partido Democrático Social (PDS), surgiram três candidatos a candidato à presidência da República: o vice-presidente da República, Aureliano Chaves; o ministro do Interior, Mário Andreazza (coronel do Exército) e o político paulista Paulo Maluf. A vitória no partido coube a este último.

O mineiro Aureliano Chaves, que havia retirado sua candidatura durante a disputa, passara a trabalhar na organização de uma dissidência que daria origem ao Partido da Frente Liberal (PFL). Esse grupo se aproximaria do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), cujo candidato de consenso à presidência da República era o então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves. Para vice-presidente da chapa seria indicado, pelo PFL, o maranhense José Sarney, visto com restrições pelos peemedebistas, tendo em vista ter sido ele, até pouco tempo atrás, um dos principais expoentes do PDS.

Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves e José Sarney venceram Paulo Maluf e seu vice, o deputado federal cearense Flávio Márcilio, então presidente da Câmara, no Colégio Eleitoral. A posse estava marcada para 15 de março. Entretanto, devido à doença do presidente eleito (que veio a falecer em 21 de abril daquele ano), a posse no novo governo coube a José Sarney, apesar de o novo ministério ter sido escolhido por Tancredo Neves.

Do ponto de vista político, as atenções do novo governo se fixaram em dois pontos: a revogação das leis que vinham do regime militar, estabelecendo limites às liberdades democráticas, e a eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte, incumbida de elaborar uma nova Constituição. Em maio de 1985, uma nova legislação restabeleceu as eleições diretas para presidente da República e aprovou o direito de voto aos analfabetos, bem como a legalização de todos os partidos políticos, o que devolveu ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), o direito à existência legal. O Partido dos Trabalhadores (PT), criado em 1980, em meio ao processo de redemocratização, foi outra novidade na vida partidária do país.

É importante ressaltar que, no ano de 1986, foram realizadas eleições diretas para governadores dos estados, para os Legislativos Estaduais e para o Congresso Nacional – (Senado e Câmara dos Deputados), sendo que este Congresso acumularia também a função de Constituinte. Isso porque o presidente da República, José Sarney, convocou uma Assembléia Nacional Constituinte, visto que uma nova Constituição para o país fora um dos compromissos assumidos pelo governo encarregado da transição democrática brasileira. Essa Assembléia começou a se reunir em 1º de fevereiro de 1987

e a promulgação da nova Carta aconteceu em 5 de outubro de 1988. Conhecida como “Constituição-Cidadã,” ela deu novas bases ao processo de expansão da cidadania no Brasil.

A década de 1980, do ponto de vista da política e da democracia, dos movimentos sociais, da vida sindical e partidária foi, portanto, muito importante para o Brasil. A campanha das “Diretas Já,” em 1984, a eleição de um presidente civil, em 1985, os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e a promulgação da nova Constituição (1987/1988) foram marcos importantes para aquela que, do ponto de vista da economia, é considerada uma década perdida. Os anos 80 foram também de crise da doutrina socialista e do chamado socialismo real na Rússia e nos países comunistas da Europa Oriental, o que culminou com a queda do Muro de Berlim, em 1989. O Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil surgiu nessa mesma década, a partir do sindicalismo urbano e rural, de setores da Igreja Católica e das classes médias, propondo-se a representar os interesses de amplas camadas de assalariados, com base em um programa de direitos mínimos e transformações sociais que abrissem caminho para o socialismo no Brasil.

1- O Carlismo na Bahia e a oposição anti-carlista.

Antônio Carlos Magalhães ⁶ é figura central na história recente da política baiana e brasileira. Sua trajetória política é fundamental para a compreensão do período que vai de 1970 a 2000. Atuou como deputado estadual e federal, prefeito de Salvador e governador da Bahia, por duas vezes, durante a ditadura militar, e como presidente da Eletrobrás, durante o mandato do presidente Ernesto Geisel. Em 1978, pelo Partido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), foi eleito governador pelo Colégio Eleitoral estadual. Esse ano é considerado fundamental para consolidação da corrente e/ou grupo político chamado de Carlismo na Bahia. Sua força política na Bahia e no Brasil coincide com o período de transição do regime militar.

A partir de 1978, o Carlismo não se restringe a um grupo de arenistas baianos, tornando-se uma política praticada, sob comando centralizado, por um agrupamento que atua, regional e nacionalmente, na política institucional, na administração pública e em

⁶ Ver dicionário histórico biográfico brasileiro pós 1930/ Coordenação: Alzira Alves de Abreu ... [et al]. Ed. rev. e atual – Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 2001. Vol. III. p. 3431- 3442

interfaces de ambas com o mundo do mercado. Esse grupo político respalda os movimentos de seu chefe, enquanto ator da “grande política,” no bloco de forças dominantes no panorama brasileiro. (Dantas Neto, 2003: 229). Essa transformação ocorreu por meio de um acordo. Por ele, Antônio Carlos Magalhães retornou ao governo da Bahia, tendo como vice-governador Luís Viana Neto. Jutahy Magalhães, filho de Juracy Magalhães, interventor baiano na década de 1930, ocupou a vaga de senador biônico (ele alimentava expectativa de ser escolhido para governador); Lomanto Júnior ⁷ – político do interior do estado, que havia sido governador no início da década de 1960, ficou com a missão de disputar a vaga eletiva ao Senado. O governador Roberto Santos ficou fora do acordo e, dois anos depois, migrou para o Partido Popular (PP), partido ao qual pertencia o mineiro Tancredo Neves.

As sociedades política e civil baianas mostraram-se maleáveis à modificação parcial e contínua na composição dos grupos que controlavam o poder. Isso ocorria mediante cooptação e incorporação de personalidades e/ou facções originárias da oposição, desativando-se, previamente, eventuais focos de ruptura política. A construção do campo político baiano foi feita com o referencial do Carlismo, cuja força passou a vigorar durante as duas décadas seguintes, a favor ou contra, de modo intenso. Esse formato de disputa é tão marcante, que surge em muitas análises acadêmicas e na prática efetiva de seus atores, como algo natural, isto é, como parte da “natureza das coisas” da Bahia, como algo incorporado à sua cultura e estrutura políticas, pela configuração considerada singular e/ ou “atrasada” de sua sociedade. (Dantas Neto, 2003: 229-230).

Um bom exemplo é o depoimento de Haroldo Lima, ⁸ que sempre atuou na oposição. Ele reconhece que o Carlismo é uma questão complexa para se examinar. Primeiro, pela tradição do mandonismo, que no Nordeste brasileiro, principalmente na Bahia, caracterizou-se pela afirmação de lideranças centralizadoras, a exemplo do ex-

⁷ Antônio Lomanto Júnior, natural de Jequié (município do sudoeste da Bahia), ocupou diversos cargos na política baiana e nacional. Aliado do governador Otávio Mangabeira, iniciou carreira política como vereador e prefeito de sua cidade, tendo presidido a Associação Brasileira de Municípios. Foi governador da Bahia de 1963 a 1967, pela União Democrática Nacional (UDN), com o apoio de Juracy Magalhães, tendo derrotado o candidato Francisco Waldir Pires, do Partido Social Democrático (PSD).

⁸ Haroldo Lima, segundo seu próprio depoimento, no Rio de Janeiro, em 07 de agosto de 2006, viveu 10 anos na clandestinidade e três anos preso. Beneficiado pela anistia foi eleito deputado federal em 1982, pelo PMDB baiano. Posteriormente, nas eleições de 1986, 1990, 1994 e 1998 foi reeleito deputado federal pelo PC do B. Descendente do médico Joaquim Manuel Rodrigues de Lima, primeiro governador republicano da Bahia, eleito pelo voto popular no final do século XIX (1892-1996), o ex-deputado, assim como Paulo Jackson, tem suas origens no centenário município de Caetitê. Atualmente Haroldo Lima, que é engenheiro, exerce a função de presidente da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

governador José Joaquim Seabra, do intendente Juracy Magalhães e do próprio Edgar Santos, pai do ex-governador Roberto Santos. Os políticos citados, segundo o entrevistado, fazem parte da matriz do Carlismo. Segundo, porque Antonio Carlos Magalhães se apoiou nesse estilo, dos quais é herdeiro. Seus primeiros passos na política se dão por empurrões de Juracy e apoio de Edgar Santos. Terceiro, porque o Carlismo foi um dos principais beneficiários da ditadura militar na Bahia.

Segundo José Murilo de Carvalho, o mandonismo não é um sistema, mas uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que se enfraqueça, à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos. A história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania. Para o mesmo autor, analisando o conceito de coronelismo de Vítor Nunes Leal, em *Coronelismo, Enxada e Voto*, o mandonismo não deve ser confundido com coronelismo, já que esse último constituiu um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garantia o poder do coronel sobre seus dependentes e rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle de cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. (Carvalho, 1998:132-133). E os coronéis sustentavam os governos estaduais que, por sua vez, sustentavam o governo federal.

Em 1982, Haroldo Lima foi eleito deputado federal e constituinte pelo Partido do Movimento Democrático Nacional (PMDB). Em seu depoimento, ele lembra dois slogans utilizados em campanhas eleitorais, quando foi eleito deputado federal. Ressalta ainda, que esses slogans de campanha foram fundamentais para garantir a sua eleição, ou seja, “Haroldo Lima, o homem de quem ACM não gosta” e “ACM: o lambe botas dos generais.” Para o ex-deputado, Antonio Carlos Magalhães apoiava os generais e esses lhe dava o contra-paga, reforçando seu poder na Bahia. Isso foi feito com certa habilidade, sustentando setores importantes e respondendo a certos anseios da Bahia.

Haroldo Lima informou ainda que Antônio Carlos Magalhães desempenhou papel importante junto ao empresariado baiano, como aqueles do pólo petroquímico de Camaçari e reforçou posições frente ao setor do cacau, que é outro grupo também importante da economia baiana. Soube criar certos quistos fortes no interior do estado, de forma que estes o apoiavam com firmeza. Além disso, articulava-se bem com os artistas baianos e fez empreendimentos importantes, como a reconstrução do Teatro Castro Alves, a reorganização do Pelourinho e da Lagoa do Abaeté.

Quanto ao processo de redemocratização na Bahia, o ex-deputado federal baiano por cinco legislaturas, ressalta que a anistia, em 1979, quando as cadeias políticas se abriram e os exilados voltaram ao país, começando o que ele chama de “marcha batida contra a existência da ditadura,” foi um marco importante. Nesse período e até 1982, quando a Bahia foi governada por Antonio Carlos Magalhães, as forças de oposição se articulavam, tendo em vista o processo de redemocratização do Brasil. Na Bahia, foi também um período de reorganização das forças de oposição ao Carlismo.

O partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), na Bahia, passou a dialogar com a sociedade civil e a se organizar com visibilidade no estado somente a partir do final da década de 1970, sendo que para isso muito contribuiu a Ala Jovem do partido, que atuou de 1975 a 1979. Esse grupo foi fundado por jovens políticos do chamado Grupo Autêntico do MDB, uma esquerda independente recém-egressa da militância marxista, e por quadros e militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), para lutar contra o adesismo e agrupar, em torno de si, uma agenda anti-ditatorial.

Em dezembro de 1976, uma articulação mais ampla de entidades civis e profissionais, grupos culturais, religiosos e da imprensa alternativa, associações de bairros e setores oposicionistas não incorporados ou resistentes ao MDB criou o movimento *Trabalho Conjunto de Salvador*. Nele, era grande a influência de correntes católicas de esquerda e do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Com a adesão de organizações estudantis e populares, passou a haver uma multipolaridade de ações, como ilustra a criação no final da década de 1970, da *Federação das Associações de Bairro de Salvador*, do *Movimento Contra a Carestia* e a realização do primeiro congresso, após 1964, da *União Nacional dos Estudantes (UNE)*. (Dantas Neto, 2000: 58-59).

A deputada Alice Portugal⁹ ressalta que o congresso de reconstrução da UNE, realizado em Salvador, em 1979, foi também um dos movimentos de resistência à ditadura. Esse Congresso teve um importante papel na própria redemocratização da entidade, quando o baiano e atual educador, Ruy César, assumiu a presidência da

⁹ Deputada federal eleita em 2002 e reeleita em 2006, pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), Alice Portugal atuou no movimento estudantil e foi da comissão preparatória do congresso de reconstrução da UNE, realizado em Salvador no ano de 1979. Atuou como presidente da Associação dos Servidores Técnicos e Administrativos – ASSUFBA, nos períodos de 1983 a 1987 e 1989 a 1991; exerceu o cargo de diretora da Federação dos Sindicatos das Universidades Brasileiras, FASUBRA, no período de 1991 a 1993; no período de 1992 a 1993, foi membro da executiva da Central Única dos Trabalhadores – CUT-BA. Atuou como deputada estadual, de 1995 a 2001. Depoimento para essa pesquisa, em Salvador, no dia 23 de outubro de 2006.

instituição. “Nós éramos, na verdade, a parcela de democratas, socialistas e comunistas que, fora das cadeias, fazíamos a luta pela anistia e pela redemocratização do país. O movimento estudantil foi o “abre alas” da redemocratização no Brasil e aqui na Bahia também”.

Clara Maria de Oliveira Araújo¹⁰ participou do congresso de reconstrução da UNE como membro do Diretório Central dos Estudantes na Bahia. Para ela, o congresso foi realizado em um momento de afirmação da instituição diante da ditadura, quando o então governador Antônio Carlos Magalhães cedeu espaços públicos para a realização do evento. Isso contribuiu para impedir qualquer tipo de repressão maior que pudesse ocorrer, já que os congressos anteriores não foram realizados com sucesso. “Aquele congresso marcou a reconstrução da UNE e demonstrou a fragilidade em que a ditadura se encontrava”.

No início da década de 1980, quando estavam acontecendo as grandes greves do ABC, em São Paulo, na Bahia, observa-se a organização do movimento sindical, especialmente dos petroquímicos, dos bancários e dos professores. A conquista da anistia, em 1979, e a fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980 criaram novas possibilidades de luta. É exatamente nesse momento, precisamente em 1981, que o trabalho conjunto de bairros vai ser extinto. Os diversos grupos que se reuniram em torno daquele trabalho, passaram a direcionar sua luta para os seus sindicatos e partidos políticos. Gilmar Santiago de Carvalho,¹¹ explica em seu depoimento, que o Trabalho Conjunto de bairros foi uma experiência de organização de várias comunidades de Salvador, durante a ditadura militar, quando não havia movimento sindical combativo. Foi o período também do jornal *Movimento*, de circulação nacional, bastante influenciado por militantes de esquerda que lutavam pela redemocratização do país. Um dos colaboradores desse jornal na Bahia foi Paulo Jackson Vilasboas.

¹⁰ Clara Maria de Araújo Oliveira ingressou na Universidade Federal da Bahia (UFBA), no curso de Ciências Sociais, em 1977. Seu envolvimento na militância estudantil começou quando foi eleita para ocupar a presidência do diretório acadêmico por um ano. Foi vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) por duas vezes consecutivas e, em 1981, ingressou no PC do B. Durante o 33º Congresso da UNE, atuou como delegada e foi eleita representante do Departamento Feminino. Em 1982, no 34º Congresso da UNE, em Piracicaba (SP), Clara foi eleita a primeira presidente mulher da entidade. Atuou ainda na União da Juventude Socialista (UJS) e na União Brasileira de Mulheres (UBM). Em 1999, doutorou-se em Sociologia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, onde atualmente atua como professora. Depoimento para essa pesquisa, no Rio de Janeiro, em 21 de fevereiro de 2007.

¹¹ Gilmar Santiago de Carvalho atuou na diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto (SINDAE), e em 1992, com outros sindicalistas, formou uma chapa de oposição que disputou a eleição para a diretoria do sindicato, chapa que foi derrotada pelo grupo hegemônico. Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), Gilmar foi vereador em Salvador, (2003-2004) e é o atual Secretário de Reparação Racial desse município. Depoimento para essa pesquisa, em Salvador, no dia 22 de junho de 2006.

Retomando a questão dos partidos políticos, em 1979 a extinção do bipartidarismo na política brasileira implicou em abalos à estratégia do PMDB baiano. Se o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) impulsionou, de um lado, o engajamento político de setores sindicais, da intelectualidade e da Igreja Católica, de outro, paralisou o crescimento do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) baiano, que passou a se chamar Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em 1982, Waldir Pires, candidato ao governo do estado pelo PMDB, perdeu a eleição para João Durval (PDS), que teve o apoio de Antonio Carlos Magalhães.

O Partido dos Trabalhadores também participou da disputa, com o candidato Edival Passos¹² (economista da capital), que formou uma chapa com José Novaes,¹³ militante de esquerda na região de Vitória da Conquista, no interior da Bahia. Foi um momento importante para o PT no Brasil, pois o partido lançou as primeiras candidaturas a cargos executivos no país. “Havia a necessidade de afirmação de uma idéia nova de partido independente, que pudesse se constituir como partido nacional e socialista”.¹⁴

Na Bahia, assim como no Brasil, durante o processo de redemocratização, houve um envolvimento muito grande de entidades de classe média, a exemplo do Sindicato dos Engenheiros da Bahia (SENGE), na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que aconteceu em São Bernardo do Campo (SP), em agosto de

¹² Edival Passos foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores no Brasil e na Bahia, primeiro candidato a governador, em 1982, primeiro vereador em Salvador na eleição de 1988 e deputado estadual, eleito em 1990. Atualmente, é suplente no diretório do PT baiano e um dos diretores do SEBRAE-BA. Depoimento para essa pesquisa, em Salvador, no dia 18 de outubro de 2006.

¹³ José Gomes Novaes nasceu em 29 de outubro de 1928, no município de Água Branca em Alagoas e morreu no dia 22 de junho de 1992, em Vitória da Conquista, na Bahia. Iniciou sua atuação política engajada na década de 1960, quando participou de greves em São Paulo, onde trabalhou numa fábrica de calçados. Nessa mesma década, retornou a Alagoas, onde passou a atuar junto à Igreja Católica, na organização de sindicatos de trabalhadores rurais. Participou da fundação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado de Alagoas (FETAG), onde atuou como vice presidente, e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), tendo participado da primeira diretoria, eleita em agosto de 1963, em Congresso realizado no Rio de Janeiro. Com o golpe militar de 1964 e a repressão aos partidos de oposição e movimentos sociais, Novaes foi preso. Durante o período de repressão, mudou-se com a família para o Paraná, e posteriormente para a Bahia, onde se instalou primeiro na região de Irecê e posteriormente, em 1971, no município de Vitória da Conquista, onde passou a atuar junto às comunidades de base da Igreja Católica e sindicatos de trabalhadores rurais, tendo participado em 1980, da primeira greve de trabalhadores rurais da Bahia – greve dos trabalhadores nas fazendas de café da região. Tendo sido expulso de PC do B em 1976, José Novaes integrou-se ao grupo que fundou o Partido dos Trabalhadores em Vitória da Conquista e municípios da região. Em 1982, foi indicado pelo partido como candidato a vice governador, na chapa liderada por Edival Passos. Após o período inicial de formação do partido, passou a priorizar o trabalho sindical, que resultou na formação da Central Única dos Trabalhadores. Em 1990, disputou uma vaga para a Câmara dos Deputados, ajudando a fortalecer o partido na região de Vitória da Conquista. Ver SOUZA, Adilson Amorim de e AGUIAR, Ednalva Padre. Caderno do Ceas – Centro de Estudos e Ação Social – Março/Abril- 2003. p. 65-87.

¹⁴ Depoimento de Edival Passos

1983. Para Manuel Barreto, ¹⁵ existia uma identidade muito forte entre o grupo que reorganizou o Sindicato dos Engenheiros e as propostas que deram origem ao PT. Alguns se filiaram ao partido em um primeiro momento e outros depois. Pressupõe-se que para alguns, o sindicalismo e a CUT vinham em primeiro plano. A criação do Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto da Bahia (SINDAE) originou-se também nas discussões realizadas na CUT e no SENGE.

Nesse momento, o Carlismo vivia uma situação privilegiada e sólida, quando o cenário nacional era de desagregação do regime militar. Durante a transição democrática, foi o elo menos frágil da corrente situacionista local, mantendo, a par de sua presença no governo federal, interlocução com círculos econômicos e políticos importantes do país, que terminaram comandando a transição. Em 1984, isso ficou bastante evidente no Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves. Nele, o Carlismo achava-se entre os vitoriosos, enquanto outras correntes baianas marcharam para a derrota com Paulo Maluf. (Dantas Neto, 2000: 56-57).

Em 1985, no que se refere à disputa eleitoral municipal, já pelo voto popular, Mário Kertész¹⁶ foi eleito para a prefeitura de Salvador, com amplo apoio de setores de oposição à ACM. A eleição direta para prefeito naquele ano, segundo analistas políticos, desde o primeiro momento, obedeceu a uma lógica que privilegiou o debate em torno do Carlismo. As forças políticas envolvidas na disputa da prefeitura – PCB, PC do B e mais precisamente o PMDB, optaram por encarar aquela disputa como parte de uma luta anti-carlista: a disputa bipolarizada pelo Governo do estado, marcada para 1986. O Partido dos Trabalhadores optou por não polarizar com o Carlismo e para isso disputou a eleição com uma chapa formada por Jorge Almeida e Sérgio Guimarães, que obteve 5,3% dos votos.

Em 1986, o candidato do PMDB foi o então ministro da Previdência Social do governo José Sarney, Francisco Waldir Pires, ¹⁷ que venceu o candidato do PFL, Josafá Marinho, por uma diferença de um milhão e meio de votos. Vale ressaltar, que em abril

¹⁵ Manoel Barreto atuou junto ao Sindicato dos Engenheiros da Bahia (SENGE), instituição que ajudou a reorganizar no estado, durante o período de redemocratização do Brasil. Foi suplente de Paulo Jackson, quando esse atuou como representante da categoria, junto a Federação Nacional dos Engenheiros. Ambos participaram da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Atualmente, Manoel Barreto é um dos diretores da CPRM – Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais. Depoimento concedido para essa pesquisa, no Rio de Janeiro, em 07 de agosto de 2006.

¹⁶ Ex aliado de ACM, que o indicou para prefeito da capital baiana, quando foi governador da Bahia no final da década de 1970, nas eleições de 1985, Mário Kertész elegeu-se prefeito de Salvador derrotando o carlista Manoel Castro e o então petista, Jorge Almeida.

¹⁷ Ver Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930/ Coordenação: Alzira Alves de Abreu... [et al]. Ed.rev. e atual. – Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 2001. Vol. 4. p. 4690-4692.

de 1986, o jurista baiano Josafá Marinho, atendendo a convite de Antonio Carlos Magalhães, filiou-se ao Partido da Frente Liberal (PFL) para candidatar-se ao governo da Bahia. Para isso rompeu com o Partido Socialista Brasileiro (PSB), cuja direção nacional não apoiou aquela aliança. O jurista baiano, que qualificou a decisão do PSB de “preconceituosa e discriminatória contra os que lutam pelo crescimento do partido”, condicionou sua candidatura à possibilidade de preservar sua imagem de socialista. Foi derrotado, mas nas eleições de 1990, elegeu-se senador.

A eleição de Waldir Pires implicou em uma das principais derrotas eleitorais por que passou um candidato apoiado por Antônio Carlos Magalhães que, naquele momento, ocupava o Ministério das Comunicações do governo Sarney. Mas é importante ressaltar, que, naquela eleição, o filho de ACM, Luís Eduardo Maron de Magalhães,¹⁸ foi o deputado federal mais votado no estado, dividindo com o pai, o comando do PFL baiano. Posteriormente, teve importante papel na política nacional, sobretudo quando da aliança PFL-PSDB, que elegeu Fernando Henrique Cardoso para a presidência da República, em 1994 e 1998.

Em entrevista ao caderno do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS),¹⁹ o historiador Antônio Fernando de Freitas Guerreiro afirma que Waldir Pires ganhou a eleição, aliando-se a antigos membros do Carlismo, que andaram pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e pelo Partido Democrático Social (PDS). Tratou-se, portanto, de “*uma ruptura do pacto oligárquico*”. O fato de políticos como Nilo Coelho, Jutahy Magalhães, Pedro Irujo e tantos outros carlistas estarem no mesmo grupo que Waldir Pires, demonstra isso. Ou seja, na frente política que derrotou o candidato de Josafá Marinho, estavam figuras descontentes, não com o encaminhamento político das oligarquias. Tratava-se de um descontentamento pessoal com Antonio Carlos Magalhães. Daí as grandes dificuldades do governo de Pires. “Uma coisa foi compor uma aliança para derrotar ACM, outra coisa, governar. A administração não se faz a partir da divisão, mas de um projeto que todos estejam dispostos a executar”. (Guerreiro, 1994: 20).

Haroldo Lima também explicou que o fracasso do governo Waldir Pires e o retorno de ACM à cena política têm muito a ver com uma manobra política que, para os

¹⁸ Sobre o deputado Luís Eduardo Maron de Magalhães, ver dicionário histórico-biográfico pós 1930/ Idem. p. 3459-3463.

¹⁹ Entidade ligada à Companhia de Jesus, integrada por jesuítas e profissionais leigos. Fundado pela Companhia de Jesus em 1967, o CEAS se inspira nos valores humanos e evangélicos da justiça e da solidariedade, buscando contribuir para a superação da miséria e da exclusão social.

opositores do Carlismo, não deu certo. Trata-se do fato do então governador sair candidato à vice-presidente na chapa com Ulisses Guimarães. Em um primeiro momento, seu governo ia bem do ponto de vista dos costumes e da seriedade. Um dos principais problemas foi o fato do governador não alterar muito os quadros políticos carlistas que encontrou e que já estavam incrustados no esquema de poder na Bahia. “Isso facilitou muito o retorno de Antônio Carlos e dificultou, objetivamente, a nossa situação e a situação das oposições na Bahia, na época e até hoje”.

Mesmo depois que o Carlismo sofreu essa ampla derrota eleitoral, a política baiana continuou pautada pelo binômio Carlismo/anti-Carlismo, ao se instalar no estado, um governo cujo perfil tinha como traço mais nítido o ser oposição. Assim foi, até a retomada do poder estadual por ACM, em 1990, desta vez pelo voto popular. A partir desse momento, as forças anti-carlistas ficaram bastante enfraquecidas, tanto no interior do estado, como na própria capital.

Outro fator que contribuiu para o fracasso do governo Waldir Pires foi o efeito da propaganda da TV Bahia, na construção de uma imagem negativa de Waldir Pires. Essa TV teve importante papel na recomposição do poder carlista, após a derrota para Waldir Pires. Vale ressaltar que a emissora, de propriedade da família Magalhães, foi fundada em 1985 e logo tomou a concessão da Rede Globo na Bahia das mãos de grupos de empresários simpáticos à oposição. O fato ocorreu em controverso episódio, quando Antônio Carlos Magalhães era Ministro das Comunicações do Governo Sarney. (Dantas Neto, 2000:74).

Antonio Carlos Magalhães, no início de 1987, segundo a *Tribuna da Bahia*, teria conseguido para o presidente das organizações Globo, Roberto Marinho, a compra do controle acionário da NEC, empresa fornecedora de serviço e equipamentos de telecomunicações então pertencentes ao empresário Mário Garnerio. O ministro teria pressionado o empresário, em dificuldades financeiras, a fazer o negócio em condições desfavoráveis, terminando por suspender todos os pagamentos atrasados e novas encomendas à NEC. A operação foi concluída em dezembro de 1986, com Roberto Marinho assumindo, por um milhão de dólares, a empresa, que logo recebeu das Telecomunicações Brasileiras S. A (Telebrás), empresa do Ministério das Comunicações, executora da política oficial para o setor, 30 milhões de dólares correspondentes a créditos atrasados. Um mês depois, a programação da Rede Globo de Televisão, tradicionalmente transmitida pela TV Aratu, passou a TV Bahia, da família do então ministro. (DHBB, 2001:3436).

O resultado das eleições para as prefeituras em 1988, principalmente em Salvador, deixou evidente o fracasso da experiência do governo Waldir Pires. As dificuldades e frustrações com o *governo da mudança* criaram ambiente adverso às forças de centro-esquerda na Bahia. Apesar de contar com a formulação de políticas oriundas de um grande número de profissionais de diversas áreas, que se reuniam na Fundação João Mangabeira, funcionando nas dependências da UFBA, do ponto de vista de articulação dessas idéias às práticas políticas, criou-se uma dicotomia. Ou seja, as propostas elaboradas por especialistas chocavam-se com os interesses de grupos políticos que apoiavam o governo. Assim sendo, as mudanças não aconteceram e o governo foi um fracasso.

Na eleição de 1986, o Partido dos Trabalhadores optou pelo apoio crítico ao candidato Waldir Pires, já que fora pressionado pelo Diretório Nacional a não lançar candidato. Zezéu Ribeiro²⁰ lembra que alguns membros do partido na Bahia defenderam a aliança com o candidato do PMDB. Entretanto, “a composição que Waldir Pires fez naquele momento ficou muito ruim. Ele entregou o vice e os dois senadores para o outro lado, e eu entendi que não era preciso isso tudo para ganhar”. Zezéu explica ainda, que naquele momento, os petistas eram muito marginais, já que o partido contava apenas com alguns vereadores. “A inserção institucional nossa era muito frágil. Eles queriam um PT que já tivesse uma representação importante, nacional, uma história”. Edival Passos ressalta que mesmo assim, o governo Waldir foi uma oportunidade de avanço na luta política na Bahia, já que ele é uma pessoa que tem uma história de tradição e luta pelas liberdades democráticas. Entretanto, o Partido dos Trabalhadores optou pelo apoio crítico a esse político, sendo que seu erro maior foi o fato de, após as eleições, acharem que deveria ser oposição a Waldir na Assembléia Legislativa e no movimento social. Isso contribuiu para que, no governo, ganhassem espaço outras posições mais à direita, mais conservadoras. “Podemos por conta da nossa visão, ter contribuído para um prejuízo histórico. A história da Bahia pode ter sido o que foi, em função da nossa ausência no governo Waldir”.²¹

²⁰ José Eduardo Vieira Ribeiro, conhecido como Zezéu Ribeiro, é arquiteto, formado pela UFBA e pós-graduado em Gestão Ambiental pela UCSAL. Atuou como vereador de Salvador pelo Partido dos Trabalhadores, no período de 1993 a 2002. No PT baiano, Zezéu Ribeiro foi Vice-presidente, de 1993 a 1995; Presidente, de 1995 a 1999; e Secretário de Assuntos Institucionais, de 1999-2001. De 2001 a 2003 foi membro do Diretório Nacional do partido. Em 2002, foi eleito deputado federal, sendo reeleito em 2006. Disputou ainda eleição para prefeito de Salvador, (1988), para Senador da República, (1994) e Governador do Estado em 1998, quando ficou em segundo lugar. Depoimento para essa pesquisa, em Salvador, no dia 12 de dezembro de 2006.

²¹ Depoimento de Edival Passos, citado anteriormente.

Na Bahia, especialmente em Salvador, o ambiente político de 1988 foi de apatia e pessimismo, favorecido pelas dificuldades nas relações do governo estadual com o Governo Federal e com o conservadorismo nos poderes executivos e legislativos municipais. Juntou-se a esses problemas, o fato do prefeito Mário Kertész chegar ao processo sucessório em clima tenso com as esquerdas, com o governo estadual e também com o campo conservador. A consequência dessa realidade política foi a surpreendente eleição do radialista Fernando José prefeito da capital, que se lançou candidato pelo PMDB, prometendo varrer a política e os políticos da administração municipal. Dando-lhe apoio, estavam empresários, entre os quais se destacou Pedro Irujo, seu patrão e mentor, que já se desentendera primeiro com Antônio Carlos Magalhães e depois com Waldir Pires. Fernando José derrotou o candidato da Frente Salvador, Vigildásio de Sena, recém filiado ao PSDB, Zezéu Ribeiro do PT e Manoel Castro do PFL, que teve o apoio de ACM.

Se ao final dos anos setenta, o panorama político na Bahia era de domínio do Carlismo, na década seguinte, esse passou por um momento de interrupção, quando em 1986, Waldir Pires foi eleito governador. Entretanto, o fracasso do chamado *governo da mudança* contribuiu para que no início dos anos noventa, a política baiana voltasse ao controle das forças políticas conservadoras, quando em 1990, o próprio Antônio Carlos Magalhães iniciou um longo período de hegemonia carlista. Essa hegemonia durou 16 anos, já que somente em 2006, o governador Paulo Souto (candidato à reeleição), que estava em seu segundo mandato, foi derrotado pelo petista Jaques Wagner.

2- A reconstrução das oposições.

Em outubro de 1989, aconteceu a primeira eleição para a presidência da República, depois da ditadura militar no Brasil. Os principais candidatos foram: Ulisses Guimarães, (PMDB); Aureliano Chaves, (PFL); Guilherme Afif Domingos, (PL); Leonel Brizola (PDT); Luís Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Collor de Melo (PRN). A nova Constituição determinara que fosse considerado eleito, em primeiro turno, o candidato que obtivesse mais de 50% dos votos. Caso nenhum candidato obtivesse maioria absoluta de votos, os dois mais votados disputariam um segundo turno.

No segundo turno, os candidatos Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Melo foram para uma disputa acirrada. Enquanto Lula enfatizou o tema da

desigualdade social e apelou para os setores populares, Collor insistiu na necessidade de combater a corrupção, modernizar o país e reduzir os gastos públicos, concentrando-se na crítica aos salários muito elevados de alguns funcionários públicos, que ele chamava de “marajás”. Concorrendo praticamente sem o apoio de partidos políticos, mas contando com a ajuda da mídia, sobretudo da rede Globo de Televisão, Collor derrotou Lula, com cerca de 36 milhões de votos, contra 31 milhões de Lula.

Na Bahia, Antônio Carlos Magalhães apoiou Collor desde o primeiro turno, mas o candidato do Partido dos Trabalhadores conseguiu uma votação expressiva, principalmente no segundo turno, em Salvador, no interior. Levando em consideração esse fato, para José Sérgio Gabrielli de Azevedo,²² a campanha para o governo do estado, em 1990, foi resultado de uma ampla avaliação da campanha do PT, de 1989, da qual foi um dos coordenadores. “A escolha do meu nome pelo PT foi consensual. Fui escolhido em janeiro de 90, para ser candidato, numa visão de terceiro turno da eleição contra o Collor em 89”. Em determinado momento, chegou a ser o candidato de consenso das oposições. Entretanto, a discussão sobre a constituição de chapas de candidato a deputado, segundo Gabrielli, levou a uma divisão das oposições.

O fracasso do governo Waldir Pires, a divisão das oposições e a força do Carlismo contribuíram para que, nessas eleições de 1990, Antônio Carlos Magalhães retornasse ao governo do estado. Contando com o apoio do Partido da Frente Liberal (PFL) e de outros partidos políticos, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Liberal (PL), o Partido Democrata Cristão (PDC), além de ter o apoio de cerca de 2/3 dos 415 prefeitos baianos, elegeu-se, derrotando por ampla margem de votos as duas chapas oposicionistas: José Sérgio Gabrielli de Azevedo e Pedro dos Anjos,²³ pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e Lídice da Mata pelo Partido da Social Democracia no Brasil (PSDB) e Beth Wagner, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), respectivamente candidatas a governadora e vice.

²² José Sérgio Gabrielli de Azevedo é economista, professor titular da UFBA e fundador do PT na Bahia. Depois de ter disputado a eleição para deputado federal, em 1982, para vice-prefeito de Salvador, em 1988 e para o governo do estado, em 1990, não disputou nenhum cargo eletivo. Conforme revelou, sua vida profissional, política e acadêmica sempre foram combinadas. Assumiu, em 2002, a coordenação da equipe de empresas e instituições financeiras do estado, na equipe de transição do governo FHC para o governo Lula; em 2003, a diretoria financeira e de relações com investidores da Petrobrás e, em 2005, a presidência da empresa. Depoimento para essa pesquisa, no Rio de Janeiro, em 12 de dezembro de 2005.

²³ Pedro dos Anjos é uma importante liderança dos trabalhadores rurais na região sul da Bahia. Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itamaraju – Ba, e ainda atua no Partido dos Trabalhadores.

A estratégia do PT, em 1990, foi bem sucedida nas eleições para deputados federais e estaduais. Naquele pleito, o partido conseguiu eleger Jaques Wagner e Alcides Modesto para a Câmara Federal. O primeiro contou, principalmente, com os votos da sua maior base eleitoral que estava em Salvador e no Pólo Petroquímico de Camaçari, onde atuara como sindicalista. O segundo contou com o apoio de setores do sindicalismo rural e das comunidades eclesiais de base da Igreja Católica. Para o Legislativo Estadual, foram eleitos: Edival Passos, Geraldo Simões, Maria José e Néelson Pellegrino.

José Sérgio Gabrielli de Azevedo afirma que o PT na Bahia estava fortemente enraizado em três grandes forças: o movimento sindical (principalmente junto aos petroquímicos, estatais estaduais e sindicalismo rural), comunidades eclesiais de base (muito importantes para a descentralização das atividades do partido) e o que chama de tradicionais movimentos de esquerda. Possivelmente, nesse último caso, ele está se referindo àquelas tradicionais lideranças de esquerda, que no período de redemocratização do Brasil, optaram pelo Partido dos Trabalhadores.

Na visão de Gabrielli, na década de noventa, o seu partido estava numa fase em que o movimento sindical, os movimentos de bairros, o movimento popular, o movimento ambiental, o movimento das mulheres e o movimento negro estavam todos no PT. A oposição institucional ao Carlismo coube a um conjunto de partidos: PSDB, PMDB, PDT e PSB. O Partido Comunista do Brasil – (PC do B) detinha a hegemonia sobre o movimento estudantil e alguns sindicatos. De fato, nessa década, o Partido dos Trabalhadores tornou-se mais forte que o Partido Comunista do Brasil, inclusive do ponto de vista eleitoral.

Na década de oitenta, a disputa entre PT e PC do B no interior dos movimentos sociais, como o sindical e o estudantil, foi grande. Carlos Roberto Pereira,²⁴ fundador do PT em Salvador, onde participou da Pastoral Operária, durante a década de 1980, afirma que as relações entre esses dois partidos eram difíceis, porque ambos disputavam os mesmos espaços. O PT surgiu dentro de um contexto político que lhe era bem mais favorável. O PC do B, por sua vez, na visão desse entrevistado, era um partido fechado, porém muito mais organizado. O PT, por ter muitas tendências e por

²⁴ Carlos Roberto Pereira dos Santos nasceu e morou em Salvador até o início da década de 1990. Ajudou a fundar o PT na capital, chegando a ser presidente de uma zonal do partido no Nordeste de Amaralina. Atuou ainda na Pastoral Operária, onde se deu sua formação política. Atualmente reside em Vitória da Conquista, onde é membro do atual diretório municipal do Partido dos Trabalhadores. Depoimento para essa pesquisa, em Vitória da Conquista, no dia 20 de agosto de 2006.

ser mais aberto à discussão, terminou ganhando um espaço maior nos movimentos populares, mas a disputa era acirrada. Acrescenta ainda que parte das lideranças do PT veio de organizações de esquerda. Essa parte era mais organizada e com uma formação política maior, enquanto a outra não. Muitos simpatizantes e militantes do PT vieram do movimento popular, do movimento sindical e não tinham contato com organizações de esquerda. Ele cita Lula, como exemplo. As lideranças iam surgindo e foram forjadas no trabalho, no dia a dia. A partir daí, foram crescendo e se desenvolvendo.

Alice Portugal explica que, com a redemocratização no início da década de 1980, houve uma grande discussão entre filiados e simpatizantes no interior do Partido Comunista do Brasil. A principal questão era voltar à legalidade ou participar de uma nova iniciativa, para a deputada, um partido de massas, que nasceria abrigando diversas forças de esquerda. Lideranças que estavam no exílio, velhos e novos militantes do partido, como João Amazonas e a própria Alice (jovem militante) preferiram manter a fisionomia do partido. Os que seguiam a opinião capitaneada por José Genuíno e Osias Duarte, por exemplo, defenderam a participação em uma nova estrutura de massas, que veio a ser o PT.²⁵

Haroldo Lima afirma que os dois partidos tinham concepções diferentes, tendo o PC do B uma experiência bem mais antiga que os demais partidos brasileiros, e uma experiência acumulada, transmitida de dirigentes para dirigentes. Para o partido, era muito importante o papel das frentes políticas mais amplas, o que possibilitaria um melhor enfrentamento diante de adversários fortes. Em 1990, segundo o entrevistado, o PT não tinha essa concepção, visualizada primeiramente pelo próprio Lula, que teve papel importante nesse aspecto. A não existência de frentes dificultava a possibilidade de vitória nas eleições. “Se você não fizer alianças, se você não fizer frentes, não ganha!”

Em 1992, com o retorno de ACM ao governo estadual e o fracasso da administração do prefeito Fernando José, as pesquisas apontavam para uma vitória carlista nas eleições municipais. Mas “a derrocada do Governo Collor, no bojo de um processo de intensa mobilização civil nacional, roubaria ao carlismo, quase na reta final, a vitória iminente e colocaria, subitamente, no colo da esquerda, o governo de uma cidade destruída”. (Dantas Neto, 2000: 77). Essa vitória coube à Lídice da Mata, que havia trocado o PC do B pelo PSDB baiano, e cujo nome já vinha ganhando espaço desde

²⁵ Depoimento da deputada Alice Portugal, já citado anteriormente.

a disputa para o governo do estado em 1990, quando sua coligação teve boa votação, principalmente na capital. O ex-governador Waldir Pires desempenhou papel importante, pois como uma das principais lideranças de centro-esquerda, naquele momento no PDT, apoiou as candidaturas de Lídice da Mata e Beth Wagner, para prefeita e vice, respectivamente.

Para essa eleição, o Partido dos Trabalhadores não lançou candidato a prefeito. Houve um grande comício em Salvador, quando Lula apoiou as candidaturas de Lídice da Mata e Beth Wagner (PSDB/PCB/PSB/PDT e PC do B). O apoio à Frente Popular Amor e Luta foi um apoio crítico, já que havia necessidade de se marcar presença e eleger vereadores, o que iria ajudar a definir as candidaturas para o governo do estado em 1994. Na eleição de 1992, portanto, aconteceram os primeiros ensaios de alianças das esquerdas baianas. Elas foram importantes do ponto de vista das articulações para as eleições de 1994, quando o PT preferiu apoiar, em primeiro turno, Jutahy Magalhães Júnior, do PSDB, e em segundo turno, João Durval Carneiro, do PDT. O vitorioso foi o carlista Paulo Souto.

As eleições de 1992, quando Lídice da Mata venceu Manoel Castro, deputado federal do PFL e candidato apoiado por Antonio Carlos Magalhães, não deixou de ser mais uma frente do “não”, onde o discurso anti-carlista foi eficiente para a vitória eleitoral, mas não deu sustentação ao governo. Assim, não houve elaboração de propostas que pudessem viabilizar o governo e o enfrentamento das adversidades. O processo das frentes políticas, às vezes se torna problemático, na medida em que se faz uma aliança para derrotar um adversário, mas não há um esforço conjunto no enfrentamento das dificuldades para se governar.

3- A força do retorno do Carlismo

Após a derrota de seu candidato, em 1986, Antônio Carlos Magalhães retorna, em 1991, tendo como um dos principais aliados, o filho Luís Eduardo, que também se destacou na política. “Operando sempre nas fronteiras da política com a economia e a cultura, no limiar dos anos 90, o Carlismo reciclou discurso e prática outrora referenciados no regime autoritário, tornando-os mais consistentes e pertinentes a um contexto liberal democrático”. (Dantas Neto, 2003: 1).

Paulo Fábio afirma que a supremacia carlista nos anos noventa foi montada, primeiro, sobre um tripé político, cujos elementos foram em ordem crescente: prestígio

eleitoral, manejo de recursos extra-eleitorais de poder e uma aura de infalibilidade e onipotência, que transmitia uma sensação de poder ainda maior que o efetivo. O segundo elemento exemplifica-se na mobilização da máquina do poder Executivo para exercer pressão contínua sobre o empresariado, mídia, poderes municipais, movimentos sociais e no controle do Legislativo, do Judiciário e dos Tribunais de Contas, estadual e Municipal. Além de tudo isso, o Carlismo tinha influência sobre áreas da administração federal. E o terceiro elemento derivou da interação dos dois anteriores, afetando outros aspectos, a exemplo da cultura política local, que favorecia o personalismo e se tornava avessa ao pluralismo político; das práticas de cooptação, que imobilizavam as forças oposicionistas, então em virtual ascensão no estado; e da ampliação da projeção nacional de ACM e Luís Eduardo. (Dantas Neto, 2003: 2).

Todo esse poder reforçou-se em 1990, quando Antônio Carlos Magalhães foi eleito governador, o que o credenciou a potencial candidato do PFL à presidência da República, em 1994. Entretanto, diante do favoritismo do candidato Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, PFL e PSDB entraram em negociações, visando fortalecer a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, então Ministro da Fazenda do governo do presidente Itamar Franco. Consolidada a aliança, Antonio Carlos deixa o governo baiano, em 1º de abril daquele ano, para concorrer a uma vaga no Senado, tendo sua força evidenciada na política estadual pelos resultados das eleições. Conseguiu formar a maioria na Assembléia Legislativa, elegeu outro senador até então desconhecido Waldeck Ornelas - que se tornou ministro da Previdência no governo de Fernando Henrique Cardoso) – e também 22 dos 39 deputados federais, além do governador, Paulo Souto.

Na eleição de 1994, a oposição ao Carlismo saiu dividida no primeiro turno, com as candidaturas: João Durval do PDT e Juthay Magalhães Júnior do PSDB, sendo que esse último contou com o apoio do PT, apesar de resistências das bases do partido, que preferiam um candidato próprio. No segundo turno, as oposições apoiaram João Durval, que, entretanto, não foi eleito. O vitorioso para o governo do estado foi o candidato César Borges do PFL, e para o Senado, o governador Paulo Souto.

No âmbito nacional, o poderio carlista também cresceu, tendo em vista a eleição de Antonio Carlos Magalhães, para a presidência do Senado, e do seu filho Luís Eduardo, para a presidência da Câmara dos Deputados. Se, no plano federal, a sustentação do projeto hegemônico coube ao PSDB, PFL e parcelas do PMDB, no plano estadual, a oposição diminuiu cada vez mais e se limitou a um número pequeno de

deputados federais e estaduais. A hegemonia carlista na Bahia passou a contar com o apoio do PFL, PTB, PL e, em determinados momentos, do PMDB e de diversas outras legendas de aluguel, em sua maioria formada pelo que os oposicionistas chamavam de carlistas “não puros”. O chamado Carlismo puro ou nuclear estava no partido do então senador Antônio Carlos. A maioria absoluta das prefeituras e dos políticos do interior estava com o PFL e partidos aliados. Em 1996, em Salvador, o prefeito Antônio Imbassay inaugurou dois mandatos com o apoio do Carlismo, só interrompidos com a vitória, em 2004, do atual prefeito João Henrique (PDT).

Para Luiz Umberto Pinheiro, que foi Secretário de Saúde do governo Waldir Pires e, posteriormente, filiou-se ao PT, era estarrecedor o silêncio da Bahia – por seus partidos de oposição, por suas organizações sociais, por sua intelectualidade, sua universidade, suas personalidades, seus artistas – em relação à mística promovida por Antônio Carlos Magalhães no plano nacional, como paladino da moralidade, da justiça, da democracia e do respeito às instituições. (Pinheiro, 2000: 60). Em 2000, Luiz Umberto publicou um livro em que manifestou sua decepção com os rumos tomados também pela esquerda baiana e pelos partidos tidos como oposição aos governos federal e estadual.

Entretanto esse silêncio não foi total, principalmente na Assembléia Legislativa, onde, desde o final do mandato do governador Antonio Carlos, vinha se tentando articular um bloco de oposição ao Carlismo. Essa iniciativa ganhou fôlego no início de 1995. A deputada Alice Portugal informa que, diante da necessidade de unidade na Assembléia Legislativa, passou a haver a presença de um conjunto de pessoas com uma visão mais ampla da política, que foram convencidas da necessidade de união. Assim, segundo a deputada, a criação do bloco único de oposição foi fundamental para o desmascaramento do Carlismo. “Nas legislaturas 1995-1998/1999-2002, a oposição tratou o problema do Carlismo na Bahia com mais coragem e determinação.” O deputado Paulo Jackson teve um importante papel nesse processo.

Em 1998, o Carlismo nuclear sofreu um duro golpe com a morte de Luís Eduardo Magalhães, deputado federal e filho do senador Antônio Carlos. Entretanto, o período de hegemonia carlista ganhou força com o investimento na memória do ex-deputado, que passou a ser reverenciada em todo o estado, onde recebeu diversas homenagens. Isso fortaleceu o Carlismo, de maneira que naquele ano, o então senador César Borges foi eleito em primeiro turno, para governador da Bahia. Em janeiro de

1999, a oposição resolveu não participar das cerimônias da posse, já que naquele momento, essa estava bastante isolada na política baiana.

Segundo o deputado Zilton Rocha,²⁶ quando em 15 de fevereiro, o governador César Borges compareceu à Assembléia para leitura da mensagem do executivo, a oposição decidiu, tendo Paulo Jackson na liderança do bloco, pedir uma questão de ordem para perguntar se a oposição teria o direito de participar, ao que os governistas sinalizaram um não. Naquele momento, os deputados oposicionistas que portavam uma mordaca, suspenderam a Constituição Baiana. Zilton Rocha lembra que “foi uma reação radical e um momento significativo, com repercussão na imprensa, pois com aquele gesto, a oposição estava deixando claro que estava sendo impedida de participar. “Isso teve uma grande visibilidade”. Para Moema Gramacho,²⁷ essa foi a maneira de protestar encontrada pelos oposicionistas. “ Uma forma de manifestação que não causou tumulto, já que era um silêncio visível”.

Zilton Rocha, que assumiu o mandato de deputado em 1999, afirma que um dos grandes embates travados com os deputados governistas na Assembléia Legislativa, foi a defesa do direito de participação na mesa diretora, direito assegurado pelo regimento interno da Casa, e que era sempre negado pelos governistas. Dos oito membros da mesa e mais os suplentes, nenhum era da oposição. “Os governistas passavam o rolo compressor por terem a maioria e elegia a mesa diretora sozinhos, desrespeitando o próprio regimento interno da Assembléia”. Esse direito só foi respeitado, depois que a oposição entrou na justiça, vitória obtida, segundo o deputado José Carlos Dourado das Virgens,²⁸ após a morte do deputado Paulo Jackson, um dos deputados que mais batalhou por isto.

Quanto à força do Carlismo na Bahia, é importante lembrar que com a eleição ao governo do estado em 1990, Antônio Carlos Magalhães inaugurou mais de uma

²⁶ Professor, Zilton Rocha iniciou sua carreira política como vereador, em Nova Canaã (BA), sua cidade natal. Mudou-se para Salvador, onde foi vereador pelo Partido dos Trabalhadores, de 1993 a 1996 e 1996 a 1998. Em 1999, assumiu mandato de deputado estadual, sendo reeleito em 2002 e 2006. Depoimento para essa pesquisa, em Salvador, no dia 20 de junho de 2006.

²⁷ Moema Isabel Passos Gramacho formou-se em Química Industrial na Universidade Federal da Bahia e em Biologia na Universidade Católica do Salvador. Foi secretária geral da Central Única dos Trabalhadores (1987 a 1993); diretora estadual do PT, (1993); diretora do Instituto Nacional de Saúde do Trabalhador – (1990 a 1993); diretora do Sindicato dos Químicos Petroquímicos – Sindquímica (1996 a 1997); secretária de formação da direção estadual do PT (1997) e deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT), de 1997 a 2004. Nas eleições municipais de 2004, foi eleita prefeita de Lauro de Freitas (Região Metropolitana de Salvador), pelo PT. Depoimento para essa pesquisa, em Lauro de Freitas, no dia 28 de fevereiro de 2007.

²⁸ José Carlos Dourado das Virgens elegeu-se deputado estadual em 1998, sendo reeleito em 2002 e 2006. Representa principalmente a região de Irecê. Colaborou com a fundação do Partido dos Trabalhadores no Sertão. Depoimento para essa pesquisa, em Salvador, no dia 09 de março de 2006.

década de hegemonia carlista. Segundo estudiosos da política baiana, o primeiro governo dessa nova fase política, foi pautado no trinômio publicitário A-C-M, “ação-competência-moralidade”. Foi um momento em que, nacionalmente, o Carlismo ajudou a dar sustentação ao governo Collor. Durante o governo Itamar Franco, as relações não foram amistosas. O governador Antonio Carlos fez grandes investimentos na área cultural, que se tornou carro-chefe do apelo ao turismo. Um forte apelo à mídia, tendo nas mãos a TV Bahia, retransmissora da programação da TV Globo, contribuiu para um clima de revanche aos seus adversários que administraram a Bahia de 1986 a 1990.

Contrastando com o primeiro governo carlista, segundo Paulo Fábio, a primeira gestão Paulo Souto, (1995-1999) foi um tempo da colheita farta na administração e na política, de bônus oriundos da rígida poupança de recursos do período antecedente, da nova situação da política nacional, sob comando de Fernando Henrique, e da expansão hegemônica do grupo no estado, sob controle de Antonio Carlos e Luís Eduardo Magalhães. (Dantas Neto, 2003:237). Ao governador Paulo Souto sucedeu o governador César Borges, e durante esses dois governos, foi grande a sintonia do poder político baiano com a política nacional, em tempos de neoliberalismo e privatizações.

Entre os diversos embates travados pelos oposicionistas, principalmente na Assembléia Legislativa, há que se ressaltar as lutas contra as privatizações, a exemplo do Banco do Estado da Bahia (BANEB), da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA) e da Empresa de Telefones (TELEBAHIA). Somou-se a isso a extinção do Instituto de Assistência e Previdência Social (IAPSEB), quando os funcionários públicos foram obrigados a aderir ao Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais (PLANSERV) e ao fundo de Custeio da Previdência Social dos Serviços Públicos do Estado da Bahia (FUNPREV). A tentativa de privatização da Empresa Baiana de Água e Saneamento (EMBASA) esbarrou na forte oposição não apenas dos trabalhadores da empresa, mas da própria sociedade baiana. O deputado Paulo Jackson e o Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto desempenharam importante papel nesse processo.

Outra questão importante refere-se às isenções fiscais concedidas à instalação da uma fábrica da FORD no estado, em 1999, acontecimento muito comemorado pelo governo e contestado pela oposição, tendo em vista, que segundo o deputado Paulo Jackson, a dívida pública do estado, que já estava grande, tendia a crescer. A oposição

na Assembléia Legislativa queria um debate em torno do assunto, pois não se tratava simplesmente de ser contra a implantação de qualquer empresa. “Continuamos sendo contra a doação do dinheiro do baiano, que não é empregado na saúde, educação, agricultura, segurança pública, a essa empresa. Fazendo uma comparação entre o orçamento de 1999 e o de 2000, assiste-se a cortes de recursos desses setores. Ou seja, dinheiro sendo retirado dessas necessidades fundamentais, essenciais ao povo da Bahia para se dar à multinacional do porte e da magnitude da Ford”.²⁹

Paulo Fábio explica que um recuo no tempo, até 1998, permite flagrar três momentos que enfraqueceram o Carlismo, como “partido dominante,” em um cenário onde o poder se exercia monocraticamente. Primeiro, a frustração do projeto presidencial de Luís Eduardo, morto, prematuramente, em abril de 1998. A partir desse fato, a aura de infalibilidade dissolveu-se em sucessivos erros estratégicos, como no episódio da violação do painel do Senado,³⁰ até o enfrentamento direto e simultâneo de vários adversários, avaliando mal, em ambos os casos, seu calibre de poder; Segundo, a elite política brasileira protagonizada por políticos do PSDB buscou se livrar de atores políticos com o perfil político e regional de Antônio Carlos Magalhães. O terceiro movimento é o fato de, depois de 15 anos de democracia contínua no país, haver um gradual reconhecimento e valorização pela sociedade civil baiana, da pluralidade e da legitimidade dos conflitos de interesses, permitindo o preenchimento de um espaço público e o advento, na Bahia, de uma sociedade competitiva e afinada com o andamento nacional. Se na Bahia “carlista”, a partir do episódio do painel, já se duvidara da infalibilidade do “Chefe”, incluindo a perda de espaço no primeiro escalão

²⁹ Discurso proferido pelo deputado Paulo Jackson, na Assembléia Legislativa, em 26 de outubro de 1999.

³⁰ Em 28 de junho de 2000, o Senado Federal da República cassou em seção secreta o mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), acusado de envolvimento no escândalo da nova sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) paulista. Naquele momento, estava também em discussão a sucessão do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) na presidência do Senado. Em 22 de fevereiro de 2001, reportagem da Revista *Isto é* informou que o senador baiano teria afirmado em conversa com três procuradores da República, possuir a lista com os votos de cada Senador naquela sessão. O sucessor de ACM no Senado, senador Jader Barbalho (PMDB-PA), determinou a instauração de um inquérito para apurar a vulnerabilidade ou não do painel eletrônico do Senado. Em 17 de abril, anunciou-se oficialmente o resultado dos trabalhos da comissão. Além dos laudos técnicos, uma ex diretora do Centro de Processamento de Dados do Senado confessou ter violado o painel eletrônico do Senado no dia da votação. De acordo com esse depoimento, o trabalho teria sido executado a pedido do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que por sua vez teria recebido a orientação do senador Antônio Carlos Magalhães. Em 23 de maio de 2001, o Conselho de Ética do Senado rejeitou destaques apresentados pelo PFL e aprovou por 13 votos a 2 o relatório do senador Saturnino Braga (PT-RJ), recomendado abertura de processo de cassação. No dia seguinte, Arruda renunciou ao mandato no Senado, gesto seguido por ACM, no dia 30 de maio daquele ano.

do governo Federal, a renúncia do senador ao seu mandato, abriu brechas definitivas também na presunção de sua onipotência. (Dantas Neto, 2003: 2-3).

Paulo Fábio explica que durante pouco mais de um ano, até as eleições de 2002, ocorreram fatos que comprovam o declínio do Carlismo, como o rompimento da aliança entre Carlismo e PMDB regional, reconstruindo-se o eixo PMDB-PSDB; o fato de sete deputados federais e cinco estaduais do bloco carlista caminharem para o campo oposicionista; o confronto de ampla repercussão com o movimento estudantil; a massiva e radicalizada greve das polícias estaduais; o recrudescimento da oposição do *Jornal A Tarde*, principal órgão de imprensa escrita baiana, à figura do ex senador; o cerceamento, pela Rede Globo, do uso político direto da sua repetidora na Bahia, propriedade da família Magalhães; a perda do controle do Carlismo sobre as cúpulas do Tribunal Regional Eleitoral e do próprio Tribunal de Justiça do Estado; o isolamento, no plano nacional, nas tentativas pré-eleitorais na base situacionista e a perda de postos federais na Bahia.

O deputado estadual Paulo Jackson Vilasboas, principal líder das oposições na Assembléia Legislativa da Bahia, morto em 19 de maio de 2000, quando estava em plena ascensão política, participava desse momento da história política da Bahia, quando o Carlismo, apesar de ainda forte, principalmente no interior do estado, estava em declínio. Nas eleições municipais daquele ano, o Partido dos Trabalhadores experimentou o seu maior crescimento até então, incluindo as reeleições do prefeito Guilherme Menezes (Vitória da Conquista) e da prefeita Neusa Cadore (Pintadas) e a vitória de prefeitos petistas em Itabuna, Juazeiro e Alagoinhas. Na chamada Serra Geral, uma das regiões, em que Paulo Jackson exercia mais de perto a política, o partido conseguiu eleger dois vereadores em Guanambi, dois em Riacho de Santana e um em Ibiassucê. Em Carinhanha, município localizado no Médio São Francisco, a candidata Chica do PT teve bom desempenho eleitoral e o seu partido elegeu dois vereadores. Em Salvador, o deputado federal Néelson Pellegrino teve uma boa votação, mas não conseguiu ir para o segundo turno.

CAPÍTULO II - PAULO JACKSON: A MORTE E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA

“Depois de mortos, os homens públicos tendem a se tornar unanimidade. Não todos, é claro. Na tragédia “Júlio César” de Shakespeare, Marco Antônio inicia o seu discurso de forma monumental:

‘Amigos romanos, compatriotas, prestai-me atenção. Estou aqui para sepultar César, não para glorificá-lo. O mal que fazem os homens perdura depois deles! Frequentemente, o bem que fizeram é sepultado com os próprios ossos! Que seja assim com César!’.

Na Assembléia Legislativa Baiana, dá-se a primeira hipótese, o elogio das virtudes. Assim tem sido feito (e com justas razões) com o deputado Paulo Jackson, recentemente falecido.

Pois é. O bem perdura depois da morte. Não é o caso da tragédia shakespereana.”

Samuel Celestino, *A Tarde*, 25 de maio de 2000.

O ano de 2000 começou bastante movimentado para Paulo Jackson. Um dos deputados mais ativos da Assembléia Legislativa, naquele ano participava das Comissões de Finanças e Orçamento e de Constituição e Justiça, sendo que dessa última, era o vice-presidente. Juntamente com outros deputados continuava o trabalho na CPI para investigar convênios entre o INCRA e municípios baianos e foi um dos principais responsáveis pela vinda à Bahia da CPI do Narcotráfico, da Câmara dos Deputados, quando se investigou denúncias sobre o crime organizado. Parlamentares e autoridades estaduais foram indiciados pelo envolvimento na rede criminosa que abrangia o tráfico de drogas e roubo de cargas no país.

Paulo Jackson estava muito envolvido ainda, com outra questão considerada vital. Com outros deputados da oposição ao Carlismo, setores da sociedade civil e o Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto (SINDAE) tentavam reverter o processo de privatização da Empresa Baiana de Saneamento (EMBASA), proposto pelo então governador César Borges. Enquanto engenheiro da empresa e um dos sócios fundadores do SINDAE, do qual foi o primeiro presidente, sempre defendeu as questões da água e do saneamento como políticas de Estado.

Desde as eleições de 1998, quando contou com uma votação mais expressiva no interior do estado, havia tomado a decisão de viajar mais, saindo de Salvador, no intuito de contribuir para a interiorização do seu partido. Foi em uma dessas viagens, quando ele se dirigia à comunidade de Gameleira do Assuruá, no município de Gentio do Ouro, localizado entre a micro região de Irecê e a região do canal de Utinga, no rio São Francisco, a 566 km de Salvador, que um acidente de ônibus lhe tirou a vida.

Quando, em 19 de maio de 2000, o deputado estadual do Partido dos Trabalhadores baiano veio a falecer, um clima de consternação e perplexidade tomou conta não apenas da Assembléia Legislativa do estado e daqueles que o conheciam de perto, mas da própria sociedade baiana. Os jornais daqueles dias passavam uma mensagem de unanimidade, quanto ao papel desempenhado pelo deputado que acabara de falecer. Conforme assinala o texto acima, do jornalista Samuel Celestino, ele fora muito elogiado e certamente faria muita falta.

O Diário Oficial do estado dos dias 20 e 21 de maio daquele ano – sessão Legislativa - dedicou cinco páginas à memória do deputado, enfatizando que ele era inteiramente dedicado ao exercício do mandato parlamentar. “Paulo Jackson era uma das raras unanimidades numa Casa, por excelência de contrários. Aliados e adversários juntaram-se para lamentar o seu precoce desaparecimento, reconhecendo a sua competência e retidão de caráter”.

Coube à Mesa Diretora da Assembléia Legislativa informar à Bahia o falecimento do deputado, quando convidou a todos para o velório no Salão Nobre da Casa e para o sepultamento, dia 20 (sábado), às 11 h, no Cemitério Jardim da Saudade. A nota assinada pelo presidente da Casa, deputado Antônio Honorato, enfatizou o fato de Paulo Jackson considerar o Legislativo como uma extensão de sua própria residência, tamanha a sua dedicação ao parlamento e ao mandato que exercia.³¹

Após a sua morte, foram realizadas sessões especiais na Assembléia Legislativa, com participação de familiares, amigos, sindicalistas, deputados e representantes da sociedade civil. Nessas homenagens póstumas, valores, princípios e ações do deputado foram ressaltados pelos que usaram a palavra para lamentar a perda do jovem político, que certamente teria ainda muito a oferecer à sociedade baiana. Para a família de Paulo Jackson foram momentos de muita dor.

³¹ Diário Oficial do Estado, 20 e 21 de maio de 2000.

1. “A vida é feita de riscos. Temos que arriscar”.

Na noite de 18 de maio de 2000, em uma reunião no Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto da Bahia, os aposentados estavam discutindo a ameaça da EMBASA demitir os empregados aposentados, que continuavam trabalhando. Eles estavam sendo coagidos a aderir à proposta da empresa, chamada Plano de Demissão Voluntária (PDV). Na ocasião, Paulo Jackson pediu para antecipar sua fala. Tinha uma viagem marcada para uma comunidade rural no município acima mencionado.

Alguns funcionários da empresa já tinham assinado o Plano de Demissão Voluntária e estavam em situação difícil. Na reunião, Paulo Jackson alertou sobre esses riscos. Sua última frase foi: “A vida é feita de riscos. Temos que arriscar”, frase essa que ficou marcada não apenas na memória das pessoas que participaram da reunião, como também de muitos admiradores do deputado, tendo em vista terem sido essas, as últimas palavras ditas por ele, em público.

Valdir Portela,³² que entrou para a EMBASA em 1974 e se aposentou na empresa, estava na reunião e foi convidado pelo deputado a acompanhá-lo até a rodoviária. “Paulo Jackson não estava preocupado com a viagem.” No caminho para a rodoviária, foram conversando. “Ele estava tranquilo, contente, e a gente foi batendo um papo sadio. Ele era meu amigo e eu perguntei para onde ia: ‘Rapaz, eu vou pra Gentio do Ouro, fazer uma palestra sobre a questão da água’. Ele sempre ia visitar aqueles lugares em que o pessoal votava nele”.

Portela, que muitas vezes fez manutenção no carro do deputado, lembra que ao voltar (da rodoviária), deixou o automóvel no sindicato, onde anotou os defeitos que encontrara. Quando recebeu a notícia do acidente e da morte, foi difícil acreditar. Para ele, “foi uma perda irreparável, não só para os trabalhadores em água e esgoto, como também para a sociedade baiana, porque o companheiro era uma liderança respeitada, um grande líder e um grande parlamentar”.

Na manhã do dia 19 de maio daquele ano, quando a notícia chegou à Assembléia Legislativa, o sentimento foi de incredulidade. “Ninguém acreditava que o

³² Valdir Portela participa do movimento sindical no SINDAE, desde a sua fundação, em 1986, e é membro da atual diretoria. Sempre votou e colaborou nas três eleições em que Paulo Jackson concorreu a uma vaga na Assembléia Legislativa da Bahia. Entrevista concedida em Salvador, dia 20/06/2006.

deputado tivesse morrido”.³³ As pessoas que o esperavam na cidade de Xique-Xique, haviam ligado, dizendo que ele não chegara, e que tinha acontecido um acidente, provavelmente no ônibus em que ele estava. Inicialmente, as informações foram desencontradas. A notícia do acidente foi confirmada, quando Emanuel Lima ligou para o deputado Reinaldo Braga, que é da região, pedindo para que se informasse sobre o acontecido.

Posteriormente, soube-se que entre as cinco mortes acontecidas no acidente, uma foi a de Paulo Jackson. O corpo foi levado para a cidade de Jacobina, onde aconteceu a autópsia. Coube ao colega, deputado Ruy Macedo (PSDB), o reconhecimento do corpo. “O governo da época, a pedido dos deputados do PFL: José Carlos Araújo, Reinaldo Braga e Antônio Honorato foi solidário e providenciou que um avião fosse buscar o corpo do deputado”.³⁴ Na tarde daquele dia, a notícia chegou às pessoas através de telefonemas e informações desencontradas. Confirmado o acidente e a morte, um grupo grande de pessoas foi esperar a chegada do caixão no aeroporto.

A morte de Paulo Jackson foi amplamente coberta pela imprensa baiana. No dia seguinte ganhou as páginas dos jornais e estava no noticiário dos diversos meios de comunicação, inclusive na *TV Bahia* e no jornal *Correio da Bahia*, de propriedade da família Magalhães. “Morreu ontem, vítima de acidente de ônibus na BA-052 (Estrada do Feijão), o deputado Paulo Jackson, do PT. Naquela oportunidade, o jornal afirmou que a morte precoce do deputado abateu políticos das bancadas de governo e oposição na Assembléia Legislativa, onde se notabilizou como um dos mais atuantes parlamentares das últimas legislaturas”.³⁵

Por sua vez, o jornal *A Tarde*, trouxe, na primeira página, uma foto em que o caixão do deputado é carregado por diversas pessoas, entre as quais alguns opositores. Duas páginas da edição foram dedicadas a informações sobre a tragédia e o risco permanente de acidentes nas estradas. Segundo a matéria do jornal *Correio da Bahia*, Paulo Jackson era o principal nome da oposição na Assembléia, sendo respeitado por todos os parlamentares, independente de posicionamento político.

No acidente, morreram cinco pessoas, sendo que 18 ficaram feridas. A suspeita do delegado de Morro do Chapéu, João Pihton Jr. foi que o motorista de ônibus da empresa Águia Branca, Júlio César Santos Cardim, dormira ao volante. Outra versão

³³ Depoimento de Emanuel Silva Lima, em Salvador, no dia 23 de outubro de 2006. Emanuel foi assessor parlamentar de Paulo Jackson de 1995 a 2000.

³⁴ Idem.

³⁵ Jornal *Correio da Bahia*, 20 de maio de 2000.

é a de que o ônibus tombara numa ribanceira, nas proximidades do lugarejo Porto Feliz do Morro. O motorista do ônibus prestou informação na tarde do dia 19 de maio ao delegado, dizendo ter sido obrigado a desviar de uma carroça, que invadiu a pista em direção ao ônibus, quando ocorria uma forte neblina na BA-052, a cerca de 10 quilômetros da cidade. Ele fora obrigado a buscar o acostamento, mas não vira a ribanceira de mais de 14 metros, que teria provocado o tombamento do veículo.³⁶

Por sua vez, o Jornal *Tribuna da Bahia* trouxe a manchete: “Morte de Paulo Jackson une oposição e situação”. E seguia: “Ideologias diferentes, bancadas opostas, adversários políticos que esqueceram as divergências, reuniram-se ontem durante a tarde na Assembléia Legislativa da Bahia para o velório do deputado petista, que morreu na madrugada, de traumatismo torácico, durante um desastre de ônibus no município baiano de Morro do Chapéu”.³⁷

A imprensa e os depoimentos de aliados e adversários avaliaram o acontecimento como uma perda irreparável para a política baiana. Segundo Manoel Barreto, qualquer partido sentiria a perda de um político do porte de Paulo Jackson, principalmente em função das causas que ele defendia. Especificamente para o PT, foi uma perda muito grande, porque ele encarnava muito da proposta do partido, com o qual tinha forte identidade. “Ele passava isso. A população enxergava a cara do PT em Paulo Jackson. Ele levava isso para a Assembléia. A oposição, desde o primeiro momento, identificava o PT em Paulo Jackson”.³⁸

Na ocasião, o vice-presidente da Casa, deputado José Carlos Araújo (PFL), com quem Paulo Jackson travou muitos embates, afirmou que diferenças de cunho partidário e ideológico os separavam, mas isso não reduz a avaliação positiva que ele fazia de Paulo Jackson – um político dedicado e estudioso, que cumpriu bem o seu papel de opositor na Assembléia. Convicto de que a lacuna aberta no parlamento era proporcional à dor sentida por seus familiares naquele momento difícil, Araújo dirigiu palavras de consolo à família do deputado falecido.³⁹

O deputado petista era considerado muito duro, não apenas pelos carlistas, mas também por seus colegas de partido. Para o deputado Antônio Rodrigues (PFL) a presença de Paulo Jackson dava mais calor às discussões. “Apesar da firmeza de sua

³⁶ Jornal *A Tarde*, 20 de maio de 2000.

³⁷ Jornal *Tribuna da Bahia*, 20 de maio de 2000.

³⁸ Depoimento de Manoel Barreto, citado anteriormente.

³⁹ Diário Oficial do Estado da Bahia, 20 e 21 de maio de 2000.

atuação era uma pessoa que não guardava rancores”.⁴⁰ Por sua vez, o deputado Edson Duarte (PV) afirmou que a morte de Paulo Jackson foi uma tragédia que abalou a oposição pelo exemplo político, pelo tino, pelo gosto e pela dedicação, já que ele era uma referência da oposição na luta e no embate político. Era a voz da experiência e da disposição de lutar.⁴¹

2. A política baiana perde um guerreiro.

O historiador francês François Dosse, ao se referir à história e memória, afirma que no início do século XX, o sociólogo durkheimiano Maurice Halbwachs colocou do lado da memória o vivido, o múltiplo, o afetivo, enquanto que a história se caracterizaria pelo caráter crítico, conceitual e laicizante. Dosse não tira o mérito do trabalho de Halbwachs, mas acrescenta a ele novas discussões.

Pela proposta de Halbwachs, com o que Dosse não concorda, a história só começaria no momento em que se apagasse ou se decompusesse a memória social. Numa distinção bastante radical: só haveria história no ponto em que a memória “acabasse”. A história é apresentada, assim, como o lugar da objetividade. “Os recentes estudos da história social da memória mostram que a própria aproximação entre história e memória lembra a dimensão humana da disciplina histórica”. (Dosse, 2003:1-6)

Segundo Fernando Catroga, “a verdade é que em certo sentido, não se pode negar que a tradição subjetiva da *anamnesis* se dá dentro de quadros sociais, interiorizados a partir do topos histórico do próprio evocador, e que tudo isso conduz à necessidade de se conferir uma certa coerência narrativa à vida dos grupos, como se de ‘eus coletivos’ se tratassem”. (Catroga, 2001: 46). O consenso quanto ao papel desempenhado por Paulo Jackson durante a sua trajetória política decorre não apenas da maneira como ele morreu, mas principalmente das suas atitudes consideradas coerentes.

Após a sua morte, pela maneira combativa e corajosa de como ele fez política, desde o tempo de sindicalista, Paulo Jackson passou a ser chamado de guerreiro. Para Walter Pinheiro (PT), deputado federal pela Bahia, o partido perdeu o seu mais aguerrido parlamentar. “Paulo Jackson sempre se caracterizou pela firmeza de ações e espírito combativo. Preocupou-se permanentemente em fundamentar suas denúncias.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem.

(...) A forma como morreu, viajando de ônibus à noite para ganhar o dia, revela um pouco o perfil do deputado”.⁴²

O então deputado federal pelo PC do B da Bahia, Haroldo Lima, afirmou que a morte de Paulo Jackson fora uma notícia inesperada e dramática, reconhecendo-o como um dos mais sérios e combativos parlamentares da Bahia. Afirmou ainda, que a esquerda baiana sofrera um duro golpe com essa perda, já que ele era um deputado muito hábil e atuante, ligado às suas bases e vinculado às causas populares. Atuara no Parlamento como poucos, tendo excelente desempenho político na Assembléia Legislativa, especialmente como uma liderança que combatia o Carlismo.⁴³

Em 20 de maio de 2000, uma nota assinada por todos os deputados da oposição veio a público expressar o lamento e a dor pelo trágico falecimento do deputado. Segundo a nota, o Partido dos Trabalhadores perdeu aquele que mais luz transmitia em sua intensa jornada política. A oposição baiana, não apenas na Assembléia, mas em toda a Bahia, perdeu o guerreiro, aquele que mais dedicação teve no encargo atribuído por seus eleitores ao longo dos últimos anos: o de fiscalizar as ações do governo. Perdeu, portanto, não apenas o PT, mas o PC do B, PSB, PSDB, PDT e PV.⁴⁴ A atuação de Paulo Jackson não se limitava à Assembléia Legislativa e suas ações extrapolavam as lutas do seu partido.

Em nota de pesar, o também petista Guilherme Menezes, prefeito de Vitória da Conquista, a maior cidade da Bahia, localizada na região Sudoeste do estado, lamentou a morte do parlamentar. “Quanto apoio deu a Conquista, numa dívida que jamais poderemos saldar”. A nota dizia ainda que da tribuna da Assembléia Legislativa, Paulo Jackson falava em nome do povo, em discursos que tinham um pouco do anseio de cada baiano: baiano do sertão, da caatinga, da região de Caetité, sua terra; do litoral ou da chapada; do oeste produtor, da população ribeirinha que vive do São Francisco, ou da gente que sobrevive nas dobras de uma capital marcada pelos contrastes.⁴⁵

Por ser um dos poucos prefeitos do grupo de oposição ao Carlismo na Bahia, no seu primeiro mandato (1997-2000), o prefeito Guilherme Menezes foi muito bombardeado por seus adversários. Os documentos do arquivo particular de Paulo Jackson, bem como discursos proferidos na tribuna da Assembléia Legislativa, informam como, de fato, o deputado fazia questão de acompanhar a administração

⁴² Depoimento ao Jornal *A Tarde*, em 20 de maio de 2000.

⁴³ *Idem*.

⁴⁴ Acervo da Associação Movimento Paulo Jackson - AMPJ.

⁴⁵ Jornal *Tribuna do Sertão*, 20 de maio de 2000.

municipal dessa cidade. Concluindo a nota, o prefeito afirma que perder Paulo Jackson, tão trágica e precocemente, abria um vazio na política baiana. “Para nós do PT e da Prefeitura de Vitória da Conquista, esse vazio jamais será preenchido. Para o povo do nosso estado a perda será irreparável”.⁴⁶

Políticos integrantes de movimentos populares da região da Serra Geral lamentaram a morte de Paulo Jackson. Para Aurelino Nogueira, vereador pelo município de Guanambi, o acontecimento deixou os petistas da cidade transtornados. “Que os sonhos, os ideais e a vontade de Paulo Jackson de ver uma sociedade menos desigual, onde todos possam ter vez e voz, permaneçam em nossos corações e continuem a ser nossa bandeira de luta. Que o exemplo de cidadania que Paulo Jackson deixou possa ser seguido por todos”. Por sua vez, a vereadora e candidata do Partido dos Trabalhadores à prefeitura de Carinhanha - região do Médio São Francisco - também lamentou o fato. “Um deputado atuante e combativo. Uma grande perda para todos aqueles que desejam uma Bahia digna”.⁴⁷

Uma moção de pesar da Câmara Municipal de Gentio do Ouro, assinada pela vereadora do PT Margarida Maria Lúcio Teixeira, em 25 de maio de 2000, lamentou a morte do parlamentar, enfatizando que como em vários estados do Brasil, em centenas de municípios da Bahia, Gentio do Ouro acompanhou, sentiu e solidarizou-se com o desaparecimento físico do deputado, amigo, e conselheiro Paulo Jackson. “Agora, resta-nos honrar e acreditar que o brilho da estrela, jamais se apagará, mas continuará nos iluminando para consolidação do Partido dos Trabalhadores e para o desempenho da oposição na Bahia. Paulo, você vive!”⁴⁸

Em sua cidade natal, onde o prefeito Dácio Oliveira (PFL) decretou luto oficial por três dias, uma multidão foi para a Praça da Catedral, na esperança de que o velório e sepultamento acontecessem em Caetitê. Da Câmara de Vereadores, veio uma moção de pesar, assinada pelo vereador Francisco Néilson Castro Neves (PC do B). O texto ressaltava que a perda de Paulo Jackson, naquele momento, deixava órfãs duas grandes batalhas em curso no município. A primeira era a defesa da “água e da vida” e a segunda era a defesa de uma atitude séria e respeitosa das Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para com o meio ambiente e os trabalhadores. Ainda segundo o mesmo vereador, por ter sido um líder, o parlamentar petista deixava muitos seguidores que resgatariam

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Os dois depoimentos fazem parte da reportagem do Jornal *Tribuna do Sertão*. 20 de maio de 2000.

⁴⁸ Moção de pesar da Câmara Municipal de Gentio do Ouro, assinada pela vereadora citada. Arquivo da AMPJ.

não só suas lutas, mas propagariam sua prática política baseada na retidão de caráter, na ética, na solidariedade e, sobretudo, na esperança de um mundo fraterno.⁴⁹

Segundo Michael Pollak, na abordagem durkheimiana, a ênfase é dada à força quase institucional da memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade. Explica ainda que Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, trata-a como uma maneira de acentuar as funções positivas desempenhadas pela memória comum. Trata-a com o sentido de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo. Daí o termo utilizado para esses casos: “comunidade afetiva”. (Pollak, 1989:3). Maurice Halbwachs, ao falar em Memória Coletiva, trata-a como um fenômeno coletivo e social construído coletivamente. “A história não é todo o passado, mas também não é tudo aquilo que resta do passado. (...) Ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo”. (Halbwachs, 1990:71)

Os depoimentos sobre Paulo Jackson sejam através da imprensa, sejam através das fontes orais, transmitem essa afetividade, não apenas no campo da oposição ao Carlismo, como também no âmbito da Assembléia Legislativa. Existe, de fato, como foi colocado por Samuel Celestino no texto que introduz este capítulo, um sentimento de unanimidade quanto às virtudes do deputado morto. Para exemplificar a questão da construção de um discurso em torno da sua morte, seguindo a linha de consagração pelo que foi feito em vida, enumeraremos alguns exemplos. Os depoimentos a seguir foram tomados emprestados ao Jornal do CREA-BA, quando este órgão realizou uma homenagem especial a Paulo Jackson.⁵⁰

Para Jaques Wagner, então deputado federal pelo PT, Paulo era uma figura muito forte do ponto de vista da ética, da dedicação, do compromisso, da seriedade e da competência. Emanava luz dentro da política e sua marca era a da seriedade e dureza de quem olhava para a política como coisa séria. (...) “Era uma dureza de resistência, de quem queria continuar enxergando a política como viva, como coisa grande, como coisa de luz”. Por sua vez, a ex-prefeita de Salvador e colega de Paulo Jackson em seu último mandato, Lídice da Mata (PSB), afirmou que “Paulo era o nosso melhor deputado. Era o mais experiente, era quem definia a estratégia de bancada, era o mais dedicado ao

⁴⁹ Moção de pesar do vereador pelo PC do B no município de Caetitê, Francisco Néilson Castro Neves. 22 de junho de 2000. Arquivo da AMPJ.

⁵⁰ Jornal do CREA-BA, Ano V – n°. 45- Junho de 2000.

plenário e à Assembléia Legislativa. Portanto, não perdemos qualquer deputado, nós perdemos o nosso comandante em meio à batalha”.

Para Jair Gomes, presidente do Partido Verde na Bahia, Paulo Jackson foi uma figura rara na política, que reuniu competência, honestidade, sensibilidade e determinação. “A sua formação técnica lhe dava suporte para entender os processos, influir nele e identificar as mazelas das propostas mal orientadas dos governos incapazes e desonestos”. O deputado federal João Almeida (PSDB) lembra que Paulo Jackson era um dos mais promissores quadros da nova geração da política baiana “Construiu a sua carreira como um guerreiro, trabalhador metucioso, organizado, obstinado e leal às causas populares, que abraçava em defesa da transformação da sociedade brasileira.” Para Jutahy Magalhães Júnior, do mesmo partido, a Bahia sofreu uma grande perda, principalmente porque Paulo Jackson era uma pessoa muito humana e um político íntegro, que muito contribuiu para os avanços dos setores em que atuou.

Por sua vez, o presidente do Sindicato dos Engenheiros da Bahia, Gustavo Paez afirmou que o deputado falecido sempre foi uma pessoa muito comprometida e leal a seus ideais. Exerceu com determinação, zelo, competência e espírito público todos os cargos que seus colegas de profissão e o povo da Bahia lhe encomendaram. “A dedicação aos seus não reconheceu qualquer fronteira, e amou seu povo por sobre todas as coisas da vida”. Confirmando essa imagem positiva, marcada por afetividade e pelo choque causado pela morte, o deputado estadual Marcelo Nilo (PSDB), que tinha sido presidente da Empresa Baiana de Saneamento, na gestão Waldir Pires - período marcado por problemas e divergências com os urbanitários -, assinala que Paulo Jackson foi o melhor parlamentar que aquela casa já viu em todos os tempos. “Ele era um deputado sério, coerente, incorruptível, competente e, sobretudo, corajoso”.

O vereador e presidente estadual do PC do B, Daniel Almeida, afirmou que dificilmente Paulo Jackson seria esquecido, pois foi uma referência na política e, principalmente, na ação combativa, firme, no trabalho em plenário. “Nas articulações, nos debates, na contestação, na análise dos temas, Paulo foi um parlamentar que se destacou, gozando de prestígio e respeito entre todas as forças políticas, inclusive entre seus adversários”. Para o então deputado estadual João Henrique e atual prefeito de Salvador (PDT), “Paulo Jackson seria o eterno líder das oposições.” O então deputado federal e ex-governador da Bahia, Waldir Pires (PT), lamentou profundamente o desaparecimento de uma personalidade jovem e ao mesmo tempo tão vigorosa e firme. “É uma perda inestimável, ao mesmo tempo antinatural”.

No conjunto de depoimentos publicados pelo Jornal do CREA-BA, e outros órgãos da imprensa, deputados governistas, que também foram ouvidos, falaram de forma respeitosa e elogiosa sobre o colega falecido. Em seu depoimento, a deputada Sônia Fontes (PFL) afirmou que a bancada governista não podia deixar de negar que Paulo Jackson era o grande conhecedor do Legislativo. “A sua atuação era sempre brilhante, mesmo que nos sentíssemos quase sempre provocados pelas suas colocações, que eram sempre respaldadas no Direito. Isso nos fazia admirá-lo como parlamentar”.⁵¹ Por sua vez, o deputado federal José Carlos Aleluia (PFL) afirmou que “a morte de Paulo Jackson foi uma perda para a democracia que se alimenta do contraditório. Ele foi um dos grandes arautos da oposição. E não foi só a oposição que perdeu: o governo perdeu um bom crítico, um bom avaliador. Perdeu o feedback.”⁵²

O então prefeito do município de Brumado, Edmundo Pereira (PMDB) ressaltou, em nota de pesar, que Paulo Jackson tinha uma grande capacidade de trabalho. “Um grande homem público, excelente parlamentar, com quem tive a honra de conviver quando exerci o meu mandato de deputado. Era um parlamentar íntegro que estava sempre lutando. Corajoso e fiel. Uma grande perda para a Bahia.”⁵³ Brumado é um município localizado também na Serra Geral, próxima de Caetité, onde o deputado atuava politicamente. Edmundo Pereira foi eleito vice-governador do estado na eleição de 2006, em chapa formada com Jaques Wagner.

Para Michael Pollack, se a memória tanto individual quanto coletiva possui característica flutuante, mutável, deve-se lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis. Diversos depoimentos acentuam, por exemplo, a questão da intolerância de Paulo Jackson para com a corrupção e o descaso para com a coisa pública, assim como o espírito combativo e sério com que fazia política. Para o professor Luiz Roberto Santos Moraes, Paulo foi uma pessoa que optou pela ideologia socialista e que lutou muito no sindicato, no Partido dos Trabalhadores e na Assembléia Legislativa, por valores humanísticos e éticos. “Ele era uma referência para muitas pessoas que acreditavam no Partido dos Trabalhadores”.⁵⁴

⁵¹ Jornal do CREA-BA. Ano V – nº 45 – Julho de 2000.

⁵² Jornal *A Tarde*, 21 de maio de 2000.

⁵³ Jornal *Tribuna do Sertão*, 20 de maio de 2000.

⁵⁴ Luiz Roberto Santos Moraes é engenheiro civil, Doutor em Engenharia Sanitária e professor titular do Departamento de Hidráulica e Saneamento da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia. Depoimento tomado para essa pesquisa, em Salvador, no dia 26 de fevereiro de 2007.

Existe uma base comum para conciliar memória coletiva e memórias individuais. Existe também um processo de negociação, além da seletividade de toda memória. É óbvio que alguns parlamentares, inclusive da oposição ao Carlismo, incluindo aí o Partido dos Trabalhadores, não concordavam em alguns aspectos com posições defendidas por Paulo Jackson. Os governistas também não lhe faziam todos esses elogios em vida. Entretanto, a maneira como ele morreu, fez com que houvesse uma reflexão que ressaltou as suas qualidades. Tornou-se impossível negar que estavam diante de alguém que deixou um legado para a política baiana. Enquanto isso, muitos militantes e simpatizantes do PT sentiram-se órfãos, ou sem aquele amigo irmão, com quem podiam contar para projetar um futuro mais decente e democrático, onde a política pudesse ser feita com ética e justiça.

3. Um adeus emocionado.

O velório e sepultamento do deputado Paulo Jackson foram marcados por grande comoção e pela presença de muitas pessoas, desde amigos, familiares e sindicalistas a deputados federais e estaduais. Dentre esses, o então presidente de honra do Partido dos Trabalhadores e futuro presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Antes da chegada do caixão com o corpo do deputado, a comoção já permeava o salão nobre da Assembléia Legislativa. Segundo reportagem do *Diário Oficial do Estado*, as palavras de amigos, colegas da EMBASA, do sindicalismo e da política mostraram que a tragédia não só atalhou a vida de um homem, mas de alguém que soube se fazer parte da história da Bahia, com uma atuação firme na vida pública. As dependências da Assembléia já estavam lotadas no meio da tarde, à espera do cortejo que veio de Jacobina, onde se realizaram os primeiros serviços fúnebres.⁵⁵

Quando o caixão chegou à Assembléia Legislativa com o corpo do deputado, às 18 horas do dia 19, foi aplaudido por pelo menos 500 pessoas. O sepultamento foi marcado para as 11 horas do dia seguinte, no Cemitério Jardim da Saudade.⁵⁶ O velório aconteceu no salão nobre da Assembléia, onde prefeitos, vereadores e deputados de diversos partidos, representantes de todas as regiões do estado, lotaram o espaço, num clima, segundo vários depoimentos, de total consternação. “Ali, familiares e amigos

⁵⁵ *Diário Oficial*, 20 e 21 de maio de 2000.

⁵⁶ *Jornal A Tarde*, 20 de maio de 2000.

próximos pediram um tempo para ficar a sós e reverenciar em privacidade, não o homem público, mas o pai de Daniel e André e o marido de Suzana. Também estavam presentes as irmãs e diversos outros parentes”.⁵⁷

A Assembléia decretou luto oficial por três dias. Na despedida emocionada, militantes petistas empunhavam bandeiras do partido, com tarjas pretas. Conforme assinala Manuel Barreto, depoimentos de trabalhadores, principalmente de colegas seus da EMBASA, camponeses, deputados estaduais e federais foram emocionantes. Muitos militantes do partido fizeram-se presentes no velório do deputado. Houve ainda uma presença grande de delegações do interior do estado. Uma grande faixa foi cuidadosamente colocada na lateral do caminhão, com a frase pronunciada por Jackson durante a última reunião dos trabalhadores da Embasa: “A vida é feita de riscos. Temos que arriscar”.

Por volta das 10h30, depois da missa de corpo presente, rezada na Assembléia Legislativa, o esquife foi colocado em cima de um caminhão aberto do Corpo de Bombeiros, estacionado junto à rampa de acesso à Assembléia Legislativa. Seguiu pelas avenidas Paralela e ACM, onde subiu para a Cruz da Redenção e rumou para o Cemitério Jardim da Saudade, no bairro de Brotas. Lá, uma multidão estimada por policiais em quase mil pessoas aguardava o féretro.⁵⁸

Segundo reportagem do Jornal *A Tarde*,⁵⁹ pessoas de todas as classes sociais estiveram no último adeus a Paulo Jackson. Luiz Inácio Lula da Silva fez um discurso sobre a liderança de Paulo Jackson e o deputado Luiz Bassuma exaltou as qualidades de político e ser humano. Pessoas do Movimento dos Sem Terra (MST), do SINDAE, da EMBASA e de vários partidos políticos também se manifestaram. Quando o corpo descia à sepultura, todos cantaram o Hino Nacional. Segundo nota do Jornal *Correio da Bahia*,⁶⁰ estiveram no Jardim da Saudade todos os deputados estaduais da Bahia. Acrescenta ainda que foi rezada a oração de São Francisco de Assis.

No cemitério, no adeus de despedida, Lula disse que muita gente famosa nesse país não tinha a capacidade moral e ética de Paulo Jackson, companheiro que estava deixando um legado enorme, um símbolo de luta pela construção de uma sociedade mais justa e fraterna. Com a sua morte, o Partido dos Trabalhadores perdeu um de seus

⁵⁷ *Diário Oficial*, 20 e 21 de maio de 2000.

⁵⁸ *Jornal A Tarde*, 21 de maio de 2000.

⁵⁹ *Jornal A Tarde*, 21 de maio de 2000.

⁶⁰ *Jornal Correio da Bahia*, 21 de maio de 2000.

maiores símbolos. As suas idéias e o seu exemplo contribuirão para a continuidade da luta pela construção de um país solidário. ⁶¹

Passado aquele momento, as pessoas mais próximas do deputado voltaram perplexas para as suas casas. É isso que diz os vários depoimentos. Aneli Rodrigues, líder de movimentos populares em Caetité, que acompanhou de perto as manifestações ocorridas em Salvador, assinala que ao retornar ao interior e especificamente à cidade em que o deputado nasceu, se surpreendeu com a tristeza que pairava nos semblantes das pessoas. “O povo não se conformava com o que a gente dizia, tentando criar outras versões, como a dizer que o deputado não havia morrido”. Outro detalhe que chamou à atenção da entrevistada foi o fato de em algumas residências as pessoas colocarem uma tarja preta nas portas ou janelas. ⁶² Vale lembrar que por suas posições firmes Paulo Jackson possuía muitos admiradores em Caetité, mas também alguns desafetos.

O deputado Walter Pinheiro, embora seja de Salvador, tem uma ação semelhante à que Paulo Jackson desenvolvia em grande parte do território baiano. Em um discurso emocionado na Câmara dos Deputados em Brasília, Pinheiro ressaltou que pouca gente sabe onde fica Gameleira de Assuruá, para onde Paulo Jackson estava indo. Explicava que a comunidade ficava na região de Xique-Xique (município da micro região de Irecê). O que faz um deputado se deslocar até um local tão distante para debater com gente de poucos recursos assuntos como água e cidadania? “Por isso, os inimigos temiam sua palavra: Paulo conhecia o chão e alma da nossa gente, do mesmo modo como conhecia as regras da Casa onde trabalhava e as manhas e artimanhas dos seus adversários. Não era fácil pelear com ele.” ⁶³

Em 23 de maio de 2000, o Senado Federal aprovou voto de profundo pesar pelo falecimento do deputado baiano. O requerimento foi iniciativa dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Heloísa Helena (PT-AL) e Geraldo Cândido (PT-RJ). O senador Eduardo Suplicy destacou a extensa luta de Paulo Jackson no movimento sindical e sua incansável batalha pela não privatização dos recursos hídricos brasileiros. Segundo ele, o PT e o povo baiano perderam uma referência. Na oportunidade, o

⁶¹ Luiz Inácio Lula da Silva no sepultamento de Paulo Jackson, em Salvador, 20 de maio de 2000.

⁶² Depoimento de Aneli Rodrigues, em 08 de fevereiro de 2006. Lira, como é conhecida, atuou como militante de Movimentos Sociais na diocese de Caetité. Colaborou com a assessoria do deputado em Caetité e participou da construção do Partido dos Trabalhadores na região da Serra Geral. Disputou três eleições, concorrendo a uma vaga na Câmara de Vereadores, vindo a ser eleita apenas em 2004.

⁶³ Discurso de deputado Walter Pinheiro, na Câmara Federal em Brasília, quando prestou homenagem ao deputado Paulo Jackson, em maio de 2000.

presidente do senado Antonio Carlos Magalhães disse que a Mesa do Senado se associava “ao sentimento do PT”.⁶⁴

Em mensagem ao PT da Bahia, o então presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, deputado José Dirceu, informou que recebeu com tristeza a notícia da morte do companheiro. “Não terei mais os telefonemas constantes e insistentes do nosso líder Paulo, cobrando mais ação de nosso partido, vigilância ética e radicalismo na luta contra FHC e, principalmente, contra o coronelismo carlista que domina a nossa Bahia. Paulo era um cidadão correto, um militante de garra e um parlamentar dedicado, dirigente do PT nacional e líder da nossa bancada. Fazia tudo com paixão e muita vontade, um exemplo para todos nós”.⁶⁵

Quando Paulo Jackson faleceu, ele já era um cidadão respeitado na política baiana e no Partido dos Trabalhadores, em nível nacional. Todos os principais jornais da capital, além de alguns jornais do interior do estado, boletins de parlamentares e de diversas organizações, ao noticiarem o trágico falecimento, além das referências elogiosas, fizeram questão de informar aos seus leitores o currículo do deputado. É também importante observar, que as centenas de telegramas, cartas e moções de pesar, vindos de diferentes regiões do Brasil e da Bahia, que foram dirigidos à família, assim como os diversos registros na imprensa, são demonstrações de que, o parlamentar baiano era bastante conhecido e respeitado.

Para o deputado Zilton Rocha, o deputado baiano já era reconhecido em vida até nacionalmente. Antes de morrer, havia sido eleito membro do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. Luiz Inácio Lula da Silva disse que Paulo Jackson, ao chegar às reuniões, queria questionar uma série de comportamentos, ao que o presidente de honra do partido teria dito: “chegou um paladino da moralidade, querendo saber um bocado de coisas e questionando práticas que ele achava que o PT tinha de refletir”.⁶⁶

Referindo-se à seqüência de homenagens feita ao deputado falecido, em sua coluna no jornal *Tribuna da Bahia*, Isaac Newton Carneiro afirmou que elogios pós-morte são sempre fáceis e, por isso, às vezes se perdem no comum do momento. “Mas para falar do deputado do PT e não ficar no comum, não é preciso muita coisa, só um pouquinho de memória”. Destacava que, antes de tudo, a trajetória de Paulo Jackson ficou marcada por uma característica: a coerência. Por isso ele fez muitos admiradores e

⁶⁴ *Jornal do Senado*, 24 de maio de 2000.

⁶⁵ Mensagem para o PT da Bahia, assinada pelo Presidente Nacional do partido dos Trabalhadores e Deputado Federal pelo PT-SP, em 19 de maio de 2000. Arquivo da AMPJ.

⁶⁶ Zilton apud Lula, em entrevista citada anteriormente.

muitos opositores. “Aqueles que viam seus projetos e seus desejos sendo defendidos ficavam, é claro, completamente favoráveis. Mas outros tantos, que viam no deputado uma grande oportunidade de polêmica e discussão (nisso ele era muito bom) se socorriam logo na oportunidade, para agitar às vezes, remosas sessões legislativas”.

Discordando de alguns depoimentos da oposição, segundo os quais, ela teria sido a maior perdedora, o articulista afirmava que quem mais perdia com a falta de Paulo Jackson, era o próprio parlamentar (afinal 47 anos não é idade para alguém nos deixar). Acrescentou ainda que todos os deputados, estejam de que lado estiverem, faziam parte de um todo por um motivo único: a população, que, através do voto, lhes delega poderes. “Sendo desse modo, não existem monstros ou bichos, existem interesses diferentes decorrentes das representações que estão no cenário que se monta em cada eleição”.

As inúmeras correspondências de pesar, os elogios não compensam algo extremamente relevante: a perda e a ausência, principalmente por parte da família do deputado que morreu. “A falta que faz cada ausência dessas deve ser encarada com muita reflexão. A família, que terá na ausência do pai e do esposo, não poderá nunca ser compensada por quaisquer que sejam os elogios que forem colocados”. As disputas do mundo político, às vezes esquecem que o político, antes de tudo, é um ser humano. No caso de Paulo Jackson, alguém que se doou de forma pouco comum ao bem público e às idéias que defenderam com afinco. Concluindo sua coluna, Isaac Newton afirmava que “sem dúvida o deputado defendia seus representados com idéias, com ações e, principalmente, com uma íntegra coerência que merece as nossas saudades”.⁶⁷

No mundo ocidental, as diversas religiões têm ajudado o ser humano a enfrentar a dor da morte. Mesmo assim, ainda é comum o desespero diante de uma realidade tão concreta quanto a vida. Segundo Leonardo Boff, “o homem é um nó de relações e dinamismos sem limites, voltados para todas as direções, clamando para uma realização plena e por um desabrochar num derradeiro sentido. Na situação terrestre só pode concretizar algumas das possibilidades dentre as ilimitadas que se ocultam no seio de seu ser”.⁶⁸ Essa é uma visão que transcende o cristianismo. Para quem tem fé, a morte não é, portanto, uma frustração, nem um fim. “Ela confisca para si toda a positividade: rompe o modo de nossa ligação com o mundo, corta-nos dos entes

⁶⁷ Coluna, com a palavra Isaac Newton. *Tribuna da Bahia*, 22 de maio de 2000.

⁶⁸ BOFF, Leonardo. *Vida para além da morte*. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2004. p. 34.

queridos e cinde-nos do corpo que amamos. Ela é dolorosa e triste como um fim de festa ou como o derradeiro aceno de um encontro”.⁶⁹

Para Suzana Rocha, esposa de Paulo Jackson, esse deixou a seus familiares um patrimônio muito precioso: dignidade, força, coragem e capacidade de luta por uma causa justa. “Resta em nós a experiência de termos compartilhado com esse ser humano, um relacionamento de amor, humor, cumplicidade e profundo respeito. Uma intensa luz brilhou nesse percurso aqui - Planeta Terra e Planeta Água... Segue a luz... Clareando, esclarecendo... Fica a saudade”.⁷⁰

Do ponto de vista da história, a morte do deputado tratou-se de um *momento memorial*, já que naquele momento, as suas qualidades ganharam visibilidade. O seu velório e sepultamento foram marcados por suporte de memória ritualisticamente compartilhado. Neste caso, a memória desempenhou a sua função social através de liturgias próprias, centradas em reavivamentos, que só os traços-vestígios do pretérito são capazes de provocar. “É certo que a memória também pode operar a partir de traços inscritos na mente, mas a socialização do sujeito exige revificações rituais, como acontecia nas sociedades sem escrita”. (Catroga, 2001: 48).

Uma sessão considerada atípica foi realizada em 22 de maio de 2000, quando parlamentares da oposição e governo “falaram a mesma língua” numa homenagem à memória do deputado. A cadeira da ala de oposição onde ele costumava se sentar permaneceu vazia e sobre ela foi colocada uma rosa em sua homenagem. Naquele momento, o seu microfone foi desligado.⁷¹ Num acordo de liderança, a Casa reservou 5 minutos de silêncio em sua homenagem, antes que a sessão terminasse. Num discurso emocionado, a deputada Alice Portugal (PC do B) disse que aprendeu a ser comunista com o PC do B, mas aprendeu a ser deputada com Paulo Jackson. Apesar da ausência, a deputada disse que “Paulo Jackson certamente estaria na primeira cadeira vazia do parlamento a dar força para persistirmos na luta”.⁷²

Após a morte, a memória de Paulo Jackson foi reverenciada em diversos lugares, como a Câmara Municipal de Salvador, que também realizou sessão especial, em 23 de maio do mesmo ano, quando o vereador Zezéu Ribeiro propôs que a próxima escola municipal de Salvador recebesse o nome de Paulo Jackson; o 9º Congresso Estadual da CUT, realizado em julho de 2000, mereceu votos de congratulações de

⁶⁹ Idem. p. 34-35.

⁷⁰ Manuscrito encontrado na documentação.

⁷¹ Durante mais de cinco anos, a cadeira do parlamentar permaneceu vazia e com a rosa.

⁷² *Diário Oficial do Estado, Tribuna da Bahia e Jornal A Tarde*, 23 de maio de 2000.

parlamentares do PT, por ter batizado o Congresso Estadual da entidade com o nome do deputado; em Carinhanha, o deputado foi homenageado com o nome de uma frente formada pelo PT, PPS, PDT e PSDB, tendo Chica do PT, candidata a prefeita nas eleições municipais de 2000.

Homenagens a Paulo Jackson foram e ainda são feitas. Entretanto, constata-se que nem sempre o culto à sua memória necessariamente implica na adoção de seus valores políticos e sua visão de mundo. Suas atitudes radicais quanto à moralidade pública, os costumes políticos e dedicação ao parlamento, não poucas vezes eram e continuam a ser vistas por alguns, como moralismo e/ou ética exagerada. Sua organização, dedicação e eficiência nas respostas às demandas populares eram vistas com admiração por alguns e com certo despeito por outros.

Trinta dias após a morte de Paulo Jackson, em 19 de junho de 2000, outra sessão de homenagem póstuma foi realizada na Assembléia Legislativa, quando muitos deputados da oposição e situação se manifestaram. Na ocasião, o então deputado Renato Costa (PSB) afirmou em seu discurso que há homens que não morrem, mas deixam de viver, pois continuam lembrados nos traços marcantes de suas trajetórias, categoria a que pertence o colega parlamentar. Sua presença ficou no seu exemplo, numa dimensão que extrapola as paredes do plenário, dos gabinetes e corredores da Assembléia Legislativa, chegando a rincões distantes do nosso estado⁷³.

Ao tratar das funções dos ritos de recordação, o historiador Fernando Catroga, afirma que “a memória, reavivada pelo rito, também tem um papel pragmático e normativo”. Em nome de uma história, ou de um patrimônio comum, ela visa inserir os indivíduos em cadeias de filiação identitária. Para isso, o seu efeito ritual tende a traduzir-se numa mensagem. “Ao unificar recordações pessoais, ou memórias coletivas, constrói e conserva uma unidade que domestica a fugacidade do tempo num presente que dura”. (Catroga, 2005:50).

A Assembléia Legislativa da Bahia, quando promove a cada ano, na data do aniversário da morte do deputado Paulo Jackson, sessões especiais em homenagem a ele, ou para discutir algo a que ele se dedicava, está contribuindo para que não se esqueça o seu legado. Esse papel é desempenhado também pela Associação Movimento Paulo Jackson (AMPJ), pelo Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto (SINDAE), pela Câmara de Vereadores de Caetité, pelo Movimento Ambientalista

⁷³ Discurso proferido pelo deputado Renato Costa, em 19 de junho de 2000, por ocasião de uma sessão especial na Assembléia Legislativa, um mês após a morte do parlamentar.

Terra (MATER) e pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), da cidade natal do deputado. Desde o primeiro ano do aniversário da morte, movimentos populares de Caetité passaram a realizar momentos especiais de homenagens e eventos que rememoram as principais bandeiras levantadas por Paulo Jackson, a exemplo de defesa do meio ambiente, da água e da democracia participativa.

4. Memória, silêncio e lembrança.

Segundo Verena Alberti, porque a memória é mutante, é possível falar de uma história das memórias de pessoas ou grupos, passível de ser estudada por meio de entrevistas de História Oral. As disputas em torno das memórias que prevalecerão em um grupo, em uma comunidade, ou até em uma nação são importantes para se compreender esse mesmo grupo, ou a sociedade como um todo. A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade (Alberti, 2005: 167). A quem interessa a preservação da memória de Paulo Jackson?

Ao tratar da construção da identidade, Michael Pollak faz referência a três elementos essenciais: 1) - unidade física, a exemplo de fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso coletivo; 2) - continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; 3) - sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. “Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual, quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” (Pollak, 1992:204).

No artigo Memória, Esquecimento, Silêncio, publicado pela revista *Estudos Históricos*, Michael Pollak enfatiza que os objetos de pesquisa no campo da memória social são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes. Em outro artigo, intitulado Memória e Identidade Social, publicado pela mesma revista, ele afirma que se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos. (Pollak, 1992:204).

O período da morte de Paulo Jackson - maio de 2000 - coincidiu também com um momento de crise no carlismo nuclear, em função da morte do filho do senador

Antônio Carlos Magalhães, Luís Eduardo Magalhães. Uma das maneiras que os carlistas encontraram para superar a crise e obter certa compensação pela perda foi um grande investimento na memória do filho do senador, cujo nome passou a ser dado em ruas e avenidas de cidades baianas e em uma rede de colégios inaugurados em diversos municípios do estado. Um município do oeste baiano foi criado com o nome do deputado e o aeroporto Dois de Julho passou a se chamar Luís Eduardo Magalhães.

Quanto à mudança do nome do aeroporto, aconteceram muitos protestos, inclusive na Assembléia Legislativa. Entretanto, conforme lembra a deputada Alice Portugal, a decisão de mudança do nome coube ao Congresso Nacional. Em discurso proferido em Salvador, no dia 2 de Julho de 1998, Paulo Jackson ressaltou que a mudança foi um equívoco. “A proposta deveria ser melhor analisada, principalmente pelos políticos que representam os baianos naquela Casa. Todos que dizem que amam, que trabalham pela Bahia, deviam ter consciência da necessidade de colocarmos o 2 de julho no lugar que lhe é de direito na História do Brasil”.

Quanto ao excesso de homenagens ao ex-deputado Luís Eduardo Magalhães, em discurso proferido na tribuna da Assembléia, Paulo Jackson tratou a questão com certo humor, na ocasião em que o deputado José Carlos Araújo propôs um projeto de resolução à casa, instituindo a Comenda Deputado Luís Eduardo Magalhães. A questão já tinha sido discutida na comissão de Constituição e Justiça, quando ao parecer do relator, deputado Gaban, o deputado Paulo Jackson votou pela constitucionalidade da matéria, apesar de entender que a proposta deveria partir da mesa diretora, por gerar despesas para a Assembléia. Entretanto a mesa considerou que o projeto apresentado pelo deputado Araújo era meritório, e por isso deu parecer favorável.

Continuando seu discurso, Paulo Jackson afirmava ter a compreensão de que no estado da Bahia começou-se um processo de, na verdade, tentar se criar uma situação quanto ao tratamento da memória do ex-deputado Luís Eduardo, que na sua compreensão era constrangedor, inclusive para aquele que se buscava agradar no momento. “Já vi nos jornais, direção de escola convidando autoridades, alunos, decretando ponto facultativo, para se inaugurar um retrato de Luís Eduardo Magalhães.” Mais adiante, ele afirmava que não tem levantado questionamentos sobre os valores que o deputado Luís Eduardo tinha na política baiana que desenvolvia. “Não temos entrado nesse mérito, no entanto não podemos concordar com essa busca desenfreada de agradar a quem está no poder hoje na Bahia, mais particularmente ao senador Antonio Carlos Peixoto de Magalhães, pai do ex-deputado”.

Explica ainda que quando na Assembléia a oposição foi convocada e convidada a se manifestar com relação a homenagear o ex-deputado, dando o seu nome ao palácio daquela Casa, a oposição não vacilou e nem recusou um minuto sequer. “Entendemos, naquela oportunidade, que era efetivamente uma homenagem merecida e de pronto assinamos o requerimento, dispensando todas as formalidades para que o projeto de resolução fosse aprovado.”⁷⁴ Para Paulo Jackson, não se tratava de um problema só na Bahia, mas na própria Assembléia, na medida, em que deputados que se dizem seguidores do senador, procuravam meios, mecanismos e formas de homenagear e bajular o senador Antônio Carlos Magalhães.

Uma das coisas que incomodavam a Paulo Jackson era o excesso de homenagens feitas em lugares públicos a personalidades vivas. Através do advogado Júlio Rocha, o deputado deu entrada em ação popular buscando mudar o nome do estádio de Caetité, sua terra natal, inaugurado com o nome do então senador Paulo Souto. A ação foi amparada em dispositivo das constituições federal e estadual que proíbe que se dê nome de pessoas vivas a vias e prédios ou equipamentos públicos.⁷⁵ Vale ressaltar que Souto também nasceu em Caetité, mas não tem fortes laços com a cidade, até porque se mudou da cidade, quando ainda era criança.

Por outro lado, entretanto, nomes de personalidades como Anísio Teixeira, Paulo Jackson fazia questão de reverenciar. Na imprensa e no plenário da Assembléia Legislativa, ele desencadeou uma ampla campanha, contribuindo com emenda orçamentária que destinou recursos do orçamento de 1995 à recuperação da casa em que o educador nasceu. O parlamentar chamava a atenção para a necessidade de se preservar a memória de Anísio, do ponto de vista da valorização de suas idéias para a educação e da preservação do casarão em que o educador nasceu e viveu a sua adolescência.⁷⁶

Quanto a Paulo Jackson, após a sua morte, muitas homenagens foram feitas, mas para alguns observadores mais atentos, no decorrer do tempo, o parlamentar baiano tornou-se um tanto esquecido, como se não fosse importante lembrar os princípios que nortearam sua vida. Recentemente, o próprio Samuel Celestino reclamou desse esquecimento. Segundo esse jornalista, “fora os rituais formais de demonstração de apreço e estima para quem se foi, é inegável que nós vivos tendemos a jogar no limbo do esquecimento aqueles homens e mulheres, que quando em vida tiveram uma

⁷⁴ Discurso proferido em 10 de agosto de 1999. Anais da Assembléia Legislativa.

⁷⁵ *Jornal Tribuna da Bahia*, 23 de outubro de 1995.

⁷⁶ Ver *Jornal Imagem*, 18 de dezembro de 1994.

marcada luta voltada para os interesses coletivos”. Ressaltou ainda, que nos anos difíceis para o PT no legislativo estadual, Jackson sabia a importância da conversa franca com os adversários. “Ex-sindicalista, formulador, aberto ao diálogo com as forças pefelistas na Assembléia, ele jamais poderá ser rotulado como sectário”.⁷⁷

De fato, Paulo Jackson é lembrado, mas existe certo silêncio com relação à sua memória, algo sentido principalmente pelas pessoas mais próximas e por aquelas que o admiravam. Samuel Celestino lembrou ainda que o PT está no governo federal e que o Ministério da Cultura tem promovido e financiado eventos, mas o petista não é sequer mencionado. Nesse caso, ele está se referindo ao fato de, em 2006, no Dia da Consciência Negra, quando a fundação Palmares organizou um evento para comemorar esse dia, Paulo Jackson não estar entre os homenageados, já que o parlamentar é autor de um projeto que gerou a Lei n 6.857 de 17 de maio de 1995, regulamentando as comemorações alusivas ao 20 de novembro. Isso acontece por acaso? Por que sua memória é pouco lembrada?

Para Luiz Roberto Santos Moraes, uma entidade, uma agremiação, uma organização partidária vive a vida daqueles que são filiados e militantes, durante o período em que eles estão sendo importantes, ou seja, estando vivos. Depois, a tendência é cair no esquecimento. Principalmente pela degradação em que se encontra o Partido dos Trabalhadores, para este entrevistado, Paulo Jackson já não é lembrado em nível nacional, com tendências ao esquecimento também na Bahia. “O PT da época de Paulo Jackson era um PT diferente, mais puro e ingênuo, e que se envolvia com as causas populares. Atualmente, é um partido como os demais”.⁷⁸

Na compreensão do deputado federal Guilherme Menezes (PT) esse silêncio de fato existe, mas trata-se de algo respeitoso e que precisa ser quebrado. “Essa memória precisa ser ativada, principalmente porque Paulo Jackson é um exemplo muito digno. Ele foi um importante líder, aceito e respeitado por seus colegas de partido e da oposição ao Carlismo, além de ter sido uma pessoa amiga e solidária.” Para Menezes, um dos principais legados do deputado petista foi a capacidade de contribuir para que a população se organizasse, papel que ele desempenhava pessoalmente e de maneira incansável. “Cada vez mais ele precisa ser lembrado para que inclusive a juventude e as novas gerações possam conhecer sua história breve e bonita”.

⁷⁷ Jornal *A Tarde*, 30-11-2006.

⁷⁸ Entrevista citada anteriormente.

Michael Pollak explica que o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. “A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis.” (Pollak, 1989: 5-9). No caso de Paulo Jackson, isso é bastante visível, na medida em que os principais guardiões de sua memória são familiares, amigos, sindicalistas e ambientalistas, que se propõem a não abrir mão dos princípios e bandeiras que deram sentido à sua vida.

5. Os guardiões e os lugares da memória de Paulo Jackson

Ao narrar o processo doloroso, pelo qual passaram os colegas do SINDAE, até chegarem à confirmação da morte de Paulo Jackson, Antônio Emilson A. Carvalho afirma que esses ficaram em estado de choque e sem entender porque o amigo teve de deixá-los tão cedo. “Ele teria muito a contribuir para a história e para a política do nosso país”. Começou-se então uma batalha para inserir Paulo Jackson na história, a partir da luta pela preservação de princípios defendidos por ele, e isso necessariamente passaria pela garantia de “*lugares de memória*”, conceito do francês Pierre Nora.

Segundo esse autor, citado por Pollack, “desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história” (1993:9). Quando a memória se faz presente no concreto, no espaço, no gesto e na imagem, aquela já está inserida na história. Os *lugares da memória*, segundo Michael Pollack, é uma tentativa de encontrar uma metodologia para apreender, nos vestígios da memória, aquilo que pode relacioná-los, principalmente, mas não exclusivamente, com a memória política. (1992:200)

Depoimentos orais e ampla documentação escrita informam que Paulo Jackson era uma pessoa organizada, de personalidade forte e atitudes políticas afirmativas. Isso deixou marcas e passou a influir nas maneiras de homenageá-lo. A luta política para que as Galerias do Plenário da Assembléia Legislativa recebessem o seu nome e a criação da Associação Movimento Paulo Jackson são dois exemplos de como isso aconteceu.

Esses podem ser considerados os principais lugares de memória no que se refere a Paulo Jackson e suas ações enquanto político.

Em 1º de junho de 2000, a resolução de nº 1.652, da então deputada estadual Alice Portugal, do Partido Comunista do Brasil (PC do B), subscrita também por outros 24 deputados estaduais, propôs à Assembléia que o espaço destinado às Galerias do Plenário da Assembléia Legislativa da Bahia fosse denominado “Galeria Deputado Paulo Jackson Vilasboas”. A principal justificativa para o projeto foi a de que as Casas Legislativas, historicamente, foram batizadas como “Casa do Povo”. No sistema de democracia representativa, através dos parlamentares eleitos, pressupõe-se que a vontade da população esteja ali bem representada. Historicamente, também, toda Casa Legislativa tem um espaço reservado, para que a sociedade a olhos nus acompanhe o processo decisório, manifestando com sua presença, as suas vontades e necessidades.⁷⁹

A mesma justificativa informa que olhar as galerias daquela casa é lembrar ainda, com fotográfica nitidez, do deputado Paulo Jackson conduzindo populares àquele espaço, reivindicando que suas faixas fossem abertas, muitas vezes oferecendo seu corpo físico para fazer valer a vontade democrática. Da tribuna, recebeu aplausos das “galerias”, encantada com sua voracidade argumentativa. Enfrentou também desacordos, tendo uma invejável coragem de bancar seus argumentos, mesmo diante das adversidades.⁸⁰

Depoimentos de vários entrevistados lembram que, quando da votação da privatização da Companhia de Energia Elétrica da Bahia (COELBA), o deputado teve o seu terno rasgado, porque estava colaborando para garantir a presença de populares nas galerias. Para deputados da oposição ao Carlismo e sindicalistas, a galeria seria o espaço daquela casa que mais lembra Paulo Jackson, por ser ali o lugar em que fica o povo. Várias faixas pedindo seu nome nas galerias foram expostas no dia da segunda sessão especial na Assembléia, que o homenageou em 19 de junho de 2000, primeiro mês de aniversário da sua morte.

Por ser um projeto da minoria oposicionista, a sua aprovação esbarrou em diversas resistências, o que já era previsto por sindicalistas e amigos do deputado. “O grupo governista, que é maioria na Assembléia, temia que a homenagem mantivesse viva na casa o espírito daquele que foi o mais temido adversário, a figura que mais se

⁷⁹ O texto completo com o projeto de resolução, assinaturas dos deputados e justificativa faz parte do acervo da AMPJ.

⁸⁰ Texto da deputada Alice Portugal. Acervo AMPJ.

destacou na oposição ao governo. Dessa forma, seria preciso que houvesse pressão de todos para que a justa homenagem fosse feita ao companheiro”.⁸¹

Cada espaço da Assembléia tem um nome e as galerias não tinham, explicou a deputada Alice Portugal. “O nome do palácio é Luís Eduardo, que havia morrido tempos antes, ao que nós não fizemos objeção”. Ao salão do cafezinho foi dado o nome de Cristóvão Ferreira, um companheiro que tinha diferenças políticas, mas que era muito querido. “Paulo era, de fato, o elo entre os Movimentos Sociais e o Parlamento,” o que, segundo a deputada, transformava a reivindicação em uma homenagem justa. “Durante dois anos massacraram o sentimento nosso de homenageá-lo. Depois foi impossível conter. Os pedidos foram muitos e a própria composição do governo reconhecia o valor de Paulo Jackson”.⁸²

Finalmente, em 30 de janeiro de 2003, oficialmente as galerias do Palácio Deputado Luís Eduardo Magalhães passaram a se chamar Deputado Paulo Jackson Vilasboas. Um acordo firmado pelas lideranças partidárias da Assembléia havia possibilitado a votação do projeto, o que materializou a homenagem, durante o período de convocação extraordinária. De conteúdo simples, a homenagem constaria do descerramento da placa – por familiares do petista e pronunciamentos do presidente da Casa, deputado Reinaldo Braga (PFL) e da autora da proposição.⁸³

Com a presença de parlamentares, lideranças sindicais e representantes de diversas categorias profissionais, a inauguração da placa aconteceu em 30 de janeiro de 2003. Vale lembrar que naquele momento o fato de o presidente Lula já ter assumido a presidência da República colaborou para que as resistências diminuíssem, já que o partido do presidente é o mesmo a que Jackson fora filiado e representou em vida. Na ocasião, o jornal *A Tribuna da Bahia*, destacou o que chamou de justa homenagem e informou aos seus leitores que o nome de Paulo Jackson foi imortalizado na Assembléia Legislativa.⁸⁴

Um sentimento de emoção marcou a homenagem da Assembléia Legislativa ao deputado petista. A solenidade de inauguração, quando mais uma vez, deputados da situação e da oposição voltaram a se entender, foi bastante concorrida. O deputado Reinaldo Braga (PFL) lembrou que o deputado petista costumava interromper por breves instantes seus combativos discursos e olhar para as galerias do plenário como

⁸¹ Jornal *Gota d'água*. Informativo do SINDAE, 03/07/2000.

⁸² Depoimento da deputada Alice Portugal, citado anteriormente.

⁸³ *Diário Oficial do Estado da Bahia*. 21 de janeiro de 2003.

⁸⁴ Jornal *Tribuna da Bahia*, 31 de janeiro de 2003

que a buscar inspiração para retomar a palavra com mais fervor ainda. Rememorou ainda os embates que travou com ele nas comissões técnicas e louvou a firmeza do líder oposicionista.⁸⁵

Alice Portugal, que falou em seguida, disse que o petista se apoiava nas galerias como uma forma simbólica de unir a atuação parlamentar com o movimento social organizado, que costumava ocupar aquele espaço para acompanhar importantes votações. “Ele sabia como ninguém compatibilizar a atuação no Parlamento com o movimento sindical”. Acrescentou, ainda, que Paulo Jackson considerava indispensável que a sociedade acompanhasse os trabalhos da Assembléia. “Esta inauguração não indeniza a perda, mas registra de forma definitiva a passagem desse homem que marcou a história da Assembléia”.⁸⁶

Ao ouvir as recordações, os filhos André, Daniel e a viúva Suzana Nascimento encheram os olhos de lágrimas. Eles fizeram o descerramento da placa onde, logo depois, a viúva colocou uma flor. A cerimônia, que durou pouco mais de 40 minutos, reuniu cerca de 200 pessoas, entre deputados, vereadores, sindicalistas, amigos, familiares e militantes do Partido dos Trabalhadores. O evento lotou a entrada das galerias, no térreo do palácio Deputado Luís Eduardo Magalhães. No saguão do Memorial Legislativo, funcionários da liderança do PT organizaram uma pequena exposição com documentos sobre Paulo Jackson e com os troféus que ele ganhou por seu desempenho parlamentar, conferidos pelo Comitê de Imprensa da Casa. Um enorme painel também foi colocado no local, com fotografias e textos sobre o petista.⁸⁷

O deputado estadual Zilton Rocha ressalta em seu depoimento que essa homenagem foi uma das melhores lembranças e conquistas dos deputados que apoiaram o projeto. “Quase diariamente então, o nome dele é evocado, quando se cumprimenta as pessoas que estão ocupando as cadeiras da Galeria”. Acrescenta, ainda, que os apoiadores do Carlismo, às vezes evitam se referir ao nome do deputado, mas em determinados momentos, alguns deles citam, o que é sempre um motivo de alegria para os oposicionistas.⁸⁸

Sendo a memória ativa, a recordação (e a necessária comemoração) nunca resultará da oposição entre o passado, o presente e o futuro. (Catroga, 2001:52). Quando deputados da oposição ou situação se dirigem a quem está nas galerias Paulo Jackson,

⁸⁵ Diário Oficial do Estado da Bahia. 31 de janeiro de 2003.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ Depoimento já citado, do deputado estadual Zilton Rocha.

mas principalmente, quando populares ocupam aquele espaço, certamente, o parlamentar petista é lembrado e suas principais bandeiras também. Para quem o conheceu na tribuna da Assembléia Legislativa então, a lembrança é maior. Recordar, segundo Ricoeur é sempre uma posição de resgate. Walter Benjamin sugeriu que se pode dizer que, através da memória, o futuro é também projeção de antigas esperanças.⁸⁹

O boletim do SINDAE, *Gota d'agua*, datado de junho de 2000, já havia trazido uma nota, informando que apoiadores desejavam manter a seqüência do trabalho do primeiro presidente do sindicato. “Querem continuar a luta por justiça social, pela ética, em defesa do serviço público e dos trabalhadores de modo geral”. Manoel Barreto informou em seu depoimento, que após a morte do amigo e até mesmo durante o velório, algumas pessoas já levantavam a idéia de não se deixar que seus ideais morressem. “A idéia principal é a de preservar o nome do deputado, sua memória e a importância que ele teve no momento político em que viveu na Bahia”. Para isso várias reuniões foram realizadas, com pessoas de outras instituições, como o Grupo Ambientalista da Bahia – (GAMBÁ).

Entre os planos estavam a criação de uma fundação, instituto ou órgão não governamental, além de um livro mostrando o seu trabalho como deputado e sindicalista. Informava ainda que o grupo estava se reunindo no SINDAE, das 19 às 21 h nas quartas feiras. Nasceu assim uma discussão importante, tendo em vista a criação de uma instituição que se tornasse a principal guardiã do legado deixado pelo deputado. Diante das dificuldades que implicava a criação de uma Fundação ou Instituto, principalmente pela falta de recursos, a opção foi pela criação da Associação caracterizada como uma ONG sócio-ambiental, que passaria a contar com a contribuição dos filiados e colaboradores.

Antônio Emilson A. Carvalho lembra que um fato chamou a atenção de todos na primeira reunião que familiares, sindicalistas e um grupo de amigos realizaram no auditório do SINDAE, para trocaram idéias a respeito de como manter vivos os projetos e a luta de Paulo Jackson em defesa dos interesses da sociedade. Ao final da reunião foi sugerido por um dos presentes que se fizesse uma oração. “Ficamos em círculo, de mãos dadas, olhos fechados e começamos a orar. De repente, de forma inexplicável, ouvimos um barulho e a janela que estava aberta bateu forte, fechando-se em seguida.

⁸⁹ Catroga apud Paul Ricoeur e Walter Benjamin. In: Memória e História. *Fronteira do milênio*. Org. Sandra Jatahy Pesavento – Porto Alegre; Ed. Universidade/ UFRGS, 2001. p. 53.

Todos se entreolharam, num sentimento de que Paulo Jackson quis dar um recado para nós de que ele estava ali, junto conosco”.

O histórico da Associação assinala que ela foi criada em homenagem a um dos mais brilhantes deputados da história contemporânea da Bahia, ressaltando que em sete anos de mandato, Paulo Jackson tornou-se uma referência na política baiana, tanto pela integridade, quanto pela dignidade e seriedade do seu caráter. Sua vida, pautada pelos princípios da ética e da justiça, inspirou ex-colaboradores e admiradores⁹⁰ do seu trabalho a criar o Movimento Paulo Jackson. Suas principais ações vêm sendo a defesa de princípios que pautaram a vida do sindicalista e deputado, ou seja, a luta por uma sociedade na qual prevaleça a liberdade, o respeito aos direitos individuais e sociais, referenciada na ética, justiça e cidadania ativa.⁹¹

O atual coordenador do Movimento, Antonio Emilson A. Carvalho, explica que a idéia surgiu depois de sua morte, quando as pessoas tinham dificuldade para aceitar a partida do companheiro. “E agora? Todo mundo meio órfão. O que a gente pode fazer?” No processo de discussão, pessoas que sempre estiveram próximas ao mandato, parentes e amigos consideraram que se podia contribuir, tentando continuar com a luta dele, com seus ideais de transformação da sociedade e a luta em defesa do saneamento. A comemoração dos 10 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, com inauguração da placa (homenagem póstuma prestada a Paulo Jackson pelo SINDAE) e debate sobre *Direitos Humanos na Bahia*, em 13 de dezembro de 2000, contribuiu para o amadurecimento da idéia.

O lançamento oficial dessa entidade ocorreu no dia 22 de março de 2001, na sede da OAB – BA, com uma palestra do jurista e professor Calmon de Passos sobre “Ética, Justiça e Cidadania”. Houve também uma mesa redonda sobre “Água e Cidadania”, com a participação de órgãos e entidades ligadas ao saneamento e meio ambiente. A escolha da data se deu em função das comemorações da “Semana da Água”, cujo tema mereceu muita atenção de Paulo Jackson, tanto profissionalmente como engenheiro civil, como durante sua atuação parlamentar na Assembléia Legislativa. A lei de sua autoria, que criou o dia estadual da Água, visa conscientizar a sociedade sobre a importância da preservação dos recursos hídricos.⁹²

⁹⁰ Entre os admiradores e ex-colaboradores estão membros da família, sindicalistas, colegas da Empresa Baiana de Água e Saneamento, amigos do tempo de estudante, pessoas que colaboram com o mandato e eleitores.

⁹¹ Ver *Guerreiro da Cidadania* - Manifesto da AMPJ - Maio de 2002.

⁹² Jornal *A Tarde*, 15 de março de 2001.

Segundo a ata de fundação da entidade, a Associação Movimento Paulo Jackson não se trata de algo definitivo, mas é ainda algo ainda em discussão. “Os presentes decidiram que a entidade teria prazo indeterminado de duração a reger-se pelo *Estatuto*, aprovado na Assembléia Geral”. A mesma ata ressalta que o Movimento tem sua origem na determinação de amigos e companheiros do deputado, no sentido da continuidade da luta, que juntos travaram na organização social, sindical e no parlamento. O legado do deputado precisava de um lugar de memória, onde se pudesse, inclusive, guardar o seu acervo pessoal. Provisoriamente, os membros da associação se reúnem no auditório do SINDAE.

Dois objetivos do Movimento estão bastante explícitos na ata. Primeiro - o resgate da memória e trajetória de lutas de Paulo Jackson, na convicção de que vale a pena prosseguir. Segundo – reaglutinação de pessoas para, coletiva e solidariamente, retomar a caminhada em novas e diferentes trincheiras. “Com esse norte constituem a Associação Movimento Paulo Jackson – Ética, Justiça e Cidadania, como espaço aberto e suprapartidário, aglutinador dos que lutam por liberdade, igualdade e democracia, respeito aos direitos humanos e sociais, e por uma sociedade solidária sob o primado da ética, justiça e cidadania ativa”.⁹³

A Associação é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, caracterizada como ONG sócio-ambiental, funcionando como um espaço – aberto, plural e suprapartidário – aglutinador dos que lutam por liberdade, igualdade, democracia, por respeito aos direitos humanos e sociais e pela construção de uma sociedade solidária. É membro do Grito da Água, do Grito dos Excluídos, do Comitê Baiano Contra a ALCA e do Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco (FPDSAF). Atua principalmente em Salvador e municípios da Serra Geral, no entorno de Caetité. Apesar da sua curta existência, recebeu, em 13 de dezembro de 2002, um prêmio pela atuação em prol dos Direitos Humanos, em sessão especial sobre o tema O Mundo pede Paz e Justiça Social, na Assembléia Legislativa da Bahia.⁹⁴

Entre as principais realizações, destaca-se o fato de, no nascimento da Associação, em 22 de março 2001, acontecer também o lançamento do Movimento em Defesa da Água. Ele atuou articulado com a Igreja Católica, SINDAE, parlamentares e outras entidades no impedimento da realização da audiência pública de privatização da

⁹³ Ata de Fundação da Associação denominada “Movimento Paulo Jackson – Ética, Justiça e Cidadania”, em 03 de abril de 2001.

⁹⁴ Manifesto Guerreiro da Cidadania, citado anteriormente.

EMBASA, em 04 de maio de 2001. Ao longo daquele ano, colaboraram com a coleta de assinaturas no abaixo-assinado contra a privatização do saneamento; da campanha nacional contra a aprovação do PL 4147/01; da campanha municipal do projeto de iniciativa popular para desautorizar a venda da EMBASA, entregue à Câmara de Salvador em 2001 e rejeitado em 2002. Contando com a mobilização da sociedade, conseguiram sustar a privatização da empresa.

Entre as principais dificuldades enfrentadas pelo Movimento ressalta-se o fato de seus membros atuarem como voluntários, e a carência de pessoal para o desenvolvimento das principais atividades. Devido à falta de recursos para o desenvolvimento de projetos já definidos nas reuniões que acontecem a cada final de ano, as principais iniciativas vêm sendo encaminhadas e desenvolvidas, na medida do possível. Antonio Emilson informa ainda que o Movimento Paulo Jackson vem desenvolvendo ações em parcerias com outras instituições dos movimentos sociais, a exemplo do Conselho Regional de Agronomia e Arquitetura (CREA-BA), Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto (SINDAE), Cáritas Brasileira – Nordeste II, Gerência Executiva do IBAMA na Bahia e Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE). Acrescenta ainda que a ONG vem buscando realizar um trabalho sem capitalizar recursos públicos.

Ao contrário do que pensam algumas pessoas, a Associação Movimento Paulo Jackson não tem uma ligação direta com o Partido dos Trabalhadores. Enquanto esse partido optou por mudanças nos seus planos de governo, o movimento prefere manter as velhas bandeiras. Por isso, muitos petistas vêm com desconfiança as ações da AMPJ. Um exemplo bastante claro disso é o fato de o Movimento ser uma das entidades que subscreveram a liminar judicial que em 2006 suspendeu temporariamente as obras de transposição do Rio São Francisco e ter acompanhado o processo de greve de fome do bispo da diocese de Barra, Dom Luiz Flávio Cappio. A AMPJ é uma das entidades que integram o Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco - FPDSAF.

Este fórum é uma articulação de entidades da sociedade civil que comungam da mesma missão: “Lutar pela Revitalização do São Francisco”. Em 1994, quando era vice-presidente da Comissão de Proteção ao Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, no momento em que o Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou o propósito de fazer a transposição do São Francisco, Paulo Jackson, que vinha atuando em busca de coibir a degradação da natureza e o desmatamento desenfreado, que coloca

em risco de extinção os mananciais baianos, conseguiu que a Procuradoria Geral da República, entrasse na Justiça Federal contra o projeto.

Pela identificação de Paulo Jackson com a luta em defesa do meio ambiente e da Bacia Hidrográfica do Velho Chico, a Associação Movimento Paulo Jackson – Ética, Justiça, Cidadania passou a integrar o FPDSAF desde 2001, contribuindo com recursos humanos e materiais para viabilizar, em conjunto com as outras entidades, o cumprimento da missão do fórum. Assim, tem tido presença marcante nas atividades contrárias à transposição, tendo participado de todos os atos provocados pela greve do Bispo D. Luiz Flávio Cappio, da diocese de Barra (BA), realizada de 26 de setembro a 6 de outubro de 2005. Entre os dias 30 de setembro a 6 de outubro do mesmo, a presença da coordenadora de comunicação do Movimento em Cabrobó, onde o bispo fez a greve, contribuiu na tarefa de buscar ampliar as iniciativas de solidariedade ao bispo como o abaixo-assinado via internet, que conseguiu reunir milhares de assinaturas de brasileiros e estrangeiros em apoio à luta contra a transposição.

Integrantes da AMPJ estiveram presentes, representando o FPDSAF trabalhando em atividades de divulgação e organização do programa comemorativo do aniversário do Velho Chico e de D. Luiz (4 de outubro de 2005), que incluiu passeata da Matriz de Cabrobó até a capela de São Sebastião, na Fazenda Bela Vista, onde D. Luiz fez a greve. Um jejum coletivo realizado naquele dia só foi quebrado no final do dia, com uma ceia ao lado da rodovia que acabou sendo ocupada por algumas horas, como forma de protesto encontrada por centenas de pessoas que foram até Cabrobó, naquela data. Essas questões relacionadas ao rio São Francisco são importantes para a AMPJ, pois segundo o professor Luiz Roberto Moraes, Paulo Jackson tinha uma relação forte com esse rio e enquanto engenheiro tinha o entendimento de que os problemas do semi-árido não seriam resolvidos com a construção de obras faraônicas e megalomânicas.

O Movimento Paulo Jackson vem atuando com pessoas, grupos, movimentos e organizações que lutam por atitudes éticas, melhor qualidade de vida e igualdade social. Zoraide Vilasboas, coordenadora de comunicação da Associação, ressalta a importância de articulação com instituições públicas e privadas dedicadas a ampliar o controle da sociedade sobre a gestão dos bens coletivos e públicos, a fim de aperfeiçoar o funcionamento da administração pública, com o fim de elevar o grau de transparência nas relações da administração pública com a sociedade, no âmbito federal, estadual e

municipal nos Três Poderes, bem como nas organizações sociais, contribuindo para o fim da corrupção e da impunidade.⁹⁵

Nesses seis anos de existência, a Associação Movimento Paulo Jackson participou de mobilizações do calendário anual de lutas dos movimentos sociais, como o Grito da Água, o Grito dos Excluídos, o Fórum Social Baiano, Nordeste e Mundial e de campanhas como o Movimento pela Ética na Política e Contra a Corrupção. Participa também da Campanha de Combate à Corrupção Eleitoral, da Campanha Nacional contra os Transgênicos, contra a privatização da água e contra a transposição das águas do São Francisco, além de articulações para viabilizar a realização da Conferência das Cidades (no interior e em Salvador) e da Conferência Estadual de Meio Ambiente. Participa ainda Comissão de Acompanhamento das Atividades das Indústrias Nucleares do Brasil, em Caetité.⁹⁶

Portanto, a Associação Movimento Paulo Jackson é um *lugar de memória* ainda em construção, que vem tentando manter erguidas as principais bandeiras que deram sentido à ação política e à própria vida do deputado que faleceu precocemente. Ao longo dos seus seis anos, tem enfatizado a recordação e o reconhecimento das ações daquele que inspirou a sua existência, numa perspectiva tridimensional do tempo. Diante das muitas demandas da sociedade baiana e aberta ao diálogo, o processo socializador do Movimento tenderá a organizar melhor o seu percurso como projeto, sempre pautados na ética, na justiça e na cidadania.

⁹⁵ Texto de Zoraide Vilasboas, coordenadora de Comunicação do Movimento Paulo Jackson.

⁹⁶ Idem.

CAPÍTULO III - FAMÍLIA, MEMÓRIA E POLÍTICA.

“No berrante do boiadeiro, o 8 de junho se apresentou como um canto singelo de explosiva alegria. A comemoração vitoriosa da dorida expressão de boniteza da vida se apresentou majestosa no berro vibrante do menino/moleque, que, gerado em circunstância de amor pleno, no sertão da Serra Geral, deste cosmos infinito, navegou num projeto meteórico, cuja luz contagiou a todos, e permanece”.

Zalvira Vilasboas.

Esse capítulo é construído com base em depoimentos de familiares e amigos de Paulo Jackson. As lembranças narradas pelos entrevistados são aqui organizadas, de maneira a contribuir para que se conheça a trajetória do líder sindical e posteriormente, deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores baiano. “A história, como toda atividade de pensamento, opera por descontinuidades: selecionamos acontecimentos, conjunturas e modos de viver, para conhecer e explicar o que passou”.⁹⁷

Paulo Jackson Vilasboas nasceu em Caetité, no sertão da Bahia, em 08 de junho de 1952. Seus pais, João Vilasboas Castro e Placília Cardoso Vilasboas tiveram 8 filhos: Zildir, Zoraide, Zalvira, Paulo Jackson, Zenira, João, Zuleide e Idalina. Os dois filhos homens, assim como o pai,⁹⁸ tiveram passagem rápida por essa terra, já que João morreu ainda bebê e Paulo, quando tinha 47 anos de idade. Às mulheres, começando por Dona Placília, coube a firmeza de quem olha a vida com fortaleza e resistência, buscando preservar o legado da família.

Segundo depoimentos, o Senhor João era um homem de personalidade forte e que gostava de um bom papo, principalmente quando o assunto era gado e política. O professor Erivaldo Fagundes⁹⁹ conheceu a família Vilasboas no período em que morou em Caetité como estudante. “Eles moravam na Rua Barão, onde ficava o seminário

⁹⁷ ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 13-14.

⁹⁸ O Sr. João Vilasboas Castro morreu em 5 de janeiro de 1975, em acidente de automóvel.

⁹⁹ O professor Erivaldo Fagundes nasceu na cidade de Igarorã, próxima a Caetité. No início da década de sessenta, realizou os primeiros estudos no Seminário da Diocese de Caetité e estudou no Instituto de Educação Anísio Teixeira. Em 1969, foi para São Paulo e retornou à Bahia - Salvador - com o objetivo de trabalhar e estudar. Depois de ter trabalhado na Tebasa, Banco da Bahia, Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e ter se licenciado em História, entrou para a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), onde é professor titular. É doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco, com a tese: *Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. Depoimento para essa pesquisa, em Salvador, 20 de outubro de 2006.

onde estudei. Conheci Paulo Jackson subindo e descendo para a escola. Com o tempo, fiquei sabendo que um senhor que passava a cavalo naquela rua, um sujeito muito aberto, brincalhão e apaixonado por política, era João, pai de Paulo”. Erivaldo tornou-se amigo das irmãs Vilasboas, principalmente de Zalvira, com quem estudou o 2º grau em Caetité. Posteriormente, em Salvador, ambos cursaram História, na Universidade Católica (UCSAL).

1. Família e iniciação política

Erivaldo lembra que Paulo Jackson era um menino que chamava a atenção em Caetité. Quando essa era iluminada até 10 h, antes desse horário, Paulo e a turma dele já tinham ido catar pedras para “bombardear” um tanque de gasolina que existia na praça, no centro da cidade. “Quando a luz apagava, a turma bombardeava de pedras aquele tanque, de forma que a cidade inteira e quem estava dormindo, acordava. Paulo era o general daquele exército”.

Das seis irmãs de Paulo Jackson, Zoraide, quando concluiu o magistério, foi atuar como professora em Alcobaça, cidade localizada no sul da Bahia, de onde saiu para Salvador, onde cursou Jornalismo. Zalvira tornou-se professora de História, enquanto Zenira e Zuleide formaram-se em Química. A primeira atua em Salvador e a segunda é professora em Caetité. Zildir, a mais velha, tem um problema de saúde desde criança, que se acentuou no decorrer dos anos. A caçula é Idalina, que também se formou em História. Esse nome lhe foi dado pelo Sr. João, em homenagem à sua mãe, que também tinha esse nome. “A mãe dele foi uma figura fortíssima na história de vida do meu pai e da nossa, porque ficou viúva cedo e com treze filhos. Meu pai, embora não sendo o mais velho, foi uma pessoa que assumiu a liderança da família, já que tinha essa característica de líder”.¹⁰⁰

O Sr. João Vilasboas gostava muito de viajar e era comerciante de gado na região de Caetité, Chapada Diamantina e Salvador. Inicialmente, viajava com tropas e com alguns vaqueiros. Zalvira informa que a preparação da viagem, assim como a chegada, era um verdadeiro ritual, do qual participavam não apenas os familiares, mas a própria cidade. “Ele tinha aquelas roupas de couro necessárias para as longas viagens,

¹⁰⁰ Depoimento de Zalvira Vilasboas, em Salvador, no dia 10 de dezembro de 2006. Zalvira é a terceira filha da família e com diferença de idade pequena em relação a Paulo Jackson. Formou-se em História e atua na rede municipal de educação em Salvador. Foi professora do curso de História no campus II da UNEB, na cidade de Alagoinhas e posteriormente no Campus I, em Salvador, onde se aposentou.

incluindo as famosas capas coloniais que cobriam o viajante, e também as próprias mulas”. Com uns cinco e seis anos, ela já participava de tudo. “A gente sentava nas mesas ou no chão e ficava escrevendo em cima das malas, brincando de escola. Os instrumentos de trabalho dele eram nossos instrumentos de lazer. Era muito engraçado e muito bom”. São lembranças, das quais ela fala com saudade.

A Sr^a. Placídia, segundo Zalvira, era uma pessoa fantástica e dona de grande coragem, firmeza e paciência. Quando o marido viajava, a responsabilidade pela educação dos filhos e pela manutenção da casa ficava inteiramente por sua conta. Não se tratava de manutenção pecuniária, garantida pelo pai, mas da responsabilidade pela formação educacional, social e moral, já que algumas viagens eram longas. O Sr. Galdino, da família Guanaes, era sócio do Sr. João e de certa forma responsável pela família do amigo, quando este estava viajando. Posteriormente, compraram em sociedade um caminhão, que servia para transportar o gado. Ambos construíram uma amizade sólida.

Ligado a Juraci Magalhães ¹⁰¹ na política estadual e provavelmente filiado à UDN, João Vilasboas Castro era um pequeno proprietário de terras. Em pleno século XX, alguns homens sertanejos se dedicavam à compra e venda de gado como fonte de renda para sustento da família. Eram comerciantes conceituados e bem vistos na cidade, tanto pela população, como pelos políticos. Zalvira lembra que, quando Juraci Magalhães, interventor baiano na década de 1930, que fez carreira política no estado, ia a Caetité, uma das residências que ele visitava era a casa do seu pai. “Lembro-me que o primeiro postal colorido que eu vi de Roma, foi um postal que Juraci mandou para ele, quando visitou aquela cidade”.

O professor Erivaldo também lembra que João Vilasboas, embora não tenha se candidatado a nenhum cargo eletivo, era da intimidade política do Dr. Ovídio Teixeira, político caetiteense que foi conselheiro municipal por quatro vezes, além de ter sido intendente no município, também por quatro vezes, deputado estadual de 1935 a 1937 e senador federal de 1959 a 1963. Ambos eram ligados à Juraci Magalhães e ao filho

¹⁰¹ Cearense, que fez carreira política na Bahia, Juraci Magalhães participou da Revolução de 1930, foi interventor federal de (1931 a 1935), governador desse estado de (1935 a 1937 e de 1959 a 1963), embaixador brasileiro nos Estados Unidos de (1964 a 1965), ministro da Justiça de 1965 a 1966 e das Relações Exteriores de 1966 a 1967. Nas eleições de 3 de outubro de 1954 foi eleito senador pela Bahia, na coligação formada pela União Democrática Nacional (UDN), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Social Trabalhista (PST). Por essa mesma coligação e com votos da ala dissidente do Partido Social Democrático (PSD), Antônio Balbino foi eleito governador da Bahia, derrotando o candidato pessedista oficial, Pedro Calmon. Em 3 de outubro de 1958, quando foi eleito governador da Bahia, deixou o Senado, vaga foi ocupada pelo suplente de senador – o sertanejo e caetiteense – Ovídio Teixeira.

deste, Jutahy Magalhães.¹⁰² Pai e filho ocuparam diversos cargos políticos na Bahia, ou representando esse estado em nível nacional.

Bem informado, ao retornar de Salvador, o Sr. João se reunia com os amigos que iam à sua casa para saber as notícias da capital e da política. Na década de sessenta, a família passou a receber as revistas *Manchete* e o *Cruzeiro* e o jornal *A Tarde*, que lá em Caetité se tornou matutino. Outro importante meio de comunicação era o rádio, sendo a *Voz do Brasil*, um programa indispensável a quem quisesse estar bem informado, do qual o Sr. João era um ouvinte assíduo.

O Sr. João Vilasboas faleceu em acidente de carro, quando retornava de Salvador para Caetité, próximo à Feira de Santana na região de Santo Estevão. Ele tinha ido à capital com uns sobrinhos que vieram de São Paulo para visitar a avó em Caetité. Esses resolveram que queriam visitar a capital baiana. “Como o meu pai não esquentava lugar, resolveu ir também com os meninos.” Na ocasião, Paulo Jackson, que estava passando férias no interior, ao receber a notícia, viajou com Dona Placídia, a professora Teresinha Guanaes e o Sr. Osório (motorista do caminhão), para Salvador, onde aconteceram o velório e o sepultamento. “Eu me lembro que a minha mãe disse que ao receber o telegrama da morte do meu pai, foi como se ela já esperasse, como que um pressentimento, pela vida que ele levava nas estradas”.

Na ocasião da morte do Sr. João, Zoraide já havia se formado em Jornalismo, Zalvira estava na Faculdade, e Zenira estava se preparando para o vestibular. Paulo Jackson era estudante de Engenharia, na Politécnica da Universidade Federal da Bahia, onde iniciou o curso em 1972. “Ele tinha feito os dois primeiros anos do científico, em Caetité, e veio para Salvador, em 1971, quando fez o terceiro ano e prestou dois vestibulares: um na Faculdade Baiana de Medicina e outro na Universidade Federal da Bahia”. Zuleide e Idalina eram estudantes em Caetité, onde moravam com os pais e a irmã mais velha, Zildir.

Ao ter sido aprovado para o curso de Medicina, cujo resultado saiu primeiro, Paulo deixou o seu pai muito feliz. Zalvira lembra que ele disse que trabalharia e venderia até a última cabeça de gado se necessário, para pagar o curso do filho. Entretanto, para a felicidade da família e principalmente do próprio Paulo Jackson,

¹⁰² Jutahy Magalhães começou a carreira política como vereador em Itaparica (1959-1963) e foi deputado estadual pela UDN na Bahia de (1963 a 1967 e de 1971 a 1975), deputado federal pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) de (1976 a 1979), senador indireto de (1979 a 1986) e senador constituinte (PMDB) eleito diretamente de (1987 a 1994).

depois de uma apreensiva espera pelo resultado do vestibular da UFBA, Paulo foi aprovado também em Engenharia, curso que veio a concluir em 1976. O Sr. João investiu na educação de todos os filhos, mas como é comum no sertão, certamente tinha uma expectativa maior com relação ao filho homem.

Para Zalvira, seu pai era um homem muito honesto e leal. Entre os muitos fatos presentes na sua memória de filha, e que ela gosta de narrar, dois merecem ser destacados. Uma vez, seu pai chegou em casa com duas pessoas negras – um Sr. chamado Liberato e uma menina adolescente - cujas famílias não eram conhecidas. Essas duas pessoas tinham sido “doadas”¹⁰³ a ele por um Sr. chamado Rogaciano Teixeira, um fazendeiro da região que tinha vendido sua fazenda e ido para São Paulo. Coube ao Sr. João, buscar os familiares dos dois. Depois de muito trabalho, conseguiu encontrar a família da menina, à qual ela foi entregue. Quanto a Liberato, como a sua família não foi encontrada, esse ficou trabalhando na residência do Sr. João, em Caetité e, posteriormente, com familiares do mesmo, na zona rural.¹⁰⁴ Esse e outros depoimentos indicam que o Sr. João era uma pessoa batalhadora, honesta, que respeitava os outros, inclusive os mais humildes. Era alguém que primava pela justiça e pela busca do bem.

O segundo fato trata do comércio de gado com fazendeiros da região. O preço da arroba era acompanhado com atenção pelo Sr. João, através dos jornais da capital, que chegavam atrasados em Caetité, devido à distância. Certa vez, uma leva de gado foi comprada do Sr. Valdemar, um fazendeiro do município de Monte Alto, por determinado preço. Como o comércio é extremamente dinâmico naquele momento, com os preços mudando com frequência, o Sr. João que conseguiu vender o gado por um preço muito bom, fez questão de retornar ao Sr. Valdemar para renegociar o preço, já que não considerava justo, ficar com um lucro grande para si. “Meu pai era uma pessoa assim, com bases morais, de justiça e de lealdade bastante firmes”.

Entre os muitos fatos narrados por Zalvira, esses dois são ressaltados por ela, como maneira de explicar as origens familiares do seu irmão sindicalista e posteriormente parlamentar. “Paulo foi um parlamentar que teve uma atuação coerente com a formação familiar que recebeu”. Para ela, seu pai também foi um líder, já que era chamado, entre outras coisas, para ajudar a resolver as célebres brigas por causa de

¹⁰³ Essa é uma expressão utilizada para indicar que pessoas muito pobres, no Sertão, ficavam sob a “guarda” de outras.

¹⁰⁴ Liberato, que ainda é vivo, reside atualmente no município de Ibiassucê (BA) próximo a Caetité, com um cunhado de um irmão da Sr^a. Placídia.

cerca, muito comuns no interior. As pessoas o procuravam em casa e de lá se dirigiam com ele para a delegacia, com o objetivo de resolver os conflitos. Zalvira lembra ainda, que na ocasião em que foi realizado um cadastramento nacional dos proprietários rurais, seu pai fazia questão de chamar as pessoas para sua casa, já que sua filha Zoraide havia tomado o curso para fazer esse tipo de trabalho. “A casa da gente era uma festa o tempo todo”. O Sr. João, portanto, era um líder sertanejo e Dona Placídia, uma mãe corajosa, forte e também líder na família.

Na infância, Paulo Jackson era um menino comum, alegre e barulhento. Posteriormente, os depoimentos, de uma maneira mais ou menos geral, falam de um homem disciplinado, metódico, organizado e sério, até mesmo nos jogos de futebol. Zalvira atribui isso à educação que recebeu em casa. As histórias sobre Paulo Jackson na infância e adolescência falam também do menino rebelde. Como esse cantava em concursos de músicas e recitava poesias em eventos realizados na cidade, principalmente no Círculo Operário – uma associação de pessoas humildes da cidade, uma vez foi convidado para participar de um recital em um encontro promovido pelo Lyons caetiteense, onde deveria recitar *Navio Negreiro* e *Vozes d’ África*, do poeta Castro Alves, poesias que ele recitava muito bem. Entretanto, resolveu que não iria e não houve meios para que sua mãe o demovesse da idéia.

Tratou-se de um momento de rebeldia, quando, segundo Zalvira, ele se recusou a apresentar para a elite caetiteense. Diante do fato, coube a dona Placídia, informar o que havia acontecido ao Sr. João Vilasboas, quando este chegou da viagem. Ao saber do acontecido, o pai de Paulo resolveu que no dia seguinte, ele o acompanharia durante todo o dia, andando a cavalo, campeando mesmo, ou seja, correndo atrás de gado, para que ele aprendesse que compromisso tem de ser cumprido. “O coitado chegou arrasado, todo assado, mas acho que gostou da experiência de campear, porque voltou outras vezes por conta própria”.

Elias Nunes Dourado,¹⁰⁵ em texto escrito como contribuição para esta pesquisa, informa que, quando estudava o 2º ano científico, Paulo estudava no primeiro ano. “Tínhamos personalidades bastante diferentes. Eu absolutamente tímido e reflexivo não exercia nenhuma liderança. Já Paulo, em tudo era líder, desde o futebol, às invasões

¹⁰⁵ O professor Elias Nunes Dourado nasceu em Caetité, em 1953. Graduado em Farmácia Bioquímica pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, em 1979, e Mestre em Desenvolvimento Sustentável, pela Universidade Nacional de Brasília – UNB, em 2001, é professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, desde 1984. Foi Secretário Municipal da Prefeitura do Município de Vitória da Conquista, de (2001 a 2006). No início de 2007, assumiu a chefia de gabinete da Secretaria Estadual do Trabalho, na Bahia. É militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

por baixo da lona dos circos às incursões pelos “bregas” da Rua Nova, etc.” No que diz respeito à TAUÁ, apelido que Paulo ganhou ainda em Caetité, Elias explica que esse, na verdade, era o nome de um touro da raça Gir, de propriedade do professor Carlos Vilasboas, no sítio Rancho Alegre, na saída de Caetité para Guanambi. Como era muito forte e imponente, e a marca de Paulo naquela época era de exímio jogador de futebol levou, no baba (jogo de futebol), que acontecia no campinho em frente à casa do professor Carlos, o nome de TAUÁ. “Era um dos mais “malandros” da turma em todos os espaços e momentos, porém era disparado o melhor aluno. Essa marca ele teve para o resto da vida”.

Marcelo Fernandes Pereira ¹⁰⁶ conheceu e conviveu com Paulo Jackson desde a infância em Caetité, passando pelo curso de Engenharia na Politécnica da UFBA e pelo sindicalismo em Salvador. Em seu depoimento, lembra a influência que a ditadura militar exerceu no modo de pensar e de atuar dos jovens de sua geração. Explica também, que Caetité era uma cidade que concentrava estudantes de toda a região, onde antes de 1964, era realizada no auditório uma aula inaugural. Em determinado momento, era aberta a palavra para aquelas pessoas que estavam chegando e tinham oportunidade de recitar uma poesia e de cantar uma música. Essas atividades ajudavam a despertar o interesse pela política. “Na medida em que o golpe se instalou, essas atividades foram suspensas”. O ginásio, que era um prédio todo aberto, passou a contar com uma cerca de arame e um portão, que controlava as entradas e saídas dos alunos. “Aquele liberdade que a gente começou a ter quando saiu da escola primária para o ginásio acabou”. Marcelo lembra que também lá em Caetité existia um interesse por aqueles festivais de canção, quando apareciam aquelas músicas de protesto. “Na medida em que a gente foi crescendo, começando a entender mais as coisas e principalmente com a chegada à universidade, cresceu o sentimento de repúdio à falta de liberdade”.

Marcelo ressalta ainda, que durante o período da ditadura militar, quando chegaram à universidade, na escola em que estudavam, as turmas eram todas dispersas. Com as turmas separadas, os colegas não se entrosavam. “Por iniciativa de Paulo, formávamos grupos e procurávamos sempre matricular nas mesmas turmas, para que a gente pudesse continuar aquela convivência”. O envolvimento com a atividade política cresceu muito pela influência dele. “Era aquela pessoa aplicada, dedicada, e disposta”.

¹⁰⁶ O depoimento de Marcelo Fernandes Pereira aconteceu em 12 de dezembro de 2006, em Salvador. Marcelo nasceu na cidade de Igaporã, de onde saiu ainda pequeno para estudar em Caetité e posteriormente em Salvador, onde também diplomou-se em Engenharia pela (UFBA). Atualmente, é um dos diretores do Sindicato dos Portuários na capital baiana.

A partir daí começaram a participar da política estudantil, no diretório da Escola Politécnica da UFBA e continuaram posteriormente no Sindicalismo e no Partido dos Trabalhadores. Clara Maria de Oliveira Araújo informa em seu depoimento, que conheceu Paulo Jackson nesse período, quando esse era colega do seu irmão Eduardo Araújo, e juntamente com outros colegas de Engenharia da Politécnica da UFBA, militavam no movimento estudantil, onde possuíam um grupo de estudos.

Essa geração de brasileiros, da qual fez parte Paulo Jackson, foi muito influenciada pelo que estava acontecendo no país naquela época. Clara Araújo lembra que a existência da ditadura, a privação da liberdade e a idéia da democracia motivam os jovens a se interessar pela política. Os vários golpes militares que tinham ocorrido na América Latina naqueles anos, a informação das torturas e a expectativa da redemocratização criavam na juventude um sentimento e desejo pela participação política. “Os Centros Acadêmicos nas universidades não tinham verbas e eram sustentadas pelos estudantes, que viajavam para participar de Congressos e que, de fato, se envolviam na política”.

Em 1975, estourou, na UFBA, a greve do “jubilamento”, resultante da reforma universitária patrocinada pelo acordo MEC/USAID, quando muitos estudantes se envolveram em discussões políticas e na luta contra as novas regras para educação superior no Brasil. O movimento estudantil, ainda que na clandestinidade, ganhou força e vigor. Elias Dourado lembra que nesse momento, como num passe de mágica, ele se viu representante dos estudantes de Farmácia no comando de greve. Na sua avaliação, Paulo Jackson não participava de todas as reuniões, porque muitas vezes optava por ficar em casa estudando, lendo e formulando suas posições. Isso aconteceu o tempo todo nesse período, mas não podia ser avaliado como descompromisso com o movimento. “Ele aparecia pouco, mas para mim isso foi uma coisa percebida sem traumas, pois quando nos encontrávamos, ele sempre estava bem informado, com posicionamentos bastante consistentes em relação a tudo que se passava”.

No final de 1975, estudantes de Caetité fundaram o Centro Estudantil e Cultural de Caetité (CECCA). Ali fizeram muitas atividades, incluindo um jornalzinho produzido artesanalmente na casa da família de Paulo Jackson, em Salvador, onde morava Dona Placídia e as irmãs, cuja privacidade, segundo Elias eram invadidas por “marmanjos, nem sempre bem educados, que ali se sentiam a vontade”. Elias lembra ainda que Paulo já era um bom mobilizador e os movimentos que contassem com seu apoio, certamente teriam sucesso. Embora não tenha residido na casa do estudante,

Paulo Jackson era um colaborador fiel das atividades culturais realizadas em Salvador e em Caetité. “Greves, passeatas, reuniões de planejamento, debates sobre Reforma Agrária, Anistia, Liberdades Democráticas e Defesa da Amazônia estavam entre os temas presentes nos debates de então”.

Elias informa ainda que toda aquela efervescência tinha Paulo orientando e contribuindo com o seu jeito, aparentemente discreto, mas extremamente cuidadoso e criterioso para fundamentar uma concepção de movimento e de prática coerente com os fundamentos que defendia e projetava, como representação de um projeto futuro de sociedade e de vida. Muito importante também eram as conversas a dois e a três, muito comuns devido ao clima de ditadura, quando era pouco recomendável reunir-se em grupos maiores. Paulo adorava essas conversas “orientativas” de atividades e sentidos políticos mais gerais. Elias lembra, que até em festinhas muito constantes na época, era comum estarem lá trocando idéias e fazendo avaliações sobre a conjuntura e sobre o movimento, sendo que essas orientações tinham valor inestimável. “Muitas decisões e encaminhamentos tomados no processo político eram resultantes desses diálogos pouco formais, pouco acertados e sistematizados, mas que eram sempre formas de nos orientar para a ação”.

José Eduardo Vieira Ribeiro¹⁰⁷ conheceu Paulo Jackson, quando esse ainda era estudante secundarista, mas sem grande convívio. No movimento estudantil eles atuaram por pouco tempo juntos, já que o primeiro concluiu o curso de arquitetura em 1974 e o segundo terminou engenharia em 1976. Naquele momento, a luta estava centrada em duas questões: combate ao acordo MEC/USAID – voltado para a reforma universitária, durante a ditadura militar e combate ao jubramento, que era um instrumento criado pela reforma universitária, pela inadimplência seguida de abandono do curso e repetência seguida de disciplinas.

Clara Araújo lembra que Paulo Jackson sempre foi uma pessoa muito dedicada e engajada, inclusive no sentido ideológico. “Eu me recordo dele lendo muito, estudando e com um sentimento nacionalista muito forte, inclusive na música, onde o espírito de revolta para com a situação do país se manifestava principalmente entre os jovens”. Outro marco importante na trajetória do jovem político baiano e que ele manteve durante a sua vida, foi a identidade com o Nordeste, segundo Clara, uma

¹⁰⁷ José Eduardo Vieira Ribeiro é o atual deputado federal Zezéu Ribeiro. Depoimento citado anteriormente.

questão forte na personalidade de Paulo Jackson. “A imagem que guardo dele é de uma pessoa séria e coerente”.

Luiz Roberto Santos Moraes conheceu Paulo Jackson ainda nos tempos de estudante, no curso de Engenharia, mas foi na Empresa Baiana de Água e Saneamento – EMBASA, onde tiveram oportunidade de trabalhar juntos, que começaram a longa amizade. Moraes desenvolveu diversos trabalhos com Paulo Jackson, tanto no Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto – SINDAE, quanto na Assembléia Legislativa da Bahia. “Paulo era uma pessoa que acreditava nos debates políticos e nas manifestações de ruas, sempre em defesa das causas do saneamento e do meio ambiente. Desenvolvemos diversas lutas juntos em defesa do saneamento público e de qualidade para todos”.

Outro aspecto enfatizado por Moraes é o fato de terem desenvolvido trabalhos técnicos com compromisso político. “Estivemos juntos em discussões sobre a água e saneamento na Bahia e no Brasil.” A luta contra a privatização da água e do saneamento é um exemplo de como isso aconteceu. Com saudades, o amigo lembra-se de um debate de cinco horas que aconteceu em Santa Catarina, no ano de 1983, quando pela primeira vez, em um congresso que reuniu cerca de 2.500 engenheiros das áreas sanitária e ambiental, foi colocada em debate a questão da transposição do rio São Francisco. “Eu e Paulo Jackson conseguimos reverter a discussão, de modo que a moção de apoio ao projeto, que deveria ser aprovada naquele fórum, conseguiu obter apenas três votos favoráveis”.

O momento inicial de atuação política de Paulo Jackson teria sido em Caetité, mas de forma mais efetiva, na universidade, especificamente no diretório acadêmico de Engenharia. “Em 1975, pouco antes de sair da UFBA, comecei a trabalhar com o Movimento Popular. Existia o trabalho Conjunto dos Bairros, que era uma luta pela organização das associações de bairros em Salvador”, informa Paulo Jackson em entrevista ao *Bem-te-vi*, informativo da Empresa de Proteção Ambiental de Camaçari - CETREL, realizada no ano de 1992. “A federação de bairros surgiu daí. Nessa época, eu também contribuí para um jornal de oposição de circulação nacional, o *Jornal Movimento*”.

Na segunda metade da década de 1970, José Walter Santa Rosa¹⁰⁸ participava de um grupo de teatro engajado - o GEAFRAGA, através do qual, jovens das classes populares da Fazenda Grande, um bairro da periferia de Salvador, falavam da realidade e faziam apelo pela redemocratização do país. “Muitos estudantes universitários ligados a movimentos, e que hoje estão na política, passavam pelo nosso bairro e colaboravam com o grupo de teatro. Desses, Paulo Jackson foi um dos mais presentes. Além de distribuir o jornal *O Movimento*, ele se interessou pela nossa causa e começou a ajudar na parte teórica, distribuindo material e explicando muitas coisas. Ele era brincalhão, explicava noções de teatro, ajudava a dirigir peças e a encontrar os perfis dos personagens”.

Retomando a questão familiar, em 1975, quando o Sr. João Vilasboas morreu, Paulo, que já estava no penúltimo ano do curso de Engenharia, tomou para si parte da responsabilidade da família, já que era muito próximo da mãe e das irmãs. Dona Placídia, Zildir e as duas filhas mais jovens, que moravam em Caetité, mudaram-se para Salvador. Na capital, a mãe que se tornara chefe da família, conseguiu acompanhar o nascimento dos nove netos e ficar mais próxima dos filhos.

Na entrevista ao *Bem-ti-vi*, citada anteriormente, Paulo, que era casado com Suzana Rocha e pai de Daniel e André, na época com 9 e 6 anos de idade respectivamente, lamenta o fato de seus filhos não poderem desfrutar da mesma liberdade que teve na infância em Caetité, onde as crianças não tinham só o quintal da casa, a rua e o bairro, mas a cidade inteira para brincar. “Antigamente, nossos pais corriam atrás da gente para tirar do campo de futebol. Hoje, a gente tem que sair correndo do trabalho para levar o filho para jogar bola”. Jackson era, portanto, um homem próximo da família, a quem dedicava parte da sua atenção.

Quando a sua mãe foi para Salvador, a família alugou um apartamento maior e um dos quartos era alugado para pessoas de Caetité com o objetivo de complementar a renda doméstica. Depois que Paulo se formou e tornou-se funcionário da EMBASA, Zalvira lembra que ao receber o primeiro salário, ele disse para a mãe: “Olha aqui minha mãe, você agora não precisa mais ficar tendo esse trabalho todo, hospedando estudantes em casa para poder garantir o pagamento do aluguel, porque agora eu já posso ajudar você”.

¹⁰⁸ José Walter Santa Rosa atualmente dedica-se ao comércio e a arte. Conheceu Paulo Jackson no período da redemocratização, quando pertencia ao grupo de Teatro Popular GEAFRAGA. Depoimento para essa pesquisa, em Salvador, no dia 23 de outubro de 2006.

Na década de 1980, dona Placídia retornou para Caetité, onde morou até o ano de 1999, ao lado da filha Zuleide e da família. Paulo Jackson, que nunca perdeu os laços com suas origens, e que nas férias, sempre ia a Caetité e Lagoa Real, onde se hospedava nas residências das avós, passou a ir com mais frequência visitar a cidade onde nasceu. Ao assumir o mandato de deputado estadual em 1993, ele se tornou mais conhecido na chamada região da Serra Geral, onde passou a desenvolver um trabalho político mais concreto. As visitas de Paulo Jackson eram motivos de satisfação para muitas pessoas em Caetité e região, principalmente para a sua mãe. Quando aconteceu a trágica morte do filho, dona Placídia e a filha Zildir, que já estavam em Salvador, ficaram morando na capital. Em 31 de maio de 2001, dona Placídia também veio a falecer.

Paulo Jackson é apresentado por familiares e amigos, como alguém que de fato foi especial. Um homem público dedicado, idealista, amigo e, sobretudo ético. Esses valores, ele adquiriu na infância e adolescência, sendo muito forte a influência dos pais. No decorrer da sua vida, essas características se consolidaram, e por isso, sua personalidade se manteve coerente. É alguém admirado e de quem se tem muitas saudades. Por ter morrido jovem e num momento de expectativas por mudanças no país e na Bahia, as pessoas falam do amigo como alguém que de fato, está fazendo muita falta. Trata-se de uma história (ou memória) “viva”.

2. No sindicalismo baiano.

No contexto de redemocratização no Brasil, surgiram entidades de classe média aglutinadoras das diversas categorias profissionais, a exemplo do Instituto dos Arquitetos, Instituto dos Economistas e Sindicato dos Engenheiros. Esses espaços foram muito importantes para aqueles que não foram para atividade partidária formal e contribuíram para a formação de novas lideranças políticas.

Assim que saiu da Universidade, Paulo Jackson e um grupo de engenheiros que se conheceram ainda no tempo de estudante, formaram uma chapa de oposição para concorrer à direção do Sindicato dos Engenheiros. “Foi a minha primeira experiência no sindicalismo, entre 1977 e 1978. Nós ganhamos as eleições e eu ocupei o cargo de delegado junto à Federação Nacional dos Engenheiros”.¹⁰⁹

¹⁰⁹ Paulo Jackson, em entrevista ao *Bem-te-vi*.

Em 1983, Paulo Jackson participou do congresso de fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Posteriormente, foi um dos articuladores da criação do Departamento Nacional dos Urbanitários da CUT, do qual foi secretário geral (1990-1993); foi diretor estadual da CUT (1992-1994); representante da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Conselho Nacional de Saneamento (1992-1993) e um dos articuladores da Criação do Comando Nacional dos Trabalhadores em Saneamento, do qual foi um dos coordenadores.

Marcelo Fernandes informa que a maioria dos sindicatos da época era controlada por pessoas ligadas à repressão. O movimento para a tomada do Sindicato dos Engenheiros começou a partir da iniciativa dos jovens engenheiros, que tinham em Paulo Jackson, uma das principais lideranças. “Começamos a nos reunir lá no Clube de Engenharia, onde fizemos festa durante o carnaval, por exemplo, para arrecadar fundos que viabilizassem a eleição”. Como a categoria dos engenheiros era dispersa, houve muitas dificuldades de mobilização, sendo necessário ir às diversas empresas. “Fizemos a eleição e conseguimos colocar o sindicato a serviço da redemocratização, junto aos movimentos sociais”.

Aquele movimento que envolveu o Clube de Engenharia, o Sindicato dos Engenheiros e o Conselho Regional de Agronomia e Arquitetura – CREA-BA serviu de formação para muita gente. O próprio Marcelo, que saiu dali para o Sindicato dos Portuários, afirma que esse Sindicato estava ligado ao chamado peleguismo, sindicalismo atrelado aos patrões ou ao Estado. “Paulo também nos ajudou muito no sentido de orientar na organização e luta para conquistar o poder, observar estatuto, convocar assembleias... Ele tinha uma habilidade muito grande e o trabalho feito por ele nos deu suporte para que a gente fizesse a nossa caminhada aí na política”.

Quanto ao emprego na EMBASA, Paulo Jackson explica em sua entrevista, que ao se formar em 1976, foi informado por um amigo, que a empresa estava contratando engenheiros e indicou o chefe de um setor que precisava desses profissionais em Salvador. Ele foi lá e acabou sendo contratado. Em 1978 e 1979, acompanhou a criação da Associação dos Funcionários da EMBASA, cuja primeira eleição foi vencida por José Carlos Brandão. “Após o pleito, eu criei, com mais três companheiros, a Comissão de Imprensa. Três anos depois, já encabeçávamos uma chapa de oposição, mas Brandão venceu novamente”.¹¹⁰

¹¹⁰ Entrevista ao *Bem-Te-Vi*.

Em 1985, quando a Associação preparava nova eleição, surgiu um movimento das bases da EMBASA, insatisfeita com a situação salarial extremamente arrochada. Na mesma entrevista, Paulo explica que a própria direção da Associação tentou dificultar a movimentação das bases, tendo os oposicionistas que enfrentar a direção da empresa e da entidade. “Saímos vitoriosos e reconhecidos pela categoria”. Resolveram, então, partir para transformar a associação em sindicato, que era o maior objetivo da categoria. “Ao final da luta, em maio de 1986, conseguimos criar o Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto – (SINDAE). Fomos eleitos para a primeira diretoria e reeleitos em 1989”.

O SINDAE passou a representar não apenas os trabalhadores da EMBASA, mas também os da Companhia de Energia Rural da Bahia (CERB) e da Empresa de Proteção Ambiental de Camaçari (CETREL), além de dezenas de Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAEE’S) do interior do estado. Para Elísio Nascimento,¹¹¹ Paulo Jackson conseguiu articular um grupo de “cabeças pensantes” da EMBASA, formada por engenheiros, administradores, ex-militantes do Movimento Estudantil e operários para articular a transformação da associação em sindicato. A questão para os trabalhadores, segundo Elísio, era confusa e problemática. Paulo tinha a cabeça muito boa e procurou ampliar essa questão e, para isso, procurou os trabalhadores da CETREL e da CERB. “Assim sendo, o SINDAE já surgiu forte”.

José Sinval Soares,¹¹² jornalista que atua no Sindicato há mais de 15 anos, informa que o número de filiados que já esteve em torno de 11.000, caiu significativamente ao longo dos últimos anos. Atualmente, conta com pouco mais de 5000 sócios. Essa redução ocorreu, basicamente, no período em que Antônio Carlos Magalhães governou o estado. “Foi um governador, que marcou pelo número excessivo de demissões na EMBASA, até porque o seu desejo era privatizá-la. Ainda no seu governo, foi assinado um contrato com o governo federal para participar do programa de modernização do setor de saneamento, que era financiado pelo Banco Mundial”. Tratava-se de um projeto que visava sanear as empresas escolhidas, para depois privatizá-las. Isso implicava em demissão de empregados.

Durante o primeiro mandato, Paulo Jackson atuou como presidente. Com a modificação do estatuto, as funções que eram do presidente passaram a ser exercidas

¹¹¹ Elísio Nascimento Teixeira é o atual secretário geral do SINDAE. Um dos fundadores do sindicato, só não participou da executiva no primeiro mandato. É funcionário da CETREL. Depoimento para essa pesquisa, em Salvador, no dia 11 de dezembro de 2006.

¹¹² Depoimento tomado para essa pesquisa em 11 de dezembro de 2006.

por um Coordenador Geral, função que, no segundo mandato, foi ocupada pelo próprio Paulo Jackson e, no terceiro, por Abelardo Oliveira. O atual presidente do SINDAE, Pedro Romildo, lembra que ainda no mandato da primeira diretoria, sentiu-se a necessidade de rompimento com o sistema presidencialista. “Durante o primeiro Congresso de Trabalhadores da Água, que ocorreu em 1988, nós modificamos a estrutura do movimento e criamos a figura do coordenador. A partir daí começamos a trabalhar com a diretoria colegiada”. Pedro lembra ainda que Paulo Jackson concordou com a mudança. “Sempre tivemos uma visão de que a estrutura presidencialista era personalista e centralizadora e que a melhor forma para dirigir a nossa instituição era com a diretoria colegiada”. Por essa via, todos os diretores da executiva têm um voto nas decisões do sindicato, apesar de caber ao coordenador, prerrogativas como: representar a instituição, assinar documentos e cheques do sindicato.

Para Pedro, do ponto de vista do poder no sindicato, Paulo não se destacou mais que os outros diretores, mas como liderança, sempre demonstrou uma grande capacidade. “Paulo Jackson teve esse perfil de grande líder, de formulador de idéias e grande pensador. Sabia dialogar e respeitava as diferenças de opinião”. O fato de não agir de maneira dúbia, mas com extrema franqueza, segundo esse depoimento, o credenciou a uma grande aceitação na categoria dos urbanitários e, posteriormente, por parte de setores organizados da sociedade baiana, quando se tornou deputado. Segundo esse e outros depoimentos, Paulo Jackson, de fato, conseguiu chamar a categoria dos urbanitários para a organização sindical.

O SINDAE foi fundado em 29 de abril de 1986, mesmo ano em que os baianos elegeram Waldir Pires e Nilo Coelho para o governo do estado. Antônio Emilson A. Carvalho, que participou da primeira eleição no Sindicato, como membro da comissão eleitoral e, em seguida, foi eleito representante de base, lembra que naquela gestão, entre os anos de 1986 a 1990, houve muitos avanços políticos. As greves e mobilizações possibilitaram ao trabalhador uma compreensão de que a luta é necessária, independente de quem esteja no governo. Aquele momento foi educativo e de politização.

Para Emilson, entre os problemas enfrentados pelo Sindicato naquele momento, está o fato do governador, ao tomar posse, baixar um decreto anulando contratos do governo anterior, demitindo muitos funcionários da EMBASA. Isso se deveu ao que o entrevistado chama de assistencialismo do estado e falta de uma política de desenvolvimento. No período que antecedeu à eleição, o então governador João Durval contratou milhares de funcionários. O Sindicato entendeu que muitos

funcionários tinham sido contratados em função do empreguismo, da politicagem e do apadrinhamento, mas muitos trabalhadores não tinham nada a ver com esse processo. “Fizemos um processo de resistência, de defesa do emprego e exigimos critérios para definir a essencialidade ou não dos trabalhadores no emprego”. Por conta desse trabalho e da criação de uma comissão para cuidar dessas questões, mais de mil trabalhadores foram mantidos na empresa.

Os trabalhadores, na avaliação de Emilson, entenderam que houve um equívoco por parte do governador Waldir Pires, quando ele entrou em conflito com as categorias organizadas da época. “Tivemos dificuldades para negociar e sofremos retaliações por parte do governo nos momentos de greve, o que gerou um conflito de insatisfação, deixando muitas pessoas frustradas e decepcionadas”. Estão muito vivas na memória de Emilson, palavras de Paulo Jackson em uma das assembleias realizada pela categoria em frente à Governadoria, no Centro Administrativo em Salvador: “Waldir Pires está pavimentando a estrada para o retorno de ACM”.

José Sinval afirma que o sindicalista Paulo Jackson era uma pessoa que, além da autoridade imposta pela liderança, possuía bastante percepção, além de ser muito dedicado. “O regimento interno da entidade estava decorado na cabeça dele e nessa questão, era quase que inflexível”. Por ser uma pessoa ética, tinha voz ativa junto aos trabalhadores. “Era também uma pessoa bondosa, mas no ambiente político de negociação, convivência e articulação com os companheiros, não era muito de ficar voltando atrás”.

A trajetória política de Paulo Jackson, tanto no sindicalismo quanto no parlamento, está atrelada às questões da água e do saneamento. Para Zezéu Ribeiro, foi no SINDAE, que Paulo se afirmou efetivamente como uma grande liderança. Por sua vez, José Sergio Gabrielli de Azevedo, afirma que, em sua atuação política, o sindicalista e parlamentar sempre defenderam a participação dos urbanitários na formulação de políticas públicas para o setor e a questão do saneamento como política pública estatal.

O informativo *Gota d'água* surgiu logo depois da criação do sindicato e é um instrumento de comunicação da categoria, divulgado amplamente entre os associados. Os acordos coletivos conquistados pela categoria nos primeiros anos do SINDAE e publicados pelo informativo foram considerados bons pelos entrevistados. O presidente Paulo Jackson assinala em textos de introdução à publicação desses acordos, que “a assinatura desses, mostra claramente a importância do sindicato, pois foi a partir de sua

existência que criamos melhores condições para nos organizarmos e mobilizarmos em defesa dos nossos direitos”. Destaca ainda a importância da participação dos trabalhadores e convoca a todos, não apenas para se filiarem ao Sindicato, mas também para dar sugestões, criticar e buscar estar presente nas promoções sindicais.

Gilmar Santiago ressalta que quando o governo Waldir Pires assumiu em 1987, o SINDAE estava se consolidando. Houve muitas novidades para a categoria, a exemplo de acordos coletivos e assembleias realizadas no próprio espaço de trabalho. “Criou-se uma concepção junto aos trabalhadores de que a EMBASA era uma empresa nossa, um patrimônio dos trabalhadores”. Isso contribuiu para que o sindicato fosse uma instituição forte. A eleição de um dos membros da diretoria do sindicato para a direção da empresa foi outra experiência inédita e polêmica, com a qual Gilmar não concordou, por considerá-la reformista.

A diretoria da empresa, explica Gilmar, era constituída pela presidência e as diretorias de operação, administrativa, financeira e de expansão. Coube aos trabalhadores a diretoria administrativa, exercida por Luís Geraldo, engenheiro fundador do Sindicato e contemporâneo de Paulo Jackson, escolhido pelo governador a partir de uma lista tríplice. Paulo Jackson defendeu o que ele considerava uma experiência democrática importante, garantindo a voz dos trabalhadores na direção da empresa, a partir do entendimento de que a EMBASA era um patrimônio também dos empregados. A experiência durou menos de dois anos.

Existe um consenso por parte dos entrevistados, incluindo aqueles que fizeram ou que passaram a fazer oposição ao grupo hegemônico no sindicato, quanto ao importante papel desempenhado por Paulo Jackson, não apenas no Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto (SINDAE), mas também na política baiana, ao longo da década de 1990. O Sr. Gilberto Gonçalves de Carvalho,¹¹³ urbanitário que atua na EMBASA em Vitória da Conquista, e que foi delegado sindical por mais de dois mandatos, afirma que Paulo Jackson foi uma grande liderança, não só no meio dos trabalhadores de sua base sindical, como também de outras categorias. “Lembro-me

¹¹³ O Sr. Gilberto Gonçalves de Carvalho atua na Empresa Baiana de Água e Saneamento (EMBASA), em Vitória da Conquista, desde 1982. Por não mais acreditar no que ele chama de luta sindicalista e institucional, desde 1989, rompeu com o PT e com a CUT, e optou pela militância na chamada Oposição Operária. O grupo do qual participa é uma dissidência de vários sindicatos, incluindo bancários, rodoviários e trabalhadores rurais. Esse grupo se organiza basicamente em São Paulo, Salvador e Vitória da Conquista. “A gente prega o voto nulo abertamente, chama os trabalhadores para discutir conjuntura e leva a proposta de transformação da sociedade, a partir do rompimento com o capitalismo e da instauração de uma sociedade em que o homem não seja explorado pelo homem.” Depoimento para essa pesquisa, em Vitória da Conquista, no dia 06 de dezembro de 2006.

muito bem de grandes assembléias realizadas no Rio Vermelho, com a participação de 3000 a 4000 pessoas”. Ele tinha grande respaldo e confiança dos urbanitários.

Gilmar Carvalho Santiago, um dos sindicalistas que em determinado momento fez oposição ao grupo hegemônico no SINDAE, reconhece a capacidade de liderança de Paulo Jackson e sua importância para a luta dos trabalhadores. Para ele, a vida material desses melhorou consideravelmente, após a criação do sindicato, quando importantes acordos coletivos foram assinados, o que contribuiu para elevar a auto-estima dos trabalhadores. Para Gilmar, Paulo Jackson foi o grande comandante do sindicato. “Os trabalhadores começaram a ver a importância social da sua atividade para a sociedade e passaram a ser porta voz, não apenas dos seus interesses corporativos, mas dos interesses da sociedade como um todo”.

Para Moema Isabel Passos Gramacho,¹¹⁴ Paulo Jackson foi um dos grandes sindicalistas que a Bahia teve. “Ele era uma pessoa que trabalhava muito não apenas nas reivindicações de sua categoria, mas também buscava trabalhar a organização dos trabalhadores como um todo”. Acrescenta ainda que, ele teve um papel decisivo na construção do SINDAE, mas acima de tudo foi um dos fundadores da Central Única dos Trabalhadores (CUT). “Paulo foi um sindicalista que trabalhou a construção do movimento sindical, do ponto de vista mais amplo, autônomo e independente. Ele tinha uma postura democrática e de autoridade, fazendo que a gente confiasse na colaboração dele para ajudar a resolver os principais problemas”. No momento em que a maioria dos sindicatos possuía ainda estruturas pelegas e viciadas, Moema lembra que o pulso forte de Paulo foi muito importante para que a CUT se organizasse no estado. “Travamos lutas além das categorias sindicais, pela defesa da previdência, da Petrobrás estatal e da saúde pública”. Para isso se empenharam na participação em conferências e organização dos trabalhadores nas defesas das comissões de saúde da CUT.

A atuação dos sindicalistas do SINDAE não se limitava ao campo da EMBASA. Durante os dois mandatos de Paulo Jackson na diretoria executiva do sindicato, ele enquanto ambientalista, fazia questão de acompanhar o que estava acontecendo na CETREL. Em 1990, no final do governo Nilo Coelho, essa empresa foi privatizada. Segundo a nova direção que assumiu em 1991, no governo de Antônio Carlos Magalhães, o processo de privatização aconteceu na mais absoluta transparência e na obediência da lei, depois de ter sido aprovada pela Assembléia Legislativa, com

¹¹⁴ Moema Isabel Passos Gramacho atuou com Paulo Jackson na Central Única dos Trabalhadores. Depoimento citado anteriormente.

respaldo da Procuradoria Geral do Estado e com a aprovação do Tribunal de Contas.¹¹⁵ Explicam ainda, que nessa privatização não houve repasse de ações, nem artifícios contábeis. Concretamente, o Estado abriu mão do seu direito de preferência para integralizar o capital, face à impossibilidade de efetivar a aplicação de recursos da ordem de US\$ 125 milhões, para ampliação e modernização da CETREL. Segundo a mesma nota, foram as indústrias do pólo petroquímico que investiram esse volume de recursos. Com isso, a participação do Estado no capital da empresa caiu para 35% com o conseqüente aumento da participação das empresas do Pólo, que eram de 30% e subiu para 65 por cento.¹¹⁶

A compreensão do Sindicato quanto à privatização da CETREL foi de que se tratou de uma forma de burlar a proteção à saúde do trabalhador. “Nós sabemos que o Pólo tem investido firmemente na terceirização e são incontáveis os casos de empregados de firmas prestadoras de serviço, acometidos por doenças ocupacionais ou vítima de algum acidente de trabalho”. Paulo Jackson informa ainda que, dentro da CETREL, os empregados de firmas prestadoras de serviço acometidas de doença ocupacional ou vítima de algum acidente, foram sumariamente demitidos por essas empreiteiras.

Nessa mesma entrevista, Jackson explica a importância e o papel da CETREL pela responsabilidade que ela possui, inclusive pela dimensão econômica do Pólo Petroquímico, cujas empresas sempre tiveram uma preocupação muito grande com a sua imagem. A imagem do Pólo ficou extremamente arranhada quando se fez a constatação de que existe uma agressão, não só ao meio ambiente, mas, sobretudo à saúde do trabalhador, provocada por suas empresas. “Foi uma coisa muito séria as mortes que ocorreram, incluindo a morte de um médico do trabalho. Isso chamou a atenção da opinião pública, no sentido de que o Pólo não era aquilo que a mídia vendia”. Ou seja, além de gerar empregos, impostos e riqueza, esse também gera doenças e mata.

Um relatório da Fundacentro informava uma situação grave dentro da empresa, que apontava a necessidade de afastamento de 13 empregados da CETREL, todos eles acometidos ou com sérios indícios de leucopenia.¹¹⁷ A atitude do SINDAE e do então coordenador geral Paulo Jackson, foi começar a denunciar e a empreender uma luta para que a CETREL tivesse uma postura de proteger mais a saúde do trabalhador.

¹¹⁵ Nota do editor do Informativo *Bem-te-vi*, relacionada às explicações da direção da CETREL, como esclarecimentos às opiniões emitidas pelo dirigente do SINDAE, na já referida entrevista ao *Bem-te-vi*.

¹¹⁶ *Idem*.

¹¹⁷ Doença provocada pela diminuição de leucócitos no sangue.

“O SINDAE continua acompanhando esse processo, cobrando, e vigilante para que venhamos a ter, dentro da CETREL, uma situação em que a saúde do trabalhador seja a mais protegida possível”.

Para Jackson, os investimentos básicos na empresa teriam sido feitos pelo Estado e pela própria população. A privatização, da forma como foi feita, com artifício contábil que passa a maioria das ações para as empresas do Pólo, poderia não ser necessária se o Estado exigisse das empresas do Pólo Petroquímico a integralização daquilo que era devido. Isso geraria capital suficiente para fazer também investimentos. O que mais preocupava o presidente do Sindicato, com relação a essa questão, era o problema do controle e da fiscalização das ações das empresas do Pólo e da própria CETREL.

Com todos os problemas e dificuldades, para o sindicalista, o caminho era a intervenção de uma empresa estatal responsável pelo controle ou tratamento dos resíduos industriais, sob a fiscalização do Centro de Recursos Ambientais (CRA). “Agora, a empresa privada controla o Pólo Petroquímico e também a empresa que é responsável pelo tratamento dos recursos industriais. Tenho uma preocupação muito grande em torno dos interesses em jogo na área ambiental do Pólo”.

Ainda nessa entrevista, Paulo Jackson afirmava que, há dez anos, jamais poderia imaginar que, a questão do meio ambiente pudesse ter tanta força num país dilacerado por problemas de sobrevivência, por problemas sérios que dizem respeito ao ser humano naquilo que ele tem de mais fundamental, que é a vida. Acrescenta ainda, que não é uma ambientalista de última hora. Há mais de dez anos essa questão o preocupava e, inclusive foi um dos indicados pela EMBASA para fazer um curso sobre meio ambiente. “Foi um curso extremamente importante e alguns grupos ambientalistas que hoje atuam na Bahia surgiram de pessoas que participaram desse curso”.

Na opinião de Elísio Nascimento, a CETREL, empresa que trabalha com produtos químicos perigosos lá dos efluentes líquidos, sólidos e lixo vermelho do Pólo Petroquímico de Camaçari, deveria ser um departamento da EMBASA. Cabe à CETREL, o tratamento de proteção ao meio ambiente. Explica ainda que os trabalhadores dessa empresa são base do Sindicato desde 1986, quando apareceu por lá um grupo liderado por Paulo Jackson para conversar com ele. “A partir daí comecei a participar da comissão que lutava para transformar a Associação em Sindicato”. Desde o início, Elísio atuou na área de saúde, segurança e medicina do trabalho. “As Comissões de Saúde eleitas pelos trabalhadores da empresa em substituição à Comissão

Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) foi um projeto que serviu de modelo para outros sindicatos, a exemplo dos petroleiros”.

Elísio explica ainda, que para realizar os trabalhos, o SINDAE atualmente conta com uma equipe grande de funcionários, mas antes a equipe era enxuta, contando basicamente com os diretores do sindicato. Então o que ficou como cultura, é que cabe aos diretores a maior parte do trabalho. “Para organizar tudo isso, quando somente a EMBASA tinha cerca de 8.000 funcionários, era preciso ter liderança e Paulo foi um grande líder aqui. Assim como Che Guevara, ele era duro, mas sem perder a ternura”.

3. O cerco ao SINDAE durante o governo ACM

Desde 1991, quando iniciou o governo Antônio Carlos Magalhães, conforme foi assinalado no primeiro capítulo desse trabalho, houve, em todos os aspectos, uma mudança na orientação política de condução do Estado, incluindo aí a implementação de uma política neoliberal e de desmonte dos sindicatos. O SINDAE, sendo uma espécie de espinha dorsal do sindicalismo baiano passou então a ser um dos principais alvos.

Junto com o processo de demissão, a empresa passou a implementar uma política de terceirização, principalmente na área operacional, onde o sindicato contava com uma base de participação e enfrentamento grande. O governo, entretanto, segundo os sindicalistas entrevistados, não atingiu um dos seus principais objetivos, que era a destruição do SINDAE.

Antônio Emilson A. de Carvalho lembra que, durante o governo ACM, vivenciou-se na Bahia uma violência muito grande contra a liberdade sindical e o direito dos trabalhadores se organizarem. “Diante da implementação a ferro e fogo do modelo liberal aqui na Bahia, várias categorias recuaram da ação de fazer o confronto e de resistir. O SINDAE ficou na linha de frente, se contrapondo firmemente ao governo”. Todos os sindicalistas entrevistados têm muito forte na memória, o momento em que oito dos doze dirigentes sindicais - aqueles que eram funcionários da EMBASA - foram demitidos.

Uma matéria do Correio da Bahia, também publicada no Diário Oficial do Estado, em 07 de maio de 1993, informou na época que diretores do SINDAE eram os ‘marajás’ da EMBASA. Para Luiz Alberto Brasil, presidente da empresa, “o movimento dos trabalhadores era pela manutenção de privilégios absurdos e corporativistas”. Para ele, os salários recebidos pelos dirigentes sindicais eram muito altos. A matéria

informava ainda que, dentro da política de recuperação da empresa e do propósito de não repassar à população, via tarifa, os custos das vantagens e privilégios que os sindicalistas teimavam em manter, a direção da empresa decidiu sanear a área. O sindicato foi informado que a empresa liberaria apenas um de seus funcionários para a direção da entidade e que os outros onze dirigentes deveriam retornar para a empresa ou seriam demitidos.

Vendo essa atitude como uma tentativa de desestruturar o sindicato, em uma assembléia com participação massiva dos trabalhadores que ocorreu ao lado da Assembléia Legislativa, decidiu-se que se os dirigentes fossem demitidos e tivessem seus salários suspensos, os trabalhadores iriam arcar com os custos. Isso de fato aconteceu. Antonio Emilson lembra que, naquele ano, a empresa não negociou acordo coletivo, tendo sido necessário recorrer à justiça do trabalho, que manteve o acordo. A empresa insistiu em não acatar, o que levou a categoria a realizar greves e passeatas. Agentes foram encarregados de, nas assembléias, ficarem fotografando os trabalhadores que participassem do movimento, como maneira de intimidar os demais. Em outra Assembléia realizada na Câmara Municipal de Salvador, todos os trabalhadores presentes utilizaram um capuz preto no rosto para não serem reconhecidos.

Segundo Elísio Nascimento, diante do dilema da demissão dos dirigentes sindicais, havia duas alternativas: ou voltava todo mundo – a proposta do governo – e acabava o Sindicato, ou se enfrentava a questão de outra maneira. Em Assembléia, a categoria decidiu que seria descontado de cada sócio 0,5 % para manter os diretores no sindicato. Os trabalhadores arcaram com o ônus de manter o sindicato funcionando. Se isso não acontecesse teria havido um esfacelamento total. Recentemente, esse percentual está sendo devolvido aos trabalhadores, já que através de um processo judicial, os trabalhadores foram reintegrados à EMBASA, após o processo de reintegração dos diretores ter tramitado na justiça durante onze anos. Para Pedro Romildo,¹¹⁸ a decisão de manter forte o SINDAE, demonstrou o nível de consciência da categoria.

José Sinval Soares registra que, durante o intervalo de 1993 a 1999, o sindicato não conseguiu fechar nenhum acordo coletivo com a EMBASA. “Foi um período difícil e de muita repressão nas empresas”. Entretanto, os trabalhadores em sua

¹¹⁸ Pedro Romildo Pereira dos Santos é o atual coordenador geral do Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto da Bahia - SINDAE. Depoimento para essa pesquisa, em Salvador, no dia 11 de dezembro de 2006.

maioria, resistiram e o sindicato continuou forte. Não por acaso, o SINDAE foi referência nacional na década de 1990. Foi um dos poucos sindicatos que enfrentou o governo Antônio Carlos Magalhães. “O sindicato realmente incomodava muito, não só o governo da Bahia, mas outros governos, porque servia de exemplo para outras categorias”, conta Gilberto Carvalho.

Em 1993, ano em que os embates do Sindicato com o governo se intensificaram, Paulo Jackson assumiu a vaga de deputado na Assembléia Legislativa baiana. Elísio atribui o que eles chamam de violência do governo contra o Sindicato, ao fato da EMBASA e da CERB, principalmente, não serem mais cabides de empregos para eleger deputados do governo e lembra que o deputado Paulo Jackson foi um defensor do “sindicato cidadão,” aquele que não só defende os interesses corporativos da categoria, mas também saneamento e água de qualidade para a população.

Pedro Romildo, atual coordenador geral do SINDAE explica que a idéia do “sindicato cidadão”, surgiu na década de noventa, quando o sindicato ampliou as suas lutas e passou a discutir com a população e a sociedade, suas demandas e necessidades. Nesse sentido, o sindicato passou também a reivindicar uma participação mais efetiva no sentido de contribuir para uma política de saneamento ambiental, já que o Brasil não contava com uma lei que regulamentava a questão.¹¹⁹ Segundo Abelardo de Oliveira Filho, sucessor de Paulo Jackson na coordenação geral do SINDAE, os sindicatos deveriam ser de reivindicação, de luta e de resistência, mas também se voltar para sociedade, criando novas perspectivas e buscando os próprios anseios da sociedade.¹²⁰ Nesse sentido, a discussão se ampliou, quando o governo do estado da Bahia resolveu implementar o processo de privatização da EMBASA, durante o governo César Borges.

Para Antônio Emilson de A. Carvalho, o Sindicato já nasceu fugindo do corporativismo e do sindicalismo proposto por Getúlio Vargas. “O SINDAE se consolidou dentro do princípio classista, mas com o foco também nas transformações da sociedade”. Pedro Romildo, um dos diretores sindicais demitidos, explica que por uma decisão da categoria, Paulo Jackson permaneceu na diretoria do sindicato, não mais na executiva. “Ele não se desvinculou da entidade e continuou fazendo o papel dele de parlamentar, ou seja, era uma voz nossa na Assembléia Legislativa”. Como um dos objetivos do governo era a privatização da EMBASA, a categoria pôde contar com um importante aliado na Assembléia Legislativa.

¹¹⁹ Vídeo Documentário: SINDAE – 20 anos em defesa da água. Abril – 2006.

¹²⁰ Idem.

Gilmar Carvalho, que liderou uma chapa de oposição na única eleição em que duas chapas disputaram o poder no sindicato, reconhece que a liderança de Paulo Jackson foi algo construído passo a passo. “O seu trabalho lembra um pouco aquele trabalho de base da Igreja Católica da Teologia da Libertação. Alguns métodos utilizados no Sindicato lembram isso”. Essa opinião, Gilmar não tinha antes. Passou a ter, avaliando a sua própria trajetória e avaliando, por exemplo, a força que o Sindicato tem ainda hoje, tendo conseguido sobreviver ao neoliberalismo assumido pelos governos nos últimos anos. “O Sindicato conseguiu sobreviver a todo esse processo e se manter forte, graças à forma como o trabalho foi construído”.

Nos grandes embates, o SINDAE, além de sair vitorioso, conseguiu aumentar a credibilidade junto aos trabalhadores e à sociedade civil organizada. Segundo Emilson, os trabalhadores continuaram acreditando e participando da instituição, que depois de lutar contra a demissão dos sindicalistas, na segunda metade da década de 1990, teve de enfrentar a batalha pela não privatização da EMBASA. Sobre essa questão, nos deteremos mais no próximo capítulo, já que o Paulo Jackson, como parlamentar, desempenhou importante papel nesse processo.

4. Paulo Jackson e o Partido dos Trabalhadores

Paulo Jackson acompanhou o processo de criação do Partido dos Trabalhadores no Brasil e na Bahia e se tornou seu simpatizante. Entretanto sua filiação só aconteceu em 23 de fevereiro de 1990.¹²¹ Anteriormente, também não foi filiado a outro partido. A deputada Alice Portugal disse em sua entrevista que ele não foi filiado ao PC do B. A participação num Partido Comunista dependia de muitos critérios de segurança e de formação política, e segundo a deputada, ele dizia que não se sentia à altura. “Paulo Jackson teve uma relação próxima ao partido e as pessoas do partido, no início da década de 1970”.

Ao optar por um partido político, preferiu o Partido dos Trabalhadores, no momento em que, um grupo de amigos e sindicalistas o colocou contra a parede, tendo em vista a necessidade de um bom nome para concorrer ao legislativo baiano. Manuel Barreto lembra que, “foi esse grupo de pessoas, que tinha forte identidade com o que Paulo defendia, que fundou o comitê de campanha da primeira candidatura”. Por outro

¹²¹ O depoimento de Marcelo Fernandes é confirmado por Certidão do Cartório de Caetité.

lado é importante lembrar que, no sindicalismo baiano, Paulo sempre esteve mais próximo dos grupos ligados ao PT.

Zezéu Ribeiro, por conta de sua atuação no Instituto dos Arquitetos da Bahia (IEBA), no Sindicato dos Arquitetos, no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) e da convivência com muitos simpatizantes e fundadores do Partido dos Trabalhadores na Bahia e no Brasil optou por se filiar a esse partido, em 1982. Observando a movimentação pela fundação do partido no estado, ele pensava que aquilo que não ia dar certo, principalmente na Bahia, porque havia muitas pessoas de classe média e também porque o partido era muito dividido e com muitas tendências. Candidatou-se a prefeito de Salvador (1988), deputado estadual em (1990) e, em 1994, foi candidato ao Senado junto com Waldir Pires. Em 1998 foi o candidato do PT a governador da Bahia. Atuou como vereador por Salvador em dois mandatos: (1993 a 1996 e 1997 a 2000).

No Partido dos Trabalhadores baiano, Zezéu esteve em diferentes momentos participando da executiva estadual, tendo sido vice-presidente de maio de 1993 a maio de 1995. Naquele momento, Jaques Wagner e Néelson Pellegrino se alternaram na presidência do partido. Entre maio de 1995 a maio de 1997, Zezéu foi presidente, sendo reeleito para o período de 1997 a 1999. Paulo Jackson acompanhava de perto as questões do partido e enquanto líder do mesmo na Assembléia Legislativa, também participou da executiva durante quase toda década de 1990. Vários entrevistados informam que o PT baiano sempre foi muito dinâmico.

As principais tendências do PT na Bahia eram a Articulação, que veio a se chamar também de campo majoritário, grupo ao qual pertenceram lideranças como o próprio Zezéu Ribeiro, José Sérgio Gabrielli e, em determinados momentos, Paulo Jackson; Democracia Socialista, cujo principal líder era o vereador por Salvador e depois deputado federal Walter Pinheiro e Força Socialista, cuja principal liderança era o deputado federal Néelson Pellegrino. O então deputado federal e atual governador da Bahia, Jaques Wagner, sempre se colocou como independente. Para José Sérgio Gabrielli, em seu depoimento, diferentemente do Brasil, na Bahia, a história do PT desde o seu início foi bastante equilibrada entre a Articulação e os outros grupos. O número de congresso do partido na Bahia sempre foi maior que a média nacional.

Em 1997, ano em que Zezéu Ribeiro concorreu à reeleição para a presidência do partido, saindo-se vitorioso, Paulo Jackson também foi candidato, alcançando o terceiro lugar em número de votos. Em segundo lugar ficou o deputado federal Néelson

Pellegrino. Para Ribeiro, naquele momento, Paulo Jackson se unificou com o pessoal de Jaques Wagner, do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e contou ainda com o apoio dos representantes da chamada Serra Geral. Não deixou de ser uma ruptura, apesar de, no seu entendimento, tratar-se de uma candidatura para marcar posição.

José Sérgio Gabrielli lembra que, dentro do Partido dos Trabalhadores, Paulo Jackson sempre foi uma liderança muito respeitada e sempre teve posições equilibradas. Nos encontros nacionais e estaduais, foi balizador de opiniões. Ele se manifestava e a partir daí, as opiniões se tornavam mais claras. Em alguns momentos, teve diferença com a corrente dele, chegando a expressar isso, o que foi importante para conduzir o partido a tomar decisões. “Por suas posições firmes, ele nunca tentou ser um conciliador e sempre foi um afirmador de posições. Quando necessário, ia para o embate e confronto permanentemente”.

Para o professor Erivaldo Fagundes, Paulo era uma pessoa que fazia tudo com muita convicção e com muita segurança. Era aquele sertanejo muito ligado às coisas do sertão e, sobretudo, muito atinado na atuação. Ele tinha uma conduta própria, específica, de maneira que devia ter alguma dificuldade partidária, porque dentro do PT, havia aqueles que o acusavam de ser militante do PJ, que era o grupo Paulo Jackson. Alguns insinuavam: “Não, ele não é militante do PT. Ele é militante do PJ.”

Manuel Barreto informa em seu depoimento, que apesar do deputado ter uma proximidade da articulação, havia pessoas nessa tendência que não o consideravam como membro do grupo. “Paulo era muito independente nas suas idéias, nos seus ideais, e várias vezes se colocou dentro do partido e em disputas internas, contra a posição majoritária”.

Antônio Emilson Carvalho, que participou da coordenação das campanhas do deputado, em 1994 e 1998, afirma em sua entrevista, que apesar desse ter uma afinidade maior com o Campo majoritário do PT, com o pessoal da Articulação, ele sempre se colocava como independente. Uma vez em conversa com Emilson, depois de uma eleição, ele reclamou: “Poxa, eu acho engraçado isso. Antes da eleição, eu não sou Articulação, mas depois que eu me elejo, aí sim, eu sou Articulação”. Para o entrevistado, Paulo Jackson sentia falta de apoio de partido, que lançava muitos candidatos sem nenhuma chance de vencer e depois da eleição, dizia que a articulação elegeu um deputado.

Para Aneli Rodrigues,¹²² Paulo não utilizava uma tendência para se firmar, pois ele se pautava no companheirismo e lealdade. “Ele não era contra as tendências, mas dizia que muitas vezes, tendências eram para atrapalhar”. Pelos depoimentos, percebe-se que ele estava acima desses grupos, e por muitas vezes ele era convocado para ajudar a resolver problemas internos do partido, tarefa que alguém fechado com uma tendência, teria dificuldade para desempenhar.

Guilherme Menezes¹²³ informa em seu depoimento, que durante o seu primeiro mandato como prefeito em Vitória da Conquista - 1997 a 2000, Paulo Jackson esteve várias vezes na cidade, ajudando a resolver problemas entre o partido e a administração. “Quando não podia vir, ele sempre telefonava, colocando-se à disposição, o que demonstrava solidariedade e generosidade. Só quem o conhecia de perto, quem se aproximava mais dele, ia conhecendo o coração grande que ele tinha”.

Para Zezéu Ribeiro, Paulo foi um grande companheiro, daqueles com quem sempre se pode contar em todas as horas. Foi ele quem introduziu no PT da Bahia, discussões referentes às questões ambientais. Ele tinha enorme capacidade organizativa e um compromisso com a construção do Partido dos Trabalhadores, tendo contribuído muito. “Na região da Serra Geral, onde ele acompanhava mais de perto, os encontros do partido aconteciam com mais frequência e maior organização”. Isso contribuiu, segundo José Sérgio Gabrielli, para a construção do partido em termos orgânicos, definindo políticas regionais importantes e possibilitando o surgimento de novas lideranças para a política baiana.

Na região da Serra Geral, principalmente nas pequenas cidades, a presença do Carlismo é muito forte, de maneira que ainda é comum nas eleições dentro do mesmo município, partidários do senador Antônio Carlos disputarem entre si o poder local. Em municípios maiores, a exemplo de Guanambi e Caetité, é forte a influência do ex governador Nilo Coelho e em Brumado, predomina na política local, a influência do Carlismo por um lado e do deputado peemedebista Geddel Vieira Lima, por outro. Paulo Jackson contribuiu muito para que o Partido dos Trabalhadores chegasse a esses municípios.

¹²² Aneli Rodrigues desenvolveu atividades políticas com Paulo Jackson em Caetité e região da Serra Geral. Depoimento citado anteriormente.

¹²³ Guilherme Menezes atuou com Paulo Jackson na Assembléia Legislativa de 1994 a 1996 e, em 1996, foi eleito prefeito de Vitória da Conquista (terceira maior cidade da Bahia), sendo reeleito em 2000. Atualmente é deputado federal em segundo mandato. Depoimento para essa pesquisa, em Vitória da Conquista, no dia 18 de fevereiro de 2006.

Ele foi um dos pioneiros no sentido de pensar em organizações regionais para o partido na Bahia. Na Serra Geral, realizavam-se todos os anos encontros regionais, com boa participação de lideranças populares. Aneli Rodrigues, em seu depoimento, lembra que numa região do semi-árido baiano, muito discriminada e manipulada por políticos tradicionais, Paulo Jackson chamava as pessoas para a organização. “Ele conseguiu fazer muito mais do que outros que estavam mais próximos da estrutura do partido e da sede estadual”. Para Aneli, o Partido dos Trabalhadores veio das bases, sem as quais, ele funciona mal. “Na década de 1990, Paulo colaborou muito com essas bases e realizou um trabalho muito bom, na medida em que estava junto delas, dando respostas para as suas demandas”.

Para o deputado federal Guilherme Menezes, Paulo Jackson enfrentava o remanescente do que ele chama de coronelismo, com muito conhecimento e coragem, tanto na Assembléia Legislativa, quanto no trabalho político que ele fazia no interior do estado. Lembra ainda, que antes de morrer, tinha decidido se dedicar mais ao processo de interiorização do seu partido, trabalho esse, que já vinha desenvolvendo, desde o momento em que assumiu o primeiro mandato como deputado estadual. “Ele e as lideranças populares realizavam um trabalho difícil, quase artesanal, sem mídia, sem recursos e sem financiadores”.

Segundo os diversos depoimentos, Paulo Jackson teve um papel importante na oposição ao Carlismo na Bahia e na própria política baiana. Por suas posturas firmes em favor das causas sociais, da justiça, da ética, da democracia e das demandas de ordem material dos trabalhadores urbanos e rurais, ele se tornou um símbolo, lembra Edival Passos. “Às vezes exagerava em aspectos não necessários, mas sempre foi respeitado por sua posição coerente e retilínea. O mais importante era o valor político dele e sua devoção à política, enquanto atividade humana que busca o bem estar da sociedade, pautado em valores humanos e éticos”.

Nesse capítulo, conforme afirmação de Verena Alberti, em o lugar da história oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa,¹²⁴ as entrevistas de história oral deram vivacidade e um tom especial de documentos pessoais. “É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado como um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um

¹²⁴ ALBERTI, Verena. Op. Cit. p. 13-28.

sujeito que efetivamente viveu - e, por isso dá vida a – as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes”.

Ao cruzar as suas trajetórias com a trajetória de Paulo Jackson, as pessoas se sentiram não apenas como participantes da história, como também colaboradores de uma história que está viva. Passado e presente se conjugaram a um futuro que não aconteceu, tendo em vista que a morte de Paulo Jackson interrompeu não apenas a sua vida pessoal, mas também um sonho, principalmente daquelas pessoas mais próximas, que viam nele um líder com grandes possibilidades pela frente. O sentimento da saudade é muito forte e o passado vem à tona, segundo o viés concebido por quem viveu ao lado do sindicalista e parlamentar.

CAPÍTULO IV - O PARLAMENTAR PAULO JACKSON

*“Pode-se viver “para” a política ou pode-se viver “da” política. (...) Quem vive “para” a política a transforma, no sentido mais profundo do termo, em “objetivo de sua vida”, seja porque encontra forma de gozo, na simples posse de poder, seja porque o exercício dessa atividade lhe permite achar equilíbrio interno e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma “causa” que dá significação à sua vida. Nesse sentido profundo, todo homem sério, que vive para uma causa, vive também dela”.*¹²⁵

Max Weber

Na década 1990, os parlamentares baianos possuíam duas alternativas: ser favoráveis ou não ao Carlismo. Tendo em vista que o grupo que estava no poder era monolítico e não negociava, “durante muito tempo, na Bahia, à esquerda não coube outra alternativa, se não a resistência. Uma das trincheiras de enfrentamento a esse grupo que estava no poder, foi a oposição na Assembléia Legislativa do Estado”.¹²⁶

Durante o governo de Antonio Carlos Magalhães (1991-1994) e os governos que o sucederam - no chamado período de hegemonia carlista -, existiu uma oposição combativa na Assembléia, que contava com parlamentares do PT, PC do B, PPS, PV, PSB, PMN, PDT, PSDB, e em determinados momentos, do PMDB. Por outro lado, os chamados carlistas puros e “adesistas” constituíam a maioria absoluta na Assembléia Legislativa.

Para Edival Passos, a resistência, em determinados momentos, tornava-se difícil, porque para grande parcela da sociedade, o mais importante na política é a parte propositiva, pois é ela que concretiza determinadas demandas importantes. “Sobreviver durante muito tempo sob o viés da resistência é muito difícil”. Entretanto, os partidos de oposição, ainda que com um número pequeno de deputados, fizeram essa opção durante a década de 1990.

José Sérgio Gabrielli de Azevedo, então professor no curso de Economia da Universidade Federal da Bahia e militante do PT baiano, lembra que o confronto com o Carlismo na Assembléia era algo muito sério, porque durante muito tempo, as oposições sequer tinham um terço dos deputados. Foi nesse contexto que se sobressaiu a figura de

¹²⁵ Weber, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo. Editora Martin Claret, 2005. p. 68.

¹²⁶ Depoimento de Edival Passos, que atuou como deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores, de 1993 a 1994.

Paulo Jackson que, para Gabrielli, “foi absolutamente excepcional e fantástico, porque foi o líder da bancada do PT e das oposições por muito tempo. Ele sempre foi muito firme no combate, na apresentação de propostas e na formulação de idéias.” É para a trajetória parlamentar desse deputado que este capítulo se volta, com destaque à sua participação nas três eleições que disputou, ao seu trabalho na Assembléia Legislativa e para além da Assembléia.

1. Paulo Jackson e eleições na Bahia na década de 1990.

A candidatura de Paulo Jackson Vilasboas a uma vaga no legislativo estadual, em 1990, foi resultado do trabalho conjunto de um grupo de pessoas que sentia a necessidade de ter um representante na Assembléia Legislativa. Desse grupo faziam parte pessoas ligadas ao Sindicato dos Engenheiros e uma grande parcela dos trabalhadores da EMBASA, CETREL E CERB, já que, naquele momento, o presidente do SINDAE, havia se tornado um dos principais sindicalistas baianos.

Com mais de 5800 votos, sendo 2.986 em Salvador e os demais espalhados por 182 municípios baianos, Paulo Jackson tornou-se o segundo suplente do Partido dos Trabalhadores (PT). Zezéu Ribeiro, primeiro suplente, assumiu uma vaga na Câmara Municipal de Salvador, por ocasião das eleições de 1992. Assim, em 1993, quando o então deputado estadual, Geraldo Simões, assumiu o cargo de prefeito de Itabuna (município localizado no sul da Bahia), a vaga na Assembléia Legislativa foi ocupada por Paulo Jackson, que tomou posse em 4 de janeiro de 1993.

O deputado Zezéu Ribeiro, ao telefonar para o sindicalista Paulo Jackson, dizendo que podia comprar um paletó, porque já era deputado, lembra que ele dissera que não era bem assim, pois precisava conversar, discutir... Para Zezéu, a candidatura de Paulo Jackson pode ter sido uma coisa meio induzida pela base, pela necessidade de representação, e talvez ele quisesse se voltar mais para a questão profissional. “Entretanto, quando assumiu, foi para valer mesmo, pois era uma pessoa de muitas responsabilidades”.

Na eleição de 1994, houve o entendimento de que, para o Partido dos Trabalhadores na Bahia, o melhor era o lançamento de uma candidatura própria para o governo do estado. Até a realização da convenção, Zezéu Ribeiro era esse candidato. A reviravolta no processo se deu por influência marcante do candidato do partido à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva. “Ele disse que para a Bahia, o mais

importante era o partido se afirmar, mas precisava do apoio do PSDB baiano, no quarto maior colégio eleitoral do Brasil”, lembra Zezéu. Naquele momento, o PSDB da Bahia contava com políticos em evidência, a exemplo da então prefeita de Salvador, Lídice da Mata e do ex governador Waldir Pires.

Diante da aliança feita pelo candidato Fernando Henrique Cardoso com o Partido da Frente Liberal, Lula considerava muito importante o apoio dos dissidentes do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Na Bahia, isso era possível, já que as principais lideranças desse partido no estado não estavam alinhadas com o governador Antônio Carlos de Magalhães, um dos principais aliados do candidato do PSDB à presidência da República, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso.

Depois do Encontro Extraordinário do partido, e de ter sido matéria de página inteira no jornal *A Tarde*, sustentando que era candidato ao governo do estado, Zezéu Ribeiro lembra que o compromisso assumido com o então candidato Lula, criou o constrangimento de, no Encontro Estadual do partido, apenas poder fazer uma prestação de contas. Naquele encontro, Zezéu Ribeiro lembra que as discussões se acirraram diante da polêmica e as decisões começaram a se definir, quando Jaques Wagner e Paulo Jackson passaram a defender o apoio à candidatura de Jutahy Magalhães Júnior.

O candidato Jutahy Magalhães Júnior (PSDB), a quem o PT apoiou no primeiro turno, foi o terceiro colocado na eleição. Para o segundo turno, disputando a eleição com Paulo Souto do PFL, foi o candidato João Durval Carneiro do PDT, que recebeu o apoio dos partidos que, naquele momento, opunham-se ao Carlismo. Mas o candidato carlista não teve dificuldades para vencer.

Antonio Emilson A. Carvalho informa em seu depoimento, que Paulo Jackson sempre teve a compreensão de que a única forma de derrotar o Carlismo na Bahia era dividindo os apoiadores do governo. “Ele achava que era fundamental trazer pessoas como Jutahy e João Durval para o lado de cá. Tinha a capacidade não apenas de se aproximar e de dialogar com essas pessoas, como também de ganhar a confiança delas”.¹²⁷ Aos poucos, o líder petista foi se tornando um dos principais interlocutores da oposição ao Carlismo na Bahia.

José Sérgio Gabrielli de Azevedo, um dos coordenadores da campanha em 1994, lembra que aquela decisão dividiu o PT. Tiveram que enfrentar muitos problemas com as bases e Paulo Jackson teve um papel importante na busca da unidade possível.

¹²⁷ Depoimento de Emilson Carvalho, citado anteriormente.

“Uma vez tomada a decisão, você tem que buscar a unidade. É o que as pessoas escolhem. Paulo Jackson, apesar de ser muito firme nas suas posições, era uma pessoa e um militante disciplinado”. Naquela eleição, Zezéu Ribeiro e Waldir Pires foram os candidatos da oposição carlista ao Senado, tendo este quase garantido sua eleição. Antonio Carlos Magalhães e Waldeck Ornelas foram os candidatos do PFL. Houve suspeita e acusação de fraude eleitoral. No decorrer da apuração, os oposicionistas começaram a desconfiar da lisura do processo eleitoral. As principais Ideranças do PSDB, PMDB, PDT, PT, PPS, PC do B, PSB, PMN, PV e PSTU assinaram um manifesto, denunciando o que chamaram de “operação fraudulenta montada com o objetivo de viabilizar a eleição de Waldeck Ornelas, iniciada a partir do momento em que se verificou a inevitabilidade da eleição de Waldir Pires”.¹²⁸

Sacramentado o resultado da eleição, o candidato ao Senado pelo PSDB foi derrotado pelo percentual de 0,06 %, o equivalente a 3.051 votos, exatamente a média de transferência de votos de ACM a Waldeck Ornelas, conforme um estudo estatístico desenvolvido por técnicos da Universidade Federal da Bahia. Enquanto João Durval Carneiro, candidato das oposições no segundo turno, pedia união por uma Bahia livre e democrática, Waldir Pires afirmava que era necessário a volta da velha e longa batalha pela democracia.¹²⁹

Na eleição de 1994, o Partido dos Trabalhadores conseguiu ampliar sua bancada de 3 para 5 parlamentares. Foi quando conseguiu reeleger Paulo Jackson, Maria José Rocha e Néilson Pellegrino. Foram eleitos ainda: Frei Dílson Santiago (região sul) e Guilherme Menezes (Vitória da Conquista – sudoeste do estado). Paulo Jackson foi eleito com 9.948 votos, sendo 4.603 em Salvador, 826 em Caetité e os demais espalhados por 249 municípios. Para a Câmara Federal, o PT baiano garantiu a reeleição dos deputados Jaques Wagner e Alcides Modesto.

O fato de a Justiça Eleitoral baiana negar o pedido de recontagem de votos feito pelo candidato do PSDB, Waldir Pires, e de transferir a questão à instância superior, permitindo a diplomação de Waldeck Ornelas para a vaga do Senado, provocou uma reação na bancada estadual do PT. Esta decidiu não comparecer ao ato de diplomação dos eleitos, realizado no Fórum Ruy Barbosa. Na mesma reunião, os deputados do partido definiram-se por uma postura partidária favorável à formação de um bloco único para a oposição à administração estadual. Estava em discussão a

¹²⁸ Jornal A TARDE, 12 de outubro de 1994.

¹²⁹ Idem

limitação da articulação destinada a criar um bloco partidário de partidos só de esquerda (PC do B e PSB) mas por maioria, a opção por um bloco maior foi vencedora.

A jornalista Ivana Braga, em matéria do jornal *A Tarde*, destacou que, com o resultado das eleições, a oposição saiu enfraquecida na Assembléia Legislativa: “No total dos 28 parlamentares de oposição, apenas cinco conseguiram a reeleição”. Por outro lado, as forças carlistas aumentaram seu poder de fogo, elegendo 35 dos 63 deputados estaduais. A jornalista destacou ainda que a desvantagem das oposições não ficou só na inferioridade numérica, mas especialmente na falta de experiência legislativa, já que dos 28 parlamentares que se elegeram pela oposição, apenas cinco – Marcelo Nilo (PSDB), Paulo Jackson, Néelson Pellegrino e Maria José Rocha (PT) e Cristóvão Ferreira (PMDB) – conheciam os meandros da política baiana.¹³⁰

Paulo Jackson, Maria José Rocha e outros opositoristas passaram a defender a necessidade do bloco se abrir para uma política de alianças no campo da oposição ao Carlismo. Edival Passos, que naquela eleição se candidatou a deputado federal, lembra que para os petistas, “no início era difícil aceitar isso, mas a gente foi evoluindo e desconstruindo os resquícios do partido único na política e passamos a interpretar a pluralidade como realidade da sociedade, que se revelava também no Parlamento”.¹³¹ A conjuntura política baiana de predomínio do Carlismo contribuiu para que se pensasse em alianças mais amplas para enfrentar um adversário forte.

Uma matéria da *Tribuna da Bahia* destacou, na ocasião, que essa atitude dos opositoristas significaria uma mudança radical no trabalho do PT na Assembléia Legislativa, a começar pela concentração de poder nas mãos de um líder de minoria, que poderia não ser dos quadros da agremiação. Os petistas optaram por liberar a bancada, no que diz respeito ao comparecimento ao plenário da Assembléia Legislativa, para a posse do governador eleito Paulo Souto, e do seu vice, César Borges.¹³² Diante da afirmação da aliança política do PFL e PSDB na política nacional, a conjuntura política tornou-se mais difícil ainda para as oposições.

O 22º Encontro Estadual do Partido dos Trabalhadores na Bahia, que aconteceu em 1997, foi marcado por conclamações à unidade política do PT para derrotar o Carlismo. A estratégia eleitoral aprovada foi a de construir a hegemonia do partido na Frente das Oposições, com o nome do ex governador Waldir Pires para

¹³⁰ Jornal *A Tarde*, 21 de novembro de 1994.

¹³¹ Depoimento de Edival Passos, citado anteriormente.

¹³² Sobre essas questões, ver *Tribuna da Bahia*, 14 de dezembro de 1994.

disputar o governo da Bahia. O encontro homenageou os 100 anos de Canudos e reuniu, em Salvador, cerca de 400 delegados, representando 190 municípios baianos para a discussão da “Conjuntura Nacional e Estadual”, da “Construção Partidária” e das “Eleições 1998, Estratégia e Tática”.¹³³

Na eleição de 1998, quando o candidato carlista ao governo do estado foi o atual senador César Borges, as oposições tinham dois nomes para disputar a eleição em primeiro turno: João Durval (PDT) e Zezéu Ribeiro (PT). Petistas e comunistas se uniram em torno do nome de Zezéu, que ficou em segundo lugar na eleição, superando João Durval. Entretanto, não houve segundo turno na Bahia. A eleição de 1998 foi muito importante do ponto de vista de afirmação do partido na Bahia, que além de reeleger o deputado federal Jaques Wagner, elegeu ainda, para a Câmara Federal, Waldir Pires, Néelson Pellegrino e Walter Pinheiro. O deputado federal Alcides Modesto optou por não concorrer à reeleição e em carta aberta distribuída aos militantes do partido, explicou suas razões. Preferiu voltar à militância nas bases.

Para a Assembléia Legislativa, o Partido dos Trabalhadores elegeu os deputados: Zilton Rocha, José das Virgens, Moema Gramacho, Yulo Oticica, Luís Bassuma e Paulo Jackson. Este foi reeleito com 16.187 votos, sendo 5.827 em Salvador, 1276 em Caetité e 924 em Carinhanha. Os demais votos foram distribuídos em um total de 270 municípios baianos. Foi o penúltimo colocado na sua coligação. Marcelo Fernandes Pereira lembra que a votação de Paulo Jackson era apenas o necessário para garantir a eleição.

Quanto à polêmica sobre o número de votos do deputado, os entrevistados lembram que Paulo Jackson se dedicava muito aos trabalhos na Assembléia, e por isso, não podia estar com mais frequência junto ao eleitorado, a exemplo dos trabalhadores em estações de tratamento de água da EMBASA e das cidades sertanejas. Seu trabalho era realizado sem muita cobertura da mídia, sem financiadores e com o apoio de lideranças comunitárias e sindicais. Sua atuação no sertão, apesar de ser considerada boa e persistente, não lhe rendia muitos votos, tendo em vista a força do Carlismo nos municípios da chamada Serra Geral. Além disso, os tradicionais métodos utilizados pelos políticos para angariar votos, não eram usados por Paulo Jackson. Por tudo isso, sua base eleitoral era menor que a expressão política que ele tinha.

¹³³ Publicação do mandato do Deputado Paulo Jackson - Agosto de 1997.

Alguns depoimentos discordam da questão de que sua quantidade de votos era pequena, devido ao seu excesso de zelo pelo Legislativo. Marcelo Fernandes Pereira afirma que o deputado Paulo Jackson fazia um trabalho muito bom e ativo, tanto em Salvador, como no interior. Viajava muito e era um parlamentar que atuava em diversas frentes. Militava junto a trabalhadores rurais e urbanos e esclarecia muitas situações difíceis, a exemplo das questões de água e saneamento.

Apesar de Paulo Jackson ter uma atuação parlamentar destacada, isso não se traduzia em votos, lembra Antonio Emilson Carvalho. A cada eleição, seus aliados costumavam dizer que ele iria se eleger com uma votação expressiva, pois tinha o voto de opinião. “Durante a apuração ficávamos correndo atrás dos mapas do Tribunal Regional Eleitoral, contando voto a voto para, aos “trancos e barrancos”, conseguir garantir a eleição com uma margem apertada de votos”. Paulo Jackson atribuía essa dificuldade para se eleger ao fato de estar sempre à frente da liderança da minoria na Assembléia Legislativa, o que ocupava significativamente seu tempo, já que ele não podia abandonar a Assembléia, enquanto muitos parlamentares estavam trabalhando e ampliando suas bases.

Durante as campanhas eleitorais, o deputado costumava viajar pelo interior acompanhado de amigos, visitando as unidades da EMBASA e pedindo votos aos trabalhadores. Visitava às vezes, locais que tinham apenas um trabalhador, mas achava importante deixar o material de campanha para que se pudesse traduzir em votos que, na somatória, chegava aos cem e/ou duzentos, garantindo a eleição. Às vezes acontecia do eleitor dizer a ele que iria votar em outro candidato do PT. Por sua postura ética, Paulo dizia: “Tudo bem, eu só dispuo o voto dos meus adversários. Não conseguia entender a postura de alguns companheiros que “invadia” suas bases”.¹³⁴

As idas de Paulo Jackson a Caetité movimentavam a cidade e a região. Sempre era entrevistado na Rádio Santana, onde fazia questão de informar às pessoas sobre a política nacional e estadual, além de discutir questões municipais. Cumpria ainda uma agenda de reuniões no município e na região. Muitas pessoas se tornaram admiradoras do deputado, mas não se sentiam a vontade para votar nele, tendo em vista os compromissos assumidos com os políticos locais, com os quais Paulo Jackson tinha grandes embates.

¹³⁴ Depoimento de Antônio Emilson Carvalho, que em diversas eleições, atuou na coordenação de campanha do deputado.

Pedro Romildo e Elísio Nascimento, atuais diretores do SINDAE, ressaltam que a categoria dos urbanitários na Bahia, sempre teve importante papel nas eleições que Paulo Jackson disputou. Segundo Elísio, a força da categoria foi importante para que o deputado fosse eleito. Pedro, por sua vez, afirma que uma categoria sozinha não elege um parlamentar, mas o fato de Paulo Jackson ter sido um líder que atuou no SINDAE, na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e na Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), contribuiu para que o parlamentar petista fosse conhecido.

Zalvira Vilasboas, irmã de Paulo Jackson, lembra que, depois das eleições, a longa espera pelos resultados e a possibilidade da não eleição do irmão, angustiava a família. Na eleição de 1998, ela ligou preocupada e perguntou. E aí? Ele respondeu: Trabalhamos? Trabalhamos. Agora, vamos aguardar. Era difícil convencê-lo a trabalhar de forma diferente. Pela franqueza e por não fazer questão de aparecer em determinadas circunstâncias, ele perdia votos, na avaliação de colegas e familiares.

Paulo Jackson morreu no auge da sua carreira política, quando estava em ascensão. Para Guilherme Menezes, um voto para Paulo Jackson tem um valor diferente. É outro tipo de voto. “Cada pessoa que resolvia votar em Paulo Jackson era um formador de opinião”. Por isso a maioria dos entrevistados, afirma que ele era um político em ascensão, com possibilidades de crescer muito, inclusive do ponto de vista eleitoral, já que durante todas as eleições que disputou o seu partido e as oposições na Bahia estavam em situação de desvantagem, tendo em vista, a força do Carlismo.

Falando sobre o quadro político na Bahia, em maio de 2000, seis dias antes de sua morte, Paulo Jackson, em sua última avaliação da política baiana, apresentou-o como quase monolítico e sob rígido comando de Antônio Carlos Magalhães. Para ele, o nível de oposição vinha caindo nos últimos anos e a adesão crescia cada vez mais, em todo o estado. Não era tarefa fácil interromper essa situação.¹³⁵ Continuando sua exposição na reunião de avaliação, assinalou que, naquele quadro eleitoral, crescia a responsabilidade do PT, a principal alternativa de poder na Bahia, como mostrara a eleição de 1998. Naquele momento, com uma “chapa de vereadores” para governador, vice e senador, a coligação PT e PC do B ficou em segundo lugar, derrotando figuras históricas como João Durval. “Fomos o partido de oposição que mais elegeu deputados federais e estaduais em 1998”. Naquele momento - maio de 2000, o PT estava

¹³⁵ Ata da reunião de avaliação do mandato. Acervo: SINDAE. A última reunião de avaliação do mandato de Paulo Jackson em Salvador, com a presença de 52 apoiadores, aconteceu em 13 de maio de 2000, seis dias antes da sua morte.

disputando, com chances de ganhar, eleições para as prefeituras de Itabuna, Vitória da Conquista, Itamaraju, Senhor do Bonfim, Juazeiro, Camaçari e Alagoinhas, além de vários outros municípios pequenos, como Pintadas. Aí mesmo sem qualquer apoio estadual e federal, o partido estava mostrando ser possível efetivar uma gestão em favor da população.¹³⁶

Nas eleições municipais daquele ano, o Partido dos Trabalhadores, conforme já foi assinalado no primeiro capítulo desse trabalho, experimentou o seu maior crescimento. Conseguiu as reeleições do prefeito Guilherme Menezes e da prefeita Neusa Cadore nos municípios de Vitória da Conquista e Pintadas, respectivamente, além da vitória de prefeitos petistas nos municípios de Itabuna, Juazeiro e Alagoinhas. Na chamada Serra Geral, uma das regiões em que Paulo Jackson acompanhava mais de perto a política, o partido conseguiu eleger dois vereadores em Guanambi, dois em Riacho de Santana e um em Ibiassucê. Em Carinhanha, município localizado na região do médio São Francisco, a candidata Chica do PT teve bom desempenho eleitoral e o seu partido elegeu dois vereadores. Mas em Salvador, o candidato do PT, o deputado federal Néelson Pellegrino, não conseguiu ir para o segundo turno.

2. O Parlamentar e a Assembléia.

Amigos sindicalistas lembram que, ainda com a Assembléia em recesso, Paulo pegou o regimento da Casa, levou para o SINDAE e começou a estudar. No fim do recesso, já na primeira sessão, levantou uma questão de ordem para o então presidente Eliel Martins, que conduzia os trabalhos sem muita preocupação com o regimento. A partir de então, passou a ser referência na condução dos trabalhos da Assembléia e um gesto seu levantando o braço e citando a frase: “pela ordem Senhor Presidente”, se tornou uma marca do parlamentar, seguida por muitos outros.

Em seu primeiro informativo do mandato, o deputado explica que assumir a vaga deixada por Geraldo Simões na Assembléia Legislativa foi uma deliberação coletiva, envolvendo sindicalistas e militantes de movimentos sociais. Por isso, o mandato tornou um caminho de participação popular, e o deputado imbuíu-se da função de porta-voz do movimento social e de fomentador de políticas voltadas para a maioria da população no estado. Em 1993 e 1994, o trabalho parlamentar de Paulo Jackson foi

¹³⁶ Idem, *Ibidem*.

premiado com os troféus “Destaque em Plenário” e “Melhor Líder Partidário”, pelo Comitê de Imprensa da Assembléia Legislativa, que era formado por jornalistas de rádio, televisão e jornais que acompanhavam o trabalho dos parlamentares.

Naquela legislatura, o Partido dos Trabalhadores, que já contava com os parlamentares Néelson Pellegrino e Edival Passos, passou a contar também com Paulo Jackson. O número de deputados continuou sendo quatro, tendo em vista, que a deputada Maria José Rocha, eleita pelo Partido Comunista do Brasil PC do B - que representava principalmente os professores baianos - migrou para o PT.

Durante os anos de 1993 e 1994, Paulo Jackson participou como titular das Comissões de Meio Ambiente e Saúde e Saneamento e foi suplente na Comissão de Constituição e Justiça. Apesar de certo otimismo com a nova atividade que abraçara, afirmou que o Legislativo baiano não estava a merecer esse nome, já que existia apenas para cumprir as ordens do governador, abrindo mão de legislar e fiscalizar os atos do governo estadual. Reclamou ainda que, no primeiro semestre daquele ano, não foi discutido um único projeto de autoria dos deputados. Para ele, os culpados por essa desmoralização do Legislativo, eram os deputados da situação, que, totalmente subservientes aos caprichos do governador, não se preocupavam em estabelecer o respeito e independência entre o Executivo e Legislativo.¹³⁷

Edival Passos, colega de Paulo Jackson no Parlamento, corrobora que o governo carlista não negociava com a oposição em nenhum aspecto, não admitindo emendas ao orçamento original, por exemplo. “O governo ACM desconsiderava a oposição.” Assim sendo, a única arma com que esta contava nas votações importantes era a obstrução. Fora do Parlamento, a oposição contava com o apoio de sindicatos e movimentos sociais.

Ao final daquela legislatura, decidiram-se pela necessidade de elaboração de um documento base a ser preparado pelos deputados Edival Passos e Néelson Pellegrino, visando centrar as discussões no início da legislatura seguinte, sobre o papel do Legislativo, seu funcionamento e relação com os demais poderes. Outra questão importante a ser examinada referia-se ao quadro administrativo da Casa, da qual tentariam obter um “quem é quem” para todos os ocupantes de cargos de confiança e os seus salários. Era também proposta dos deputados do PT um estudo sobre a estrutura

¹³⁷ Entrevista a Francisco José. *Boletim n.º 1*. Julho de 2003.

administrativa da Assembléia, incluindo propostas de reformulação no papel de diretorias e assessorias.

É importante ressaltar que, dos 28 deputados eleitos pela oposição, um número significativo aderiu ao Carlismo. No início de 1995, mais uma vez, Paulo Jackson foi indicado para a liderança do seu partido na Assembléia. A tarefa foi ampliada por exigência dos deputados de oposição ao governo do estado: “uma proposta do PT levou à constituição do Bloco Parlamentar de Oposição, cabendo-nos, por consenso, assumir a liderança. Um bloco de oposição sob coordenação de um líder é fato inédito no parlamento baiano”.¹³⁸

O então deputado estadual Guilherme Menezes (PT) conheceu Paulo Jackson na Assembléia Legislativa, e com ele atuou nos anos de 1995 e 1996. Em seu depoimento, Menezes resalta que viu a luta do líder petista dentro e fora da Assembléia. Foi o deputado mais aplicado que conheceu no processo legislativo, conhecedor da Constituição, do Regimento Interno e dos projetos que passavam pela casa. “Ele tinha um cuidado muito especial com o processo legislativo e nós precisávamos ter alguém assim, já que éramos uma minoria”.¹³⁹

Em 1995, mais uma vez, o parlamentar petista recebeu prêmio por sua atuação na Assembléia, naquele momento, “melhor líder da oposição,” e em 1996, “melhor deputado da legislatura”. Os prêmios contribuía para que Paulo Jackson se sentisse fortalecido e otimista, num momento tão desfavorável às oposições na Bahia. “Esses prêmios são importantes porque levam à população que pouco frequenta a Assembléia Legislativa, uma avaliação criteriosa, um testemunho sério dos profissionais de imprensa que acompanham diariamente nossos trabalhos”.¹⁴⁰

Acrescenta ainda que ter recebido o prêmio de Melhor Líder das Oposições foi muito importante, já que o governador Paulo Souto vivia tentando desqualificar a sua condição de líder. “Nosso maior feito em 1995, foi termos constituído o Bloco da Minoria, formado por todos os partidos adversários do governo, provando que a oposição não foi dizimada na Bahia, como o PFL alardeou”.

Para Jackson, essa união das oposições fortaleceu a luta pelo resgate da credibilidade e da ética na política e pela autonomia entre os três poderes. “Combatemos o servilismo na Assembléia, que não pode se limitar a cumprir ordens do governador,

¹³⁸ Paulo Jackson, no relatório *Prestando contas*, de 13 de novembro de 1996.

¹³⁹ Entrevista do deputado Guilherme Menezes, para esse projeto, em 18 de fevereiro de 2006.

¹⁴⁰ Paulo Jackson – Publicação do mandato. Ano II n° 2 – Jan. de 1996.

mas deve ser um local de debate de idéias e propostas em defesa dos interesses maiores do povo baiano”.¹⁴¹

A deputada Alice Portugal (PC do B) afirma em seu depoimento que durante a legislatura 1995-1998, Paulo Jackson foi o grande condutor das oposições na Bahia. Acrescenta ainda, que o deputado petista, embora não fosse o mais agregador do grupo, desempenhou um papel de extrema relevância. Por bater de frente com o Carlismo, ele era muito odiado por esse grupo, mas passou a ser respeitado pelas oposições, pela imprensa e pela opinião pública. Para Emanuel Lima,¹⁴² a oposição passou a trabalhar de forma mais coesa, tendo cada deputado que sair daquele trabalho individual, voltado apenas para o seu mandato. “Paulo contribuiu muito para que o governo debatesse seus projetos com a oposição.” Ele sempre entendeu que as oposições unidas dariam mais força e credibilidade à luta, no sentido de alcançar os principais objetivos políticos: trabalhar pela qualidade de vida do povo da Bahia e fortalecer politicamente a oposição. O deputado Zilton Rocha, referindo-se ao líder petista, afirma que, em determinados momentos, este chegou a tomar atitudes contra a sua formação, para não ver implodir o bloco de oposição que se tinha construído, por achar que o isolamento absoluto era uma situação ruim. “Ele chegou a tomar atitudes para manter a unidade do grupo que contrariavam sua leitura pessoal da realidade, para que não se criasse, na Assembléia, uma série de guetos”.

A deputada Alice Portugal afirma ainda que Paulo Jackson foi um líder incontestado, de opiniões firmes e em alguns momentos sectárias. “Ele era incorruptível, incapaz de se beneficiar individualmente de qualquer estrutura que fosse duvidosa do ponto de vista moral. Tinha posição muito clara sobre determinadas ações do parlamento. Essa coerência dava muita segurança a uma construção oposicionista e desde a sua morte, ele fez e faz muita falta à Bahia”. Isso porque, segundo a maioria dos depoimentos, Paulo Jackson tinha uma grande capacidade para ouvir e respeitar as posições diferentes.

As posições firmes do deputado Paulo Jackson causavam certo impacto. Para o deputado Zilton Rocha, que conviveu com ele na Assembléia Legislativa de janeiro de 1999 a maio de 2000, tratava-se de uma pessoa muito honesta consigo mesma e com o que defendia. “Isso me impressionava. Foi a pessoa que eu vi dizer com mais crueza as coisas. Em qualquer situação em que precisasse opinar, não temporizava, como a

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Depoimento de Emanuel Lima, em Salvador, no dia 23 de outubro de 2006.

maioria de nós tendemos às vezes a fazer. Ele foi a pessoa mais objetiva, mais determinada que eu já vi. Sem rodeio, ainda que ferisse, ele dizia”. A dureza com que o colega tratava o Carlismo fazia com ele fosse amado por uns e odiado por outros. “Paulo Jackson sempre foi implacável contra esse modelo, a ponto de se saber que circulava a idéia de que deputados do governo, que conseguissem atingi-lo fisicamente, receberiam benesses do “lado de lá”.¹⁴³

Paulo Jackson valorizava cada minuto da tribuna e atuava em várias frentes. Viajava, estudava e tinha uma boa assessoria, podendo desempenhar bem o seu papel de parlamentar. Paralelamente, desenvolvia um trabalho em sintonia com as suas bases, tanto do interior, quanto da capital. O deputado José Carlos Dourado das Virgens, em seu depoimento, lembra que o colega incomodava os governistas, tendo em vista a sua capacidade para tumultuar uma sessão “no bom sentido da palavra”. Conhecedor do regimento interno da Assembléia, ele participava de comissões, era respeitado e aceito pelas oposições que a ele delegou em diversos momentos, o papel de líder do Bloco da Minoria, como já se disse.

Por ter uma presença marcante na tribuna, por combater privilégios e por defender a moralização do legislativo e dos outros poderes constituídos, Paulo Jackson contribuiu muito para a política baiana. O ex-deputado Haroldo Lima lembra em seu depoimento, que outra característica de Paulo Jackson, que marcou muito sua passagem pela Assembléia Legislativa, foi a consistência dos seus argumentos. “Ele estudava muito e tinha dados sobre os temas. Era um deputado extremamente preparado e atuante, presente em todas as batalhas na Assembléia, sem perder a ligação com suas origens”.

Não por acaso, portanto, Paulo Jackson é lembrado como um dos melhores parlamentares que a Assembléia Legislativa da Bahia já teve. Foi uma presença marcante, tanto por seus discursos na tribuna, quanto pela participação nas comissões temáticas. Suas denúncias, sempre bem fundamentadas, desencadeavam ações concretas. Por isso, era temido por seus adversários e admirado por seus pares.

¹⁴³ Depoimento do deputado Zilton Rocha, citado anteriormente.

3. O Parlamentar para além da Assembléia

Em seu primeiro ano como deputado, Paulo propôs um projeto de saneamento para o estado, tendo em vista que uma das suas maiores preocupações eram os índices deploráveis de atendimento em serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e destino final do lixo, drenagem urbana e controle ambiental de roedores. O fato de a Bahia manter naquele momento, 92% da população sem serviços adequados de esgotamento sanitário e 50% consumindo água sem tratamento, era algo que preocupava o deputado.

Por isso apresentou um projeto de lei número (10.105/93) defendendo uma mudança drástica na postura da administração pública com relação a esses serviços essenciais. “Os níveis de insalubridade do meio, particularmente o urbano, mas também o rural são insuportáveis e têm sacrificado dramaticamente as populações, principalmente aquelas mais carentes.”¹⁴⁴ Esse projeto não foi aprovado pela Assembléia Legislativa, pois foi considerado inconstitucional, já que esse era um papel que cabia ao executivo. Um dos colaboradores na elaboração dessa lei, o professor Luiz Roberto Santos Moraes, informa em seu depoimento, que um dos objetivos da lei foi provocar uma discussão dentro e fora do parlamento, discussão essa que foi realizada naquele momento e está sendo retomada atualmente.

O projeto de lei proposto pelo deputado propunha um modelo de gestão progressivamente descentralizado, valorizando a capacidade municipal. Definia conceitos básicos, eliminando a confusão gerada pela adoção de terminologias diferenciadas e dando um caráter de integração aos mesmos. Previa a institucionalização do planejamento a curto, médio e longo prazo, como instrumento capaz de dar maior racionalidade às ações de saneamento.

Outra questão de suma importância era a criação do Conselho Estadual de Saneamento, para garantir a participação da comunidade e de entidades profissionais ligadas ao setor, além do poder público. Visava o controle social sobre os recursos destinados ao saneamento, através de mecanismos claros de alocação desses recursos; elaboração de política estadual de saneamento articulada e integrada com as políticas de saúde, meio ambiente e recursos hídricos, adotando-se indicadores e parâmetros

¹⁴⁴ Boletim Paulo Jackson informa. Ano 1, n.º. 2 – dezembro de 1993.

sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores de suas ações.¹⁴⁵

O deputado denunciava o fato de o governo reduzir drasticamente os recursos para a área, desviando o dinheiro para obras eleitoreiras. Chamava a atenção para a necessidade de se melhorar a situação de vida da população, o que só seria possível se o governo resolvesse, de fato, investir em saneamento. Vale ressaltar que Paulo Jackson, por ser um engenheiro e ambientalista, membro da comissão de Meio Ambiente e de Saúde e Saneamento, dedicou-se com afinco a essas questões.

Denunciou o desmatamento da Mata Atlântica, em Eunápolis e Porto Seguro, realizado pela Vera Cruz Florestal, uma das empresas da Odebrecht; alertou para o risco da poluição ao santuário ecológico de Abrolhos com a perfuração de petróleo realizada pela Petrobrás; chamou a atenção para os riscos da exploração de urânio em Caetité; apresentou projeto obrigando todos os órgãos públicos a utilizarem papel reciclado; trouxe para a Assembléia a discussão sobre o projeto de despoluição da Baía de Todos os Santos; promoveu discussão na Comissão de Meio Ambiente sobre os riscos ambientais do incinerador de resíduos sólidos perigosos da CETREL.¹⁴⁶

Ainda em 1993, o deputado apresentou um projeto de reciclagem de papel com objetivo de inserir o estado da Bahia numa iniciativa de marcante consciência ecológica, começando pela obrigatoriedade dos órgãos do poder público a utilizar papel reciclado como material de expediente. O projeto foi votado e aprovado em 1994. Segundo a sua determinação, o papel reciclado deveria ser utilizado nos envelopes, formulários, cartões, blocos para rascunho, boletins, embalagens, pastas de arquivo e publicações em geral. Um dos objetivos do projeto era autorizar o governo a criar incentivos fiscais que estimulassem a produção de papel reciclado.¹⁴⁷

Nessa oportunidade, Paulo Jackson destacou a importância da reciclagem de papel. Informou que, para a produção de uma tonelada de papel, é necessário o corte de 17 árvores adultas. Cada tonelada de papel reciclado evita o despejo de 5,2 metros cúbicos de lixo nos aterros sanitários, um dos problemas de mais difícil solução nos grandes centros urbanos. A reciclagem de papel tem sido uma das formas que a sociedade tem encontrado para minimizar o desperdício e parte da ação devastadora do

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ Idem

¹⁴⁷ Jornal Folha de São Paulo, 23 de julho de 1994.

homem ao meio ambiente. ¹⁴⁸ Matéria do Diário Oficial informa que os órgãos e entidades da administração pública estadual teriam um prazo de dois anos para adaptar todo o material do expediente à lei do papel reciclado. O prazo foi estipulado na Lei 6.655, sancionado pelo governador em exercício, Antonio Imbassay. ¹⁴⁹

Quanto à exploração de urânio nos municípios de Lagoa Real, Caetitê e Livramento de Nossa Senhora, convocou-se uma sessão especial na Assembléia Legislativa, onde se reuniram representantes das empresas Andrade Gutierrez e Urânio do Brasil, prefeitos dos municípios envolvidos e representantes ecológicos, com o objetivo de discutir a questão. Nessa reunião, ficou caracterizado que as empresas envolvidas no empreendimento não estavam informando à população os dados técnicos a respeito do projeto, necessários para um perfeito conhecimento e avaliação. Na oportunidade, as empresas se comprometeram a enviar esses dados à Comissão de Proteção ao Meio Ambiente. Também ficou decidido que parlamentares visitariam a área do projeto, o que de fato aconteceu. ¹⁵⁰

Outra preocupação do deputado Paulo Jackson era a qualidade dos transportes rodoviários para a população baiana. Por isso, elaborou a Lei nº. 10.104, aprovada pela Assembléia Legislativa e sancionada pelo governador Antonio Imbassay, modificando a legislação de transporte. De acordo com a nova lei, o Estado deveria observar uma série de novos requisitos para outorgar a concessão ou permissão para a exploração do serviço. ¹⁵¹

Além de manter o critério de licitação pública, a lei prevê sanções para as empresas que cometerem faltas, ou que não cumprirem as necessidades básicas do serviço explorado. Além disso, prevê sanções também para os passageiros que não se comportarem adequadamente durante a viagem. De acordo com o texto, o usuário do sistema pode comprar o bilhete com a data de embarque em aberto por um prazo de antecedência de um ano. Após este período, o valor do bilhete poderia ser reajustado, passando a ter nova validade através do pagamento da diferença entre o preço pago e o valor atual da passagem. ¹⁵² Outra mudança instituída pela nova lei é o direito de receber de volta o dinheiro pago pela passagem, em caso de desistência, desde que se manifeste com antecedência mínima de seis horas em relação ao horário da partida. A lei

¹⁴⁸ Boletim Paulo Jackson Informa. Ano I. Nº. 2.

¹⁴⁹ Diário Oficial do Estado, 23 e 24 de julho de 1994.

¹⁵⁰ Boletim Paulo Jackson Informa. Ano I. Nº. 2. Dezembro de 1993.

¹⁵¹ Diário Oficial do Estado da Bahia. 23 e 24 de julho de 1994.

¹⁵² Idem.

determinou ainda que não fossem cobradas passagens de crianças até 06 anos de idade, desde que ocupem poltronas, observadas as disposições legais e regimentares aplicáveis ao transporte de menores.¹⁵³

Emanuel Lima lembra que o deputado era uma pessoa que trabalhava muito, comportando-se de maneira dura quando precisava, mas sempre na esfera institucional. “No dia a dia do trabalho, começamos a anexar de forma criteriosa todas as matérias que vinham para o legislativo, para serem apreciadas sob o ponto de vista técnico”. A questão política era utilizada no plenário, como maneira de cobrar do governo algo em que era necessário colocar o viés político. “Paulo nunca ia debater um projeto sem estar preparado tecnicamente”. Por isso, passou a ser respeitado até por deputados governistas.

Zilton Rocha lembra que na relação com o bem público, Paulo Jackson também era radical e cita como exemplo o uso do carro. Era de extremo rigor no sentido de que fosse usado estritamente em função do mandato. Lembra, por exemplo, que como líder, recebia um pouco de ticket combustível para a liderança e distribuía aquilo em conjunto. O carro da Bancada de Oposição, que tendia a ficar mais com o líder, ele fazia questão de que cada final de semana ficasse com um dos deputados da bancada.

Em seu relatório de prestação de contas 1994/1996, Paulo Jackson informava que no âmbito do processo legislativo, a Assembléia funcionara pouco durante o ano de 1996, devido às eleições municipais e ao desinteresse da Bancada do Governo, prejudicando o andamento das atividades parlamentares

Como membro da Comissão de Meio Ambiente e Vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, procurou estar presente em todas as atividades, o que não foi suficiente para fazer funcionar uma comissão que, invariavelmente, só se reunia quando os deputados governistas davam quorum. Restava apenas, para a oposição, a ação parlamentar de denunciar e cobrar ações do Centro de Recursos Ambientais (CRA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) contra a poluição de rios e desmatamentos, na Região da Serra Geral, Oeste e Recôncavo.¹⁵⁴

Paulo Jackson dedicou-se ainda à fiscalização efetiva dos atos do Poder Executivo e Judiciário com apresentação de proposições requerendo informações sobre as atividades desses poderes. O objetivo era tornar transparente a execução orçamentária

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ Relatório Prestando Contas. Atividade Parlamentar - Ano 4 - 13 de Dezembro de 1996.

e a administração pública. Preocupou-se também em dar apoio irrestrito às entidades sindicais com trabalho desenvolvido em prol dos trabalhadores na administração pública federal e estadual e elaborou diversos projetos apresentados nas áreas de recursos hídricos, reforma agrária, saneamento, fiscal, ação social e cultural.¹⁵⁵

Indicações a diversos órgãos públicos (municipal, estadual e federal) foram feitas, solicitando providência e ações para atender a necessidades diversas, tais como: regularização de comarcas do interior, recuperação de estradas, hospitais, recadastramento eleitoral, apoio ao combate a seca, eletrificação rural e urbana, regularização do sistema de distribuição e abastecimento de água. O deputado não abria mão de uma participação efetiva na discussão do orçamento anual, com inserções de diversas propostas que visavam atender, dentro dos objetivos do estado, uma grande quantidade de municípios.¹⁵⁶

No âmbito político, o deputado Paulo Jackson estava colaborando efetivamente com o fortalecimento do PT, divulgando as diretrizes partidárias através de seminários, encontros e conferências em vários municípios, com a preocupação de manter a coerência com os princípios partidários e estando sempre presente nos locais onde o partido devia ser fortalecido. Buscava ainda articular com companheiros do partido e, em certos momentos, buscando reforços juntos a pessoas de outros partidos, com os quais existia afinidade, para promover ações a fim de atingir objetivos desejados.¹⁵⁷

Em 1995, preocupado com o último relatório da Organização Pan-americana de Saúde, onde a Bahia figurava como líder em desnutrição, cobrou do governo medidas concretas para combater a fome. Na Assembléia Legislativa, propôs a criação da Comissão Especial de Combate à Fome. Presidida pelo deputado Frei Dílson (PT), a Comissão passou a discutir e propor políticas para melhorar as condições de vida dos baianos.¹⁵⁸ Nesse mesmo ano, associando-se às homenagens pelos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, conseguiu que fosse aprovada pela Assembléia Legislativa e sancionada pelo governador Paulo Souto, a Lei nº 6.857 de 17 de maio de 1995, regulamentando as comemorações alusivas ao dia 20 de novembro. Essa lei obrigava o estado da Bahia a desenvolver anualmente, programações alusivas ao dia, definido no artigo 290 da Constituição Estadual, como Dia da Consciência Negra.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Paulo Jackson Informa. Ano 1. nº 1- Setembro de 1995.

Outro projeto de lei de sua autoria, aprovado pela Assembléia Legislativa e sancionada pelo governador do estado, referia-se à questão da água. A Lei 6.908/1995, que instituiu o Dia Estadual da Água, determina que as escolas estaduais e outras entidades promovam eventos no dia 22 de março, com o objetivo de incentivar o seu uso racional e proteger os mananciais. Os órgãos responsáveis pela administração do produto deveriam patrocinar eventos alusivos ao tema. Essa lei, segundo Paulo Jackson era uma homenagem aos trabalhadores do setor, ao Sindae e às pessoas que sofriam com o descaso dos governantes que não oferecem água tratada a todos, especialmente no interior, onde a seca torna mais dramática essa realidade.¹⁵⁹

O deputado Paulo Jackson, enquanto parlamentar que atuava em várias frentes, era próximo dos trabalhadores rurais sem terra, os quais puderam contar com algumas ações concretas do deputado. Um desses casos envolveu a comunidade do Rio das Rãs, em Bom Jesus da Lapa, na região do médio São Francisco. Na área de 15.700 hectares, dos 40.000 da propriedade, onde vivem remanescentes de quilombos, havia uma contestação na Justiça quanto à documentação referente a essa parte da propriedade. Os irmãos Bonfins, um dos quais era deputado estadual carlista, alegavam ser donos da propriedade. Paulo Jackson levou documentação ao INCRA da Bahia, que prometeu reexaminar o processo. O presidente do órgão respondeu que o processo não tinha parecer favorável à pretensão dos dois irmãos. Esse problema foi revolido, de maneira a beneficiar aos quilombolas.¹⁶⁰

Desde que assumiu o mandato de deputado estadual em 1993, outra bandeira levada com rigor, foi a da moralização na política, e em particular na Assembléia Legislativa da Bahia. Por isso, sempre contestou a Caixa de Previdência dos Parlamentares (CPP). Pesquisando a legislação específica, descobriu um artigo que lhe garantia o direito de não contribuir com o que chamava de imoralidade. Para Paulo Jackson, a instituição não era uma Caixa de Parlamentares, tendo em vista que o governo da Bahia a subsidiava, com duas vezes mais que o total arrecadado entre os deputados. Paulo Jackson achava um absurdo, um deputado se aposentar com 8 anos de trabalho, enquanto os trabalhadores têm que batalhar 35 anos.¹⁶¹

O deputado explicava que a CPP era uma verdadeira “caixa preta” mantida com dinheiro do contribuinte, cujos dirigentes não revelavam as contas e balanços.

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ Paulo Jackson Informa. Setembro de 1995.

¹⁶¹ Paulo Jackson Informa. Julho de 1993.

Alegavam que a Caixa era como um banco e que deviam respeitar o sigilo bancário, pois além da aposentadoria, oferecia empréstimos a juros privilegiados e cuidava de aplicações dos deputados. “É inconcebível que os recursos dos cofres públicos sirvam para sustentar um privilegiado sistema de previdência em um país carente de serviços essenciais e onde 32 milhões vivem em estado de miséria absoluta,” afirmava Paulo Jackson. Projeto de lei de sua autoria, que acabava com a CPP chegou a ser aprovado em 1995, na Comissão de Constituição e Justiça, mas não foi levado ao plenário.¹⁶²

Em 1997, finalmente, o Instituto de Previdência dos Parlamentares foi extinto. O projeto de Paulo Jackson, que estava engavetado, foi apresentado pelos governistas com o apoio de Antônio Carlos Magalhães. Na ocasião, o comentarista político do jornal *A Tarde*, Samuel Celestino, respondendo declarações sobre a autoria do projeto, lembrou a luta que o deputado petista, vinha travando desde 1993, com a finalidade de acabar com a Caixa Parlamentar. Em 09 de março de 1995, quando o projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, a mesa diretora da Assembléia o rejeitou, alegando que a proposta retirava receitas, aumentava despesas e na prática extinguiu a Caixa Parlamentar. Finalmente, o projeto de Jackson estava na ordem do dia, tendo os deputados governistas, sob a orientação do senador Antonio Carlos Magalhães, votado de maneira favorável.¹⁶³

Em julho de 1997, Paulo Jackson coordenou o Encontro Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT, numa promoção conjunta com o Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBÁ). O evento, que reuniu entidades ambientalistas, políticos, representantes do Ministério Público e do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), decidiu encampar a Agenda 21 da Conferência Mundial e Meio Ambiente - ECO 92 e criar um grupo de discussão do tema.¹⁶⁴

Em 05 de outubro de 1998, o Projeto de Lei 7.255 de autoria do deputado Paulo Jackson foi aprovado pela Assembléia Legislativa. Esse projeto passou a proibir a utilização da expressão “boa aparência”, ou termo equivalente em anúncios para seleção de pessoal, no âmbito do Estado da Bahia. O principal objetivo dessa lei é o combate ao racismo.

Em 1998, Paulo Jackson participou como titular da Comissão Especial de Divisão Territorial e como suplente da Proteção ao Meio Ambiente. Foi ainda relator da

¹⁶² Idem.

¹⁶³ Jornal *A Tarde*, 10 de outubro de 1997.

¹⁶⁴ Manifesto Guerreiro da Cidadania. Salvador, maio de 2002.

Comissão Especial sobre o código de Ética e Decoro Parlamentar. Em 1999, participou como vice-presidente das comissões de Constituição e Justiça e Fiscalização e Controle. Foi ainda suplente da Comissão de Finanças e Orçamento e participou da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar convênios entre o Instituto de Nacionalização e Reforma Agrária (INCRA) e municípios da Bahia

Nos dias 15 e 16 de janeiro de 2000, foi realizado na cidade de Caculé (Serra Geral da Bahia), o 10º Encontro do Partido dos Trabalhadores na região. Nesse Encontro estavam representados 17 municípios. Na ocasião Josias Gomes, presidente do partido no estado, expôs os vários tópicos da tese vencedora do 2º Congresso do PT, realizado em Belo Horizonte, que teve como tema “O Programa da Revolução Democrática” para a construção de um Brasil livre e solidário. Diante da crise vivida pelo país, fazem-se necessárias mudanças urgentes. Para isso, transformações econômicas, sociais e políticas só seriam possíveis com os trabalhadores ocupando o centro da política brasileira. “O partido necessita de definições políticas claras. O PT não pode ser ambíguo, oscilando entre várias orientações dando a impressão de um partido dilacerado por conflitos internos”.¹⁶⁵

Pela nova orientação, o PT se afirmava como um partido pós-comunista e pós-social democrata. Não buscava o “assalto ao poder” por meio de revolução violenta, nem conquistar o governo e ocupar o aparelho do Estado para amenizar o capitalismo. Desde 1994, o PT defendia a necessidade de uma revolução democrática, capaz de construir um Brasil livre, igual e solidário, socializando riquezas, poder e conhecimento. Para isso era necessário romper a inércia da organização, criando formas de participação de filiados e uma nova relação entre o partido e a sociedade.¹⁶⁶

Nas mudanças estruturais foram destacados: mandato de três anos para as direções a partir de 2001; organização única em todo o país dos diretórios zonais, municipais e estadual; o Diretório Nacional priorizaria a formação e a comunicação. Para isso, se reforçaria a rede Intranet do PT, ampliando-se o site do partido e impulsionando uma agência de notícias que consolidaria o Linha Aberta e o PT Notícias. As eleições municipais de 2000 e as de 2002 ofereceriam excelente oportunidade para derrotar o governo Fernando Henrique Cardoso e fortalecer a

¹⁶⁵ Relatório do 10º Encontro do Partido dos Trabalhadores da Serra Geral. Janeiro de 2006.

alternativa popular; as alianças políticas estariam subordinadas a acordos programáticos, oposição ao governo federal e ao neoliberalismo. ¹⁶⁷

Ainda no 10º Encontro da Serra Geral, o prefeito Guilherme Menezes, de Vitória da Conquista, depois de saudar os presentes, e, de modo especial, o deputado Paulo Jackson, falou dos desafios e vitórias de sua administração. Destacou a importância de projetos, como orçamento participativo, como exercício de cidadania; municipalização da saúde, aumentando os recursos destinados a essa área; valorização do magistério; melhoria dos serviços de transportes e o projeto “Conquista Criança”, para tirar as crianças da rua. Ressaltou ainda que a dificuldade maior vinha dos que não queriam perder privilégios e dos partidários de ACM que viviam a mendigar os seus favores. ¹⁶⁸

Depois que os diversos grupos apresentaram as realidades do partido em cada município e as possibilidades de alianças para a eleição de 2000, os representantes do partido elaboram as seguintes propostas: criação de uma agenda política regional na qual se planejará, de forma organizada, as ações do PT da região; fiscalização do uso de órgãos públicos e intensificação das denúncias sobre o mau uso da coisa pública; criação de uma secretaria de formação política regional; novo encontro, em março e abril, já para começar a definir campanha política e planejamento, nos municípios, de eventos alusivos aos 20 anos do PT. ¹⁶⁹

Em exposição sobre o mandato, realizada em 13 de maio de 2000, seis dias antes da sua morte, em uma reunião que contou com a presença de 52 apoiadores, Paulo Jackson se mostrou um tanto pessimista com a ação parlamentar. Na oportunidade, ele afirmou que essa atividade nem sempre vinha ao encontro do que desejava, deixando dúvidas, quanto à melhor forma de servir ao povo, que confiava no seu trabalho, delegando-lhe a responsabilidade de representação no Parlamento. ¹⁷⁰

Vale ressaltar, que esse pronunciamento aconteceu depois de 7 anos de trabalho duro na Assembleia Legislativa da Bahia, em que a oposição sempre foi minoria. O deputado não era um conciliador, mas um afirmador de posições, o que demandava desgaste e cansaço. Mas adiante, no seu pronunciamento, demonstrou otimismo, ao afirmar que seu mandato vinha crescendo na luta e buscando ouvir os anseios da sociedade, já que optara pelo caminho da participação popular, assumindo a

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ Exposição sobre o mandato. Maio de 2000.

função de porta-voz do movimento social e fomentando políticas voltadas para a maioria da população do estado. “Um trabalho que, devido a sua constância e efetividade, vem nos propondo vitórias e adesões que, com certeza, continuam nos estimulando a lutar, cada vez mais, pelo ideal que nos fez abraçar a política como o meio indispensável e necessário a assegurar a justiça plena e a dignidade do cidadão baiano”.¹⁷¹ A política para Jackson, portanto, não era um meio de vida, mas uma vocação, conforme assinala Max Weber.

Além das atividades desenvolvidas em anos anteriores, a busca pela consolidação partidária nos mais diversos municípios, a atuação efetiva no apoio às atividades de reforma agrária e o apoio aos pequenos produtores e trabalhadores rurais do estado, ampliou e abriu novas perspectivas ao mandato, sendo desse modo importante uma avaliação, discutindo coletivamente as dificuldades, erros e acertos vivenciados. No início de sua atividade parlamentar, Paulo se dedicara mais a ações na capital e ao próprio conhecimento do processo legislativo.

Como membro da Comissão de Meio Ambiente e Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o deputado destacou-se no acompanhamento das atividades, notadamente fiscalizando o endividamento do governo do estado, os desvios de recursos públicos para propaganda, financiamento a diversas entidades, empresas e atividades estranhas aos objetivos institucionais do estado, bem como no acompanhamento da aplicação dos recursos da Assembléia, com requerimentos.¹⁷²

A deputada Alice Portugal lembra que as oposições trabalhavam juntas na Assembléia, distribuindo tarefas, sendo que os mais próximos compartilhavam mais de perto as responsabilidades. Assim sendo, Paulo Jackson tornou-se um grande especialista na Comissão de Constituição e Justiça. “Ele tinha a característica da assiduidade e da inflexibilidade com o Carlismo e, portanto nós podíamos antever golpes, manobras e ele era ali uma pedra no sapato dos adversários. Isso nos deu a oportunidade de realizarmos históricas e memoráveis obstruções a projetos do Carlismo, às vezes com mais de 20 horas de duração, impedindo votações e chamando a atenção da imprensa”.¹⁷³ A deputada lamenta o fato de Jackson não estar mais vivo, pois ele foi percussor do momento que a Bahia estaria vivendo, referindo-se à vitória das oposições na eleição de 3 de outubro de 2006.

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² Idem.

¹⁷³ Depoimento da deputada Alice Portugal.

No que tange às atividades do poder Executivo e Judiciário, o deputado atuava na fiscalização permanente, apresentando proposições e requerendo informações, visando tornar transparente a execução orçamentária e a administração pública. Apresentou diversas proposições visando proteger as prerrogativas constitucionais da Assembléia, segundo o deputado, usurpadas pelo Governo do Estado. Da mesma maneira, agiu com relação à atuação do Tribunal de Justiça, quando esse legislava de forma irregular, sobre programas setoriais e econômicos, criação de cargos, reajuste de remuneração, concurso público e estruturação de seus órgãos e autarquias.¹⁷⁴

Ao propor projetos nas áreas de recursos hídricos, reforma agrária, fiscal, ação social, saúde, educação, segurança pública, transportes e cultura, o deputado orientava a população, no sentido de cobrar dos outros deputados que atuavam na região, que as propostas fossem aprovadas. Mesmo quando estava viajando, Paulo Jackson fazia questão de acompanhar o que estava acontecendo na Assembléia. Para isso, ele ligava, opinava e orientava.

Na reunião que aconteceu em 13 de maio de 2000, o deputado informou que a partir do momento em que encerrou sua tarefa como líder, foi possível promover uma mudança no perfil do mandato, buscando um maior contato com a base. Naquele momento, comentou que a ação parlamentar no seio da Assembléia Legislativa tinha muito reflexo em um reconhecimento interno, porém não aparecia para o público, na medida proporcional ao esforço dispendido.¹⁷⁵

Depois de suas considerações iniciais, foi aberto um debate para os presentes, quando diversas pessoas fizeram sugestões. Entre as proposições, ressaltou-se que Paulo Jackson deveria ingressar no debate político público; estabelecer articulação nacional para enfrentar os excessos relativos à propaganda e à promoção eleitoral dos governistas; abrir questão junto a todos os segmentos insatisfeitos; articular mecanismo e meios para despertar o mundo intelectual e artístico baiano; ampliar a interiorização do mandato; buscar meios de despertar a população atingida pela miséria decorrente do esquema vigente na Bahia; trabalhar mais o fato de que a maioria da população do interior não aceita a privatização da água; articular meios para evitar que os que trabalham na máquina administrativa estatal, e não são carlistas, não se subordinem ou sejam cooptados, pelo fato de se sentirem fracos e abandonados. “Nosso afastamento os

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ Relatório da Reunião de Avaliação do Mandato. Maio de 2000.

joga nos braços do Carlismo. Devemos mostrar que o estado da Bahia não é propriedade de ACM”.¹⁷⁶

Do ponto de vista da política, era necessário começar a organizar as alianças, fiscalizar os governistas com relação ao marketing político paralelo ao esquema legal; fiscalizar a atuação das agências publicitárias; fortalecer a presença na Serra Geral para potencializar as candidaturas locais; cuidar para que o redirecionamento para o interior, não prejudicasse a capital; definir prioridade, face às muitas demandas; ampliar atuação pública na área de Saneamento; ocupar todos os espaços na questão da luta contra a privatização da água, exercendo prioritariamente o papel de interlocutor dentro do PT, a nível local e nacional; reforçar a atuação em Salvador, buscando maior aproximação com vereadores e dedicar mais atenção às bases sindicais.¹⁷⁷

Paulo Jackson estava, de fato, com muitos projetos e contava com inúmeros apoiadores, muitos dos quais se sentiram órfãos com a sua morte. Para o deputado José das Virgens, o Partido dos Trabalhadores ganhou muito com a sua atuação. O partido e os movimentos populares tinham nele uma referência. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, por sua vez, afirma que ele fica na história como um exemplo, por três grandes características: firmeza de suas posições e coerência com suas idéias, capacidade de articular diferentes grupos, conversar e se definir e pela integridade ética.

4. Água e Saneamento: bandeiras de Paulo Jackson

Enquanto engenheiro da Empresa Baiana de Água e Saneamento (EMBASA) e ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto (SINDAE), na sua atividade parlamentar, Paulo Jackson sempre esteve ligado às reivindicações do setor. Ele sempre defendeu que a empresa fosse uma instituição pública e voltada para os interesses da população.

Antônio Emilson A. Carvalho explica que a idéia de privatização da água, está ligada ao novo modelo econômico implementado no país na década de 1990. “As grandes companhias transnacionais e as instituições financeiras, como o Banco Mundial e o FMI, já tinham traçado, em 1988, durante o Consenso de Washington, o plano de controle da água, como forma de deter o poder no futuro”.

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ Idem.

Desde que assumiu o mandato, como deputado estadual, um dos temas freqüentes nas intervenções de Paulo Jackson na Assembléia Legislativa foi a crise que a EMBASA atravessou, sobretudo a partir do governo de Antônio Carlos Magalhães, quando milhares de servidores passaram a ser demitidos, iniciando o processo de terceirização dos serviços. Era o início dos investimentos na empresa, tendo em vista o processo de privatização.

No dia 04 de junho de 1999, o então governador da Bahia, César Borges, encaminhou à Assembléia Legislativa do Estado, Projeto de Lei que autorizaria o Poder Executivo a promover a desestatização da Empresa Baiana de Água e Saneamento – EMBASA. Segundo mensagem do governador, a proposição encontrava-se inserida no processo de modernização e redefinição do estado da Bahia, iniciado em 1991, concentrando recursos e esforços prioritariamente na área social, mediante a transferência para a iniciativa privada da execução de atividades não essenciais, desonerando o Estado de investimento nesses setores.¹⁷⁸

No dia 09 de junho de 1999, data em que o requerimento do líder do governo solicitava urgência para o projeto de lei que previa a privatização da empresa, o deputado Paulo Jackson ocupou a tribuna da Assembléia Legislativa por três vezes, para explicar porque a oposição se posicionava contra. “O projeto apresentado pelo governo da Bahia é absolutamente inconstitucional, porque fere o inciso V, do artigo 30 da Constituição Federal, que garante a titularidade da concessão aos serviços de água e esgoto aos municípios”. Explicou ainda que quando o governo da Bahia realizou a mudança de um terço da Constituição do Estado em 10 dias, modificou o inciso V do artigo 59, dando-lhe uma redação que contraria a Constituição Federal, por retirar dos municípios a titularidade da concessão dos serviços de água e esgoto. Assim, o governo da Bahia deu uma nova redação ao inciso V, estabelecendo que cabe ao município organizar e prestar os serviços públicos de interesse local, assim considerados aqueles cuja execução tenha início e conclusão no seu limite territorial e cuja realização seja exclusivamente com recursos próprios, incluindo o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

Como uma lei estadual não pode contrariar a lei federal, o projeto de privatização da EMBASA era inconstitucional. Paulo Jackson lembrou ainda que nas outras unidades da federação, onde se tentou privatizar os serviços de água e de esgoto,

¹⁷⁸ Mensagem do governador César Borges, encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa da Bahia, em 07 de junho de 1999.

a Justiça não permitiu que isso ocorresse. “Foi assim no Ceará, foi assim no Rio de Janeiro, onde liminares foram concedidas proibindo a realização dessas privatizações, porque a justiça daqueles estados reconheceu que a titularidade dos serviços de água e esgoto estabelecida pela Constituição federal é do município e o Estado não pode usurpá-la”.¹⁷⁹

Para Paulo Jackson, a maioria dos deputados que apoiavam o governo, lamentavelmente estavam se curvando à orientação deste, muitos deles sabendo que estavam votando ou contra as próprias consciências ou a favor de projetos inconstitucionais. Disse ainda que provaria no debate, a inconstitucionalidade do projeto, não só pelo desrespeito ao inciso V, do artigo 30 da Constituição, mas também a outros dispositivos constitucionais e regimentais, como a obrigação do Estado de prestar assistência técnica aos municípios no caso do serviço de saneamento básico. “Mudou-se a Constituição da Bahia querendo acabar com isso”.¹⁸⁰

O processo de privatização da EMBASA, segundo Paulo Jackson era mais um desserviço prestado ao povo da Bahia por um governo que se subjugava aos ditames do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Informou ainda que tinha em mãos um documento de abril daquele ano, cujo título era: “Regulação do setor de Saneamento no Brasil: prioridades imediatas”, solicitado pelo governo federal a uma missão do FMI, que esteve no Brasil em março de 1999. O documento era uma verdadeira cartilha feita pelo Banco Mundial, dizendo ao governo brasileiro como agir no caso da privatização do setor no país, porque para a Constituição Federal, a privatização não pode ser realizada, sem que cada município se decida por ela.¹⁸¹

Concluindo o discurso, o parlamentar afirmou que os opositores estavam cumprindo com o papel de representantes e defensores do interesse do povo da Bahia. A privatização da EMBASA não só contrariava a Constituição Federal, mas também desrespeitava os interesses dos baianos e das baianas, que já sofrem muito com um serviço de água e esgoto, que não está à altura das suas necessidades e que, com a privatização, tendia a piorar em termos de qualidade, além de ter os preços aumentados.

Esse Projeto de Lei foi levado ao plenário da Assembléia Legislativa no dia 16 de junho de 1999, quando trabalhadores do setor e deputados de oposição se mobilizaram contra a sua aprovação. Paulo Jackson e demais deputados opositores

¹⁷⁹ Discurso proferido em 09 de junho de 1999.

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ Idem.

se revezaram na tribuna para discutir e protestar contra a privatização. Uma negociação difícil envolvendo deputados governistas, de oposição e trabalhadores, permitiu que metade das galerias fosse ocupada pela população e a outra metade por funcionários da Assembléia.

Em seu discurso, Paulo Jackson denunciou que a EMBASA vinha sendo objeto, nos últimos anos, de um programa de modernização do setor de saneamento, tendo recebido centenas de milhões de dólares mal aplicados, e constituído um patrimônio físico extraordinário, para ser passada à iniciativa privada. Essa “transferência de recursos públicos para o setor privado” era algo inadmissível, para o parlamentar baiano, para quem “não havia interesse público nessa privatização”.¹⁸²

O parlamentar informou que, em todos os locais - tanto em relação ao mundo quanto em relação ao Brasil – onde ocorreu a privatização do setor de água e esgoto, a tarifa subiu de preço e a qualidade dos serviços prestados caiu. “Seria interessante que aqueles deputados, que são ditos liberais ou neoliberais, pudessem justificar isso na tribuna”. Informou ainda que nos Estados Unidos, pátria do capitalismo, 85% dos serviços de água e esgoto são públicos. Em países como Canadá e Japão, países essencialmente capitalista, 100% dos mesmos serviços são públicos. Por outro lado, na França, onde 75% das empresas são privadas, essas só atendem a 30% da população, enquanto as 25% que são públicas, atendem a 70% da população.¹⁸³

A luta era no sentido de que o projeto enviado à Assembléia Legislativa pelo governador César Borges, não fosse aprovado. Caso fosse, o parlamentar informou aos governistas, que as instâncias judiciais barrariam aquele processo de privatização, porque a água sendo patrimônio da humanidade, sendo um patrimônio do homem, é uma fonte de vida e não poderia ser fonte de lucro para capitalistas, que não pensam em nada a não ser explorar o povo para aumentar mais os lucros e ações exorbitantes.

Em votação, o projeto de Lei nº 11.712/99 foi aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado, no dia 16 de junho de 1999, com votos contrários dos 16 deputados de oposição. Por se tratar de matéria polêmica e prevendo que as discussões poderiam se estender até tarde da noite, a bancada da maioria se valeu de um dispositivo do Regimento interno que permite, nos casos de projetos em tramitação de urgência, a sua imediata votação, após a realização de três sessões. Assim, os deputados governistas

¹⁸² Discurso proferido em 16 de maio de 1999.

¹⁸³ Idem.

deixaram por três vezes o plenário, forçando a queda da sessão e abertura de uma nova.¹⁸⁴

Antonio Emilson A. Carvalho lembra que, com esse projeto de lei, o governo da Bahia se antecipava ao governo federal na intenção de tomar dos municípios a titularidade dos serviços de água e esgoto. Os deputados da oposição passaram a apostar na inconstitucionalidade da matéria, por entenderem que a concessão só poderia ser feita pelos municípios, que são o poder concedente. No dia seguinte à votação, o projeto foi sancionado pelo governador César Borges. Em seguida, os deputados Walter Pinheiro e Paulo Jackson, líderes do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal e Assembléia Legislativa, respectivamente, entraram no STF – Supremo Tribunal Federal, com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN). Uma representação junto à Procuradoria Geral de Justiça do Estado, também pediu a suspensão da tramitação do projeto.

Outra ação de inconstitucionalidade da matéria foi encaminhada ao Supremo Tribunal Federal, pelo Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto (SINDAE) e pelo Fórum de Controle Social do Bahia Azul, que representava 25 entidades da sociedade civil. Na ocasião, em entrevista à imprensa baiana, o deputado Paulo Jackson afirmou que apesar de ter consciência das deficiências do serviço prestados pela EMBASA, não tinha dúvida que se a empresa fosse privatizada, a situação ficaria ainda mais difícil. “Sendo pública, a empresa é constantemente cobrada de sua responsabilidade pela sociedade. Na empresa privada a prioridade é o lucro”.¹⁸⁵

O então coordenador geral do SINDAE, Abelardo de Oliveira Filho, lamentou a aprovação do projeto pela Assembléia Legislativa. “Infelizmente não tivemos êxito neste primeiro momento. Mas o processo não se esgotou. Vamos lutar e mobilizar a sociedade e conscientizar os prefeitos do que está acontecendo, pois muitos não têm conhecimento de que o município é o poder competente para gerir o processo.” Abelardo, que naquele momento era também secretário de saneamento da Federação dos Urbanitários/CUT, informou ainda que diante da intenção de privatizar as companhias de água e esgoto, “numa obediência ao acordo firmado entre o Brasil e o FMI”, o trabalho de conscientização e de alerta estava sendo feito em todo o Brasil.¹⁸⁶

¹⁸⁴ Jornal A Tarde, 17 de junho de 1999.

¹⁸⁵ Informativo do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA -BA). Junho de 1999.

¹⁸⁶ Idem.

Reconhecida a inconstitucionalidade da matéria, o governo estadual passou a enviar ofícios para todas as prefeituras, exigindo que encaminhassem projetos de lei às Câmaras de Vereadores, para que estas autorizassem o repasse das concessões dos serviços de água e saneamento do município para o estado. Em Salvador, apesar do abaixo assinado, com cerca de 100 mil adesões, entregue ao presidente da Câmara de Vereadores, manifestando a contrariedade da população ao projeto, no dia 16 de dezembro de 1999, 25 vereadores aliados ao prefeito Antonio Imbassay, votaram pela aprovação, enquanto 7 vereadores da oposição votaram contra.

O tema da privatização da água e do saneamento, que já estava na agenda do dia dos Movimentos Sociais, passou então a uma discussão maior. Antonio Emilson Carvalho lembra que o trabalho corpo a corpo realizado pelos sindicalistas e setores da sociedade que estavam conscientes do problema, junto à população dos diversos municípios, teve uma resposta bastante positiva, já que, em muitas Câmaras de Vereadores, pela primeira vez, a população se fez presente, saindo em defesa da EMBASA, enquanto empresa pública.

Por conta das eleições municipais realizadas em 2000, o governo do estado realizou um recuo estratégico no que se refere à questão, de maneira que o senador Antônio Carlos Magalhães, em um comício na cidade de Retirolândia (região do sisal) disse que era amigo do governador César Borges e que nunca lhe havia dito que iria privatizar EMBASA. Durante o ano de 2001, intensas mobilizações foram realizadas em todo o país, pela sociedade civil organizada, envolvendo também setores da Igreja Católica. Um abaixo assinado reuniu cerca de 720 mil assinaturas e foi entregue ao então presidente da Câmara dos Deputados, deputado Aécio Neves, do PSDB de Minas Gerais. Com a opinião pública contra o processo de privatização dos serviços de água e saneamento, e sendo 2002 um ano de eleições gerais no Brasil, o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso recuou. Ampla documentação comprova que as mobilizações realizadas pela sociedade baiana colaboraram para que viesse à tona uma discussão que ganhou todo o país.

Quando Paulo Jackson morreu em maio de 2000, a Bahia estava vivendo o auge dessa discussão, tendo em vista que a empresa baiana deveria ser umas das precursoras do processo de privatização do setor. Uma passeata, realizada em Salvador, no dia 07 de junho de 2001, reuniu políticos, sindicalistas, ambientalistas e estudantes, que protestaram contra o projeto de lei do governo federal que tramitava no Congresso

Nacional, buscando transferir para os estados a titularidade dos serviços de água e esgoto, o que significava a primeira medida para privatizar o setor.¹⁸⁷

Na ocasião, Abelardo de Oliveira Filho, informou que a passeata teve também como objetivo, homenagear o deputado Paulo Jackson, falecido em maio de 2000 e que estaria completando no dia 08 de junho de 2001, 49 anos. Foi ele o autor da lei que instituiu o Dia Estadual da Água, além de ter desenvolvido uma grande luta para conscientizar a população para a problemática da escassez da água. Os manifestantes pretenderam também chamar a atenção da sociedade para evitar o desperdício e estimulá-la a engajar-se na luta em defesa da manutenção do sistema público de água e saneamento.¹⁸⁸

Desde então, acontece todos os anos em Salvador e em alguns municípios do interior da Bahia, o Grito da Água que, em 2004, ganhou o reforço da Campanha da Fraternidade da Igreja Católica, intitulada: “Água, fonte da vida”. O tema da água passou, portanto a se integrar à pauta do dia-a-dia dos baianos. Conforme Paulo Jackson, em seus discursos contra a privatização da EMBASA: “A água é uma fonte de vida e não pode ser uma fonte de lucro”.

¹⁸⁷ Jornal A Tarde, 08/06/2001.

¹⁸⁸ Idem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação política de Paulo Jackson enquanto sindicalista e parlamentar se deu de maneira efetiva nas décadas de 1980 e 1990, quando o Brasil vivenciava um processo de redemocratização, após 20 anos de regime militar. Na Bahia, a sociedade vivia ainda sob resquícios da ditadura militar, tendo em vista que suas principais lideranças políticas estavam ainda sintonizadas com a tradição dos governos autoritários. Nesse contexto, Paulo Jackson Vilasboas se destacou como um dos principais nomes da oposição ao Carlismo, tendo uma atuação breve, mas ampla e significativa.

As entrevistas concedidas por políticos, sindicalistas e lideranças populares, ao mesmo tempo em que enfatizam a força do Carlismo no estado, falam das resistências, lutas e vitórias dos setores populares. Nessa conjuntura, Paulo Jackson é reconhecido e admirado como um líder importante, tanto pelas causas que defendeu, como pela coragem com que empreendeu a sua luta política. Suas ações como sindicalista contribuíram para que o Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto - SINDAE se destacasse no cenário brasileiro e baiano como um sindicato forte e autônomo. Embates como os que resultaram na demissão de oito dirigentes sindicais, vinculados à Empresa Baiana de Saneamento - EMBASA, em 1993, demonstram que a categoria dos urbanitários no estado era forte e incomodava o Carlismo.

Em 1999, a decisão do governador César Borges de privatizar a EMBASA esbarrou num movimento de resistência que emanou do Sindicato e do mandato do deputado Paulo Jackson, ganhando força na sociedade civil organizada e nas manifestações de rua. Mesmo depois que a proposta do governador foi aprovada pela Assembléia Legislativa e a empresa preparada para a venda, durante os anos de 2000 e 2001, a luta dos movimentos sociais conseguiu impedir a privatização da empresa. No ano de 2002, quando os baianos elegeram o governador Paulo Souto e os senadores Antônio Carlos Magalhães e César Borges, o processo de privatização foi provisoriamente retirado de pauta, pois constatou-se que se tratava de um projeto impopular.

Esses dois embates da categoria dos urbanitários com os governos carlistas aconteceram no momento em que Paulo Jackson já era um dos principais opositoristas baianos no parlamento, onde se tornou uma referência na política, não apenas por ter combatido o Carlismo, mas principalmente pelos valores e princípios que defendeu.

Como sindicalista e parlamentar, contribuiu muito para que o debate sobre as questões da água e do saneamento, enquanto direito de todos, ganhasse visibilidade. No auge das discussões sobre a privatização da Empresa Baiana de Água e Saneamento, em 5 de novembro de 1999, o parlamentar teve uma presença destacada na Audiência Pública promovida pela Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados, realizada no auditório da OAB-Ba, quando se discutiu a privatização da empresa. Nas palavras do próprio Paulo Jackson:

Não podemos entender que uma fonte de vida como é a água possa ser uma fonte de lucro na mão de grupos particulares. É essencial para a nossa sobrevivência, de todo ser humano, que a água continue sendo operada, sendo gerenciada por uma empresa pública. O que nós precisamos na verdade, é que uma empresa como a EMBASA, melhore inclusive a sua eficiência, para que os índices de saneamento na Bahia sejam melhores do que os que são hoje. Que a sociedade possa participar do controle da gestão da empresa pública, e que principalmente, a gente tenha a chamada universalização do saneamento, todo homem e toda mulher, todo cidadão e toda cidadã possa ter acesso ao serviço de água e esgoto, porque é fundamental para a saúde e fundamental para a nossa vida.¹⁸⁹

Por esse e outros depoimentos, percebe-se que Paulo Jackson era um parlamentar de posições firmes. A defesa da EMBASA como empresa pública, e da água como uma fonte de vida, são exemplos de determinação e coragem. Sua visão socialista de mundo é expressa no seu discurso e na sua prática. Não por acaso, conforme depoimentos e reportagens da imprensa baiana, a maneira como o deputado morreu causou perplexidade, dor e certa surpresa. Contatou-se que além de um parlamentar dedicado e presente nos trabalhos da Assembléia Legislativa, ele era também sintonizado com suas bases, onde se fazia presente para discutir questões importantes, o saneamento, a água e os mecanismos de convivência com a seca.

Após sua morte, a luta pela não privatização da EMBASA continuou, ganhando força na sociedade civil organizada e no meio da população. As manifestações de rua em Salvador e a chegada das discussões a diversos municípios baianos são indicativos de que uma das principais bandeiras do deputado Paulo Jackson continuou erguida, pois era uma causa coletiva. Antônio Emilson Almeida Carvalho¹⁹⁰ lembra que essa foi uma das maiores lutas travadas na história recente da Bahia, já que

¹⁸⁹ Vídeo documentário: SINDAE – 20 anos em defesa da água. Abril-2006.

¹⁹⁰ Antônio Emilson Almeida de Carvalho é o atual coordenador do Movimento Paulo Jackson e naquele momento da história atuava na executiva do SINDAE. Depoimento para essa pesquisa, em 12 de junho de 2006.

o projeto estava bastante avançado, tendo sido necessário recorrer à Justiça Federal e mobilizar a população dos municípios.¹⁹¹ Um projeto de lei encaminhado à Assembleia Legislativa, contrariando a Constituição federal, havia modificado a Constituição estadual, tomando para o estado a titularidade dos municípios quanto aos serviços de água e saneamento. Paulo Jackson, quando morreu, estava envolvido nessa luta, tendo participando das discussões em alguns municípios.

O reconhecimento da liderança do parlamentar petista já vinha acontecendo em vida, mas foi após a sua morte, em 19 de maio de 2000, que carlistas, oposicionistas e setores populares passaram a reverenciá-lo como um político que marcou não apenas a Assembleia Legislativa da Bahia como a própria política do estado. Paulo Jackson foi um cidadão que optou pela política como uma atitude frente aos desafios impostos pela sociedade, vivendo-a como uma vocação, na concepção weberiana, na medida em que a transformou em objetivo de vida no sentido de quem vive para uma causa.¹⁹²

As homenagens pós-morte indicam que o deputado foi e continua sendo uma referência. As resistências dos carlistas para que as galerias do plenário recebessem o seu nome sinalizava para o esquecimento, já que para alguns setores da sociedade baiana, não seria interessante lembrá-lo. Por outro lado, mesmo entre os seus colegas de partido e da oposição, há também resistências quanto à preservação da memória do deputado, considerado muito sério. Entretanto, o sentimento da perda de um líder também é forte, na medida em que sua singularidade enquanto indivíduo é ressaltada como algo marcante.

Em abril de 2001, familiares, sindicalistas e amigos de Paulo Jackson fundaram a Associação Movimento Paulo Jackson - Ética, Justiça e Cidadania, cuja principal preocupação é preservar o legado deixado pelo sindicalista e parlamentar. Suas principais ações vêm sendo a defesa de princípios e ações que nortearam a sua vida. Conforme Luiz Roberto Santos Moraes, “em toda atividade que esse Movimento está presente, o peso dos valores e da figura de Paulo é grande e o nível de respeito também. Através do Movimento, as pessoas que conheceram e se identificaram com Paulo Jackson mantêm viva a sua lembrança”.¹⁹³

¹⁹¹ Depoimento de Antônio Emilson Almeida de Carvalho, naquele momento, membro da diretoria executiva do SINDAE.

¹⁹² Weber, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo. Editora Martin Claret, 2005.

¹⁹³ O professor Moraes, como é conhecido, também participa do Movimento Paulo Jackson. Depoimento para essa pesquisa, em 26 de fevereiro de 2007.

Nesse sentido, as ações do Movimento Paulo Jackson mantêm erguidas as principais bandeiras que deram sentido a ação política e a própria vida do parlamentar. As funções positivas desempenhadas pela memória comum são reforçadas pela coesão social e não pela coerção. Assim sendo, há uma adesão afetiva ao grupo. O Fórum Permanente de Defesa do São Francisco, o Conselho Regional de Arquitetura e Agronomia - BA e a Coordenadoria Ecumênica de Serviço são exemplos de entidades que reconhecem o trabalho do parlamentar e por isso são parceiros do Movimento.

Conforme Michael Pollack,¹⁹⁴ embora a memória seja fluida e mutável, na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariáveis, imutáveis. Nesses casos, o trabalho de solidificação da mesma é tão importante que impossibilita a ocorrência de algumas mudanças. Os depoimentos falam de um Paulo Jackson sério, coerente e incorruptível, em um momento em que ele já morreu e quando o seu partido passa por crises programáticas e éticas. No que se refere à defesa do rio São Francisco e a proposta do governo federal de implementar o projeto de transposição, por exemplo, Luiz Roberto Santos Moraes informa que o parlamentar baiano tinha uma relação forte com o rio e com as populações ribeirinhas, além do entendimento de que os problemas do semi-árido e da seca não serão resolvidos com obras faraônicas e megalomaniacas. “É uma pena, hoje ele não estar aqui entre a gente para poder estar travando essa discussão. Eu tenho uma crença perfeita que ele continuaria com a mesma postura de antes, embora seja o governo do partido dele, o governo do presidente Lula”.¹⁹⁵

Os lugares da memória de Paulo Jackson estão sintonizados com a sua luta e com as bandeiras que ele defendeu em vida. As galerias da Assembléia Legislativa da Bahia e o Movimento Paulo Jackson são lugares de memória relacionados à política, principalmente do ponto de vista dos movimentos sociais e populares. Nesse contexto, os carlistas resistiram à idéia de homenageá-lo com o nome das galerias e os oposicionistas de antes, atualmente no governo, tem certa dificuldade em lembrar-se dele, já que se trata de uma lembrança recente, num momento em que estão no poder e vêm implementando políticas que muitas vezes contrariam os princípios que defenderam antes. Paulo Jackson é então uma personalidade forte, cuja singularidade remete a lembranças que incomodam. Ao mesmo tempo em que existe uma tendência para o esquecimento, existe também uma pressão pela preservação da sua memória e pela sua inserção na história.

¹⁹⁴ POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social.” *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 5 (10), 1992.

¹⁹⁵ Depoimento citado anteriormente.

ANEXO DE FOTOGRAFIAS



Paulo Jackson, em 1982 - Diretor do Sindicato dos Engenheiros, funcionário da EMBASA e colaborador do Trabalho Conjunto de Bairros em Salvador.



Paulo Jackson em Lagoa Preta, propriedade rural da família, no município de Lagoa Real, próximo a Caetitê.



Paulo Jackson com os filhos Daniel e André, em Lençóis, na Chapada Diamantina – Ba.



Em 1989, em Salvador, com Suzana e os dois filhos.



Em 1986, por ocasião da fundação do SINDAE, no auditório da EMBASA, no Rio Vermelho, em Salvador.



Em 1991, assembléia do SINDAE, na estação de tratamento de esgoto da EMBASA, no Rio Vermelho



Em 1992, sessão especial na Câmara de Vereadores, em Salvador, quando o governador da Bahia era Antônio Carlos Magalhães.



Saída da Câmara de Vereadores de Salvador.



Em 1992, com Adilson Gallo e outros trabalhadores, durante campanha salarial.



Em 1993, lançamento em Salvador, do Movimento Nacional Saneamento, Saúde e Cidadania.





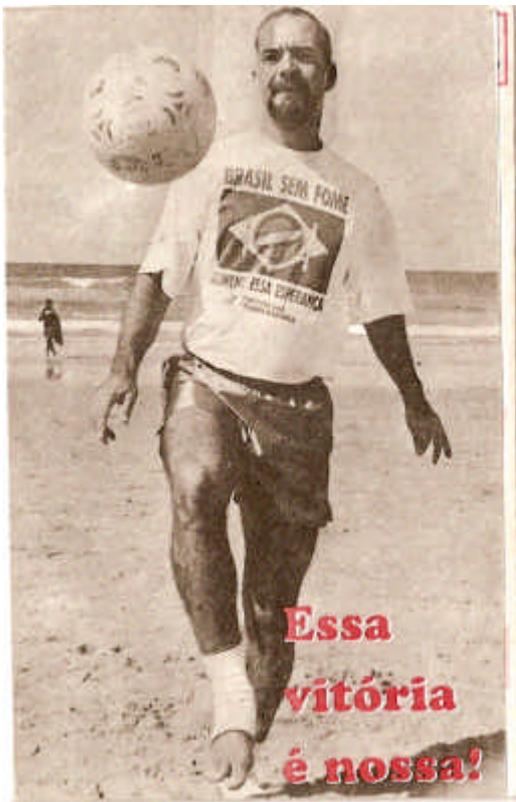
Em 1997, em frente da EMBASA, no Centro Administrativo - Reintegração dos diretores do SINDAE.



Em 1994, quando a Caravana da Cidadania esteve na Bahia.



Campanha eleitoral de 1990



Campanhas de 1994 e 1998



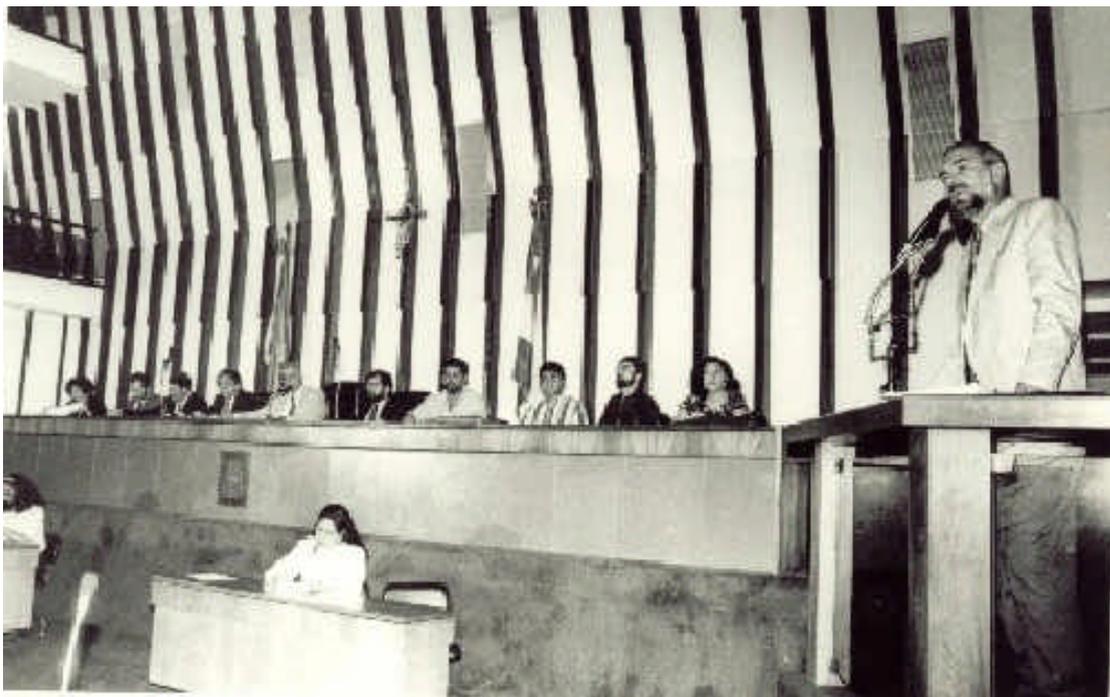
Festa do 2 de julho, em Salvador



Campanha de 1998, com Waldir Pires e populares, na Praça da Catedral, em Caetité- BA.



Reunião do bloco de oposição na Assembléia Legislativa.



Sessão na Assembléia Legislativa – Paulo Jackson na tribuna.



Em 1996, na marcha com os sem terra.



Assembléia Legislativa, em 16 de junho de 1999, quando os deputados aprovaram o projeto de privatização da EMBASA.



Fevereiro de 1999 – Assembléia Legislativa – Leitura da mensagem do governador César Borges ao legislativo



Salvador, 5 de novembro de 1999 – Sede da OAB-BA – audiência pública sobre o futuro da água.



Em 19 de maio de 2000, familiares, sindicalistas, amigos, populares e políticos se despedem de Paulo Jackson na Assembléia Legislativa.



Saída da Assembléia Legislativa baiana



Cemitério Jardim da Saudade, em Salvador, dia 19 de maio 2000.



Sessão de homenagem póstuma a Paulo Jackson, na Assembléia Legislativa, 30 dias após a sua morte.



Audiência pública promovida pelo governo da Bahia, em Salvador, na fundação Luís Eduardo Magalhães, quando mais uma vez se discutia a privatização da EMBASA.



Ato de entrega do projeto de iniciativa popular na Câmara de Vereadores em Salvador, novembro de 2001



I Grito da Água realizado em março de 2001.



III Grito da Água realizado em março de 2003.



Auditório da OAB-BA - Criação da Associação Movimento Paulo Jackson, em 22 de março de 2001.



13 de dezembro de 2000 – inauguração da placa em homenagem a Paulo Jackson, na sede do SINDAE.



Paulo Jackson e a cadeira que ocupava no plenário da Assembleia Legislativa da Bahia.



Uma das manifestações na Assembléia Legislativa da Bahia, em que partidos de oposição e movimentos sociais reivindicavam que as galerias da Casa recebessem o nome do deputado Paulo Jackson.



Inauguração da placa que deu às galerias do plenário da Assembléia Legislativa, o nome de Paulo Jackson, em 30 de janeiro de 2003.



BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS

Guerreiro da Cidadania – Manifesto do Movimento Paulo Jackson – Ética, Justiça e Cidadania.

Periódicos:

Informativo Pingo d'água

Jornal A Tarde

Jornal Correio da Bahia

Jornal Tribuna da Bahia

Jornal Imagem

Diário Oficial do Estado da Bahia.

Documentos parlamentares:

Discursos, moções, projetos de lei, pareceres e outros registros da Assembléia Legislativa do estado da Bahia.

Vídeo Documentário:

SINDAE – 20 anos em defesa da água. Abril - 2006.

Entrevistas:

ANDRADE, Guilherme Menezes. Vitória da Conquista, 18 de fevereiro de 2006. 30 min.

ARAUJO, Clara Maria de Oliveira. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2007. 30 min.

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1995. 30 min.

CARVALHO, Antonio Emilson Almeida. Salvador, 12 de junho de 2006. 1h e 20 min.

CARVALHO, Gilberto Gonçalves. Vitória da Conquista, 06 de dezembro de 2006. 30 min.

GRAMACHO, Moema Isabel Passos. Lauro de Freitas, 28 de fevereiro de 2007. 30min.

LIMA, Emanuel Silva. Salvador 23 de outubro de 2006. 25 min.

LIMA, Haroldo. Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2006. 30 min.

MORAES, Luiz Roberto Santos. Salvador, 26 de fevereiro de 2007. 45 min.
NEVES, Eivaldo Fagundes. Salvador, 20 de outubro de 2006. 40 min.
OLIVEIRA, Aneli Rodrigues. Caetité, 08 de fevereiro de 2006. 1 h.
PEREIRA, Marcelo Fernandes. Salvador, 12 de dezembro de 2006.
PORTUGAL, Alice Mazzuco. Salvador, 23 de outubro de 2006. 30 min
RIBEIRO, José Eduardo Vieira. Salvador, 12 de dezembro de 2006. 55 min
ROCHA, Manuel Barreto da. Rio de Janeiro, 28 de julho de 2006. 40 min.
ROCHA, Zilton. Salvador, 20 de junho de 2006. 1 h.
ROSA, José Walter Santa Rosa. Salvador, 23 de outubro de 2006. 30 min.
SANTOS, Carlos Roberto Pereira. Vitória da Conquista, 20 de agosto de 2006. 30 min.
SANTOS, Pedro Romildo Pereira. Salvador, 11 de dezembro de 2006.
SANTOS, Valdir Portela. Salvador, 20 de junho de 2006. 40 min.
SOARES, José Sinval. Salvador, 11 de dezembro de 2006. 20 min
SOUZA, Edival Passos. Salvador, 18 de outubro de 2006. 1 h.
SANTIAGO, Gilmar Carvalho. Salvador, 21 de junho de 2006. 1 h.
TEIXEIRA, Elísio Nascimento. Salvador, 11 de dezembro de 2006. 45 min.
VILASBOAS, Zalvira Cardoso. Salvador, 10 de dezembro de 2006. 1h e 40 min.
VIRGENS, José Carlos Dourado das. Salvador, 09 de março de 2006. 30 min.

LIVROS E ARTIGOS

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 2ª ed. Revista e atualizada. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2004 a.

_____. *Ouvir Contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2004 b.

_____. “Histórias dentro da história”. In: PINSKY, Carla (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo. Editora Contexto, 2005. p. 155-201

BOFF, Leonardo. *Vida para além da morte*. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2004.

BORGES, Vavy Pacheco. “Grandezas e Miséria da biografia”. In: In: PINSKY, Carla (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo. Editora Contexto, 2005.

_____. “História política: totalidade e imaginário”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro (9). nº 17, 1996. p. 151-165.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. “História política”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro (9), nº 17, 1996. p. 161-165.

CATROGA, Fernando. Memória e História. In: *Fronteiras do milênio*/ organizado por Sandra Jatahay Pesavento. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

CHARTIER, Roger. “A visão do historiador modernista”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1994.

COVAS, Mário: *a ação conforme a pregação: uma revolução ética em São Paulo*/ organizadores: Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Eduardo Sarmiento. – São Paulo: Editora Fundação Mário Covas, 2003.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Surf nas ondas do tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista* (2003) CADERNO CRH – Salvador: EDUFBA/CRH, n. 39. p. 213-255.

_____. *Carlismo e Oposição na Bahia Pós-Carlista* (2003). Simpósio Eleições 2002 no Nordeste: continuidade e mudança – Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Programa Observatório Social do Nordeste. <http://apipucos.fundaj.gov.br/observanordeste/obed003j.html>.

_____. “Caminhos e Atalhos: autonomia política, governabilidade e governança urbana em Salvador (2000)”. In: Ivo, Anete B. L. (org.): *O Poder da cidade: limites da governança urbana* – Salvador: EDUFBA. p. 51-83

DOSSE, François. “Entre Histoire et memoire: Une histoire sociale de la memoire”. Contribuição ao XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa. Julho de 2003. Texto não publicado.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “História, tempo presente e história oral.” *Topoi. Revista de História*. Rio de Janeiro, (5). Set. 2002. p. 314-331.

_____. “A nova “velha história política”: o retorno da história política.” *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. 5 (10), 1992. p. 265-271.

GOMES, Ângela de Castro. (org.) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. “História, Ciência, Cultura, etc”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, (9), nº 17, 1996. p. 59-83.

GUERREIRO, Antonio Fernando de Freitas. “A Bahia em pedaços ou um estado de oligarcas e (neo) oligarcas”. Entrevista ao *caderno do CEAS*, nº 153. set/out 1994. p. 13-24.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.

HOBSBAWN, Eric J. *Sobre a história*. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

JULLIARD, Jacques. “A Política”. In: LE GOFF, J & NORA, P. *História: Novas Abordagens*. Trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 180-195.

LEVI, Giovanni. “Usos da Biografia”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1994.

LORIGA, Sabina. A biografia com problema. In: REVEL, Jacques. (org). *Jogos de Escalas: a experiência da micro análise*; tradução de Dora Rocha. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

MOTTA, Marly Silva da. “O relato biográfico como fonte para a história”. *Vydia*. Santa Maria, 19 (34) – Jul-Dez. 2000. p. 101-122.

PARANÁ, Denise. *Lula: o filho do Brasil*. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

PINHEIRO, Luiz Umberto. *Combate político - debate teórico - remando contra a maré, intervenções à esquerda*. Salvador: L. U. Pinheiro, 2000.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento e Silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 2 (3), 1989. p. 3-15.

_____. “Memória e Identidade Social.” *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 5 (10), 1992. p. 200-212.

REMOND, René. *Por uma nova história política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

REVEL, Jacques. (org.) *Jogos de escalas: a experiência da micro análise*. Tradução Dora Rocha. – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo. Editora Martin Claret, 2005.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)